



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Eduardo de Figueiredo Santos Barbabela e Oliveira

**A favela nos jornais: o processo de pacificação nas comunidades
cariocas**

Rio de Janeiro
2016

Eduardo de Figueiredo Santos Barbabela e Oliveira

A favela nos jornais: o processo de pacificação nas comunidades cariocas



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. João Feres Junior

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/D-IESP

O48	<p>Oliveira, Eduardo de Figueiredo Santos Barbabela e. A favela nos jornais: o processo de pacificação nas comunidades cariocas / Eduardo de Figueiredo Santos Barbabela e Oliveira – 2016. 115f.:il.</p> <p>Orientador: João Feres Junior. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos</p> <p>1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) Teses. 2. Segurança Pública – Rio de Janeiro – Teses. 3. Jornais- Teses. I. Feres Junior, João. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 333.326(815.3)</p>
-----	---

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Eduardo de Figueiredo Santos Barbabela e Oliveira

A favela nos jornais: o processo de pacificação nas comunidades cariocas

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 março de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Feres Junior (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof.^a Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a meus pais Amélia Rosa e Jefferson e à minha irmã Rachel, que estiveram a meu lado durante todo esse tempo e que sempre me apoiaram em todas as minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a meus pais, Amélia Rosa e Jefferson, e à minha irmã Rachel por sempre me incentivarem e me proporcionarem todo o apoio para perseguir todos os meus sonhos e objetivos.

Agradeço a meus amigos que distantes ou próximos me ajudaram nessa empreitada. O companheirismo, a amizade e a sinceridade de todos foram essenciais durante toda essa empreitada.

À Marcela Machado, parceira acadêmica e eterna colega pela ajuda nos momentos de escrita e por ser minha amiga de longa data.

À San Romanelli, pela paciência, pela amizade e também pela confiança em mim e em meu trabalho.

À Lorena Miguel, amiga e parceira acadêmica, por todo o apoio ao longo desses anos.

Especialmente quero agradecer aos meus colegas e amigos do IESP que de alguma forma me ajudaram durante todo esse ano. Sinto-me privilegiado por ser parte de uma turma excepcional que continuará junta nos próximos quatro anos. Brenda, Leandro, Lidiane, Marcia, Marianna, Matheus e Rafael obrigado a todos vocês pelo apoio durante esses dois anos e espero que nossa amizade continue forte como é. Muito obrigado pela amizade de todos vocês.

A todos os colegas do IESP que de alguma forma me ajudaram durante todo esse ano: Talita, Igor, Felipe, Pablo, Anna, Walkiria e muitos outros que me ajudaram durante todo esse ano. Muito obrigado pela amizade de todos vocês.

Quero agradecer em especial a meu orientador, João Feres Junior, pela parceria e pela paciência nesses dois anos, confiando em meu trabalho até o final.

Também quero agradecer ao corpo de professores do IESP que sempre foi solícito e ajudou bastante nessa caminhada. Agradeço a Luiz Augusto Campos, José Maurício Domingues, Luiz Antonio Machado, Mariana Cavalcanti e Pedro Villas Boas por todo o apoio durante esse período.

Gostaria também de agradecer ao CEVIS, especialmente nas pessoas de Lia Rocha e Luiz Antonio Machado, que gentilmente me disponibilizou o banco de dados que utilizo nesse trabalho. Muito obrigado pela confiança e pelo apoio.

RESUMO

OLIVEIRA, Eduardo de Figueiredo Santos Barbabela e. *A favela nos jornais: o processo de pacificação nas comunidades cariocas*. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Desde 1950 a favela é um tema importante para academia. Ao longo das últimas seis décadas, as comunidades e a compreensão que se tem das mesmas passaram por inúmeras transformações. Ao mesmo tempo em que as favelas se construíam e se modificavam, na própria academia diversas teorias eram elaboradas para melhor discutir sobre as relações desiguais presentes na sociedade. Dentre elas haviam a teoria da marginalidade, a teoria da cultura da pobreza e o Pós-Colonialismo que debatiam a relação entre marginais, pobres e subalternos com o grupo dominante da sociedade. A partir da década de 2000 a realidade da favela começa a se alterar na cidade do Rio de Janeiro com a implementação de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Tais unidades constituem um programa de segurança pública do governo estadual que objetiva a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico e a transformar a relação entre asfalto e morro com os princípios da polícia de proximidade e a ideia de “pacificação”. O processo de pacificação das favelas do Rio de Janeiro foi acompanhado pela mídia que, a princípio, defendeu o mesmo. Nos primeiros anos após a instalação das unidades, a imagem transmitida pela mídia foi de um processo regido por paz e estabilidade. No entanto, mais recentemente a cobertura passou a retratar conflito e instabilidade, com diversos confrontos entre traficantes e policiais em comunidades até então consideradas “pacificadas”. Será dentro desse contexto de pacificação que este estudo se construirá. A partir de discussões teóricas baseadas sobretudo, nas teorias da marginalidade, da pobreza e pós-colonial, e também de uma construção histórica da favela, ambicionamos compreender como o processo de pacificação foi representado pelos jornais cariocas e qual a sua relação com a condição marginal das favelas. A hipótese principal a ser testada é de que a transformação da cobertura da mídia, a partir do processo de pacificação, construiu distintas imagens das favelas. Antes da pacificação, as comunidades seriam percebidas e representadas pelos meios de comunicação como espaços de violência e pobreza, em uma visão quase monolítica. Contudo, com a implantação das UPPs, esta imagem sobrevém a se pluralizar, percebendo-se novas tendências na cobertura midiática das favelas cariocas, como a maior disposição em noticiar as comunidades pacificadas e aquelas da zona sul.

Palavras-chave: Favela. Comunicação. UPP. Rio de Janeiro. Violência

ABSTRACT

OLIVEIRA, Eduardo de Figueiredo Santos Barbabela e. *The favela in the newspapers: the pacification process in Rio's communities*. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Since 1950 the slum is an important issue for the academy. Over the past six decades, communities and the understanding that people have of them have undergone many changes. At the same time, several theories were constructed to better discuss the unequal relations present in society at the academy. Among them were the theory of marginality, the theory of poverty and Post-Colonialism debating the relationship between marginal, poor and subalterns to the dominant group in society. From the 2000s the reality of the favela begins to change in the city of Rio de Janeiro with the implementation of Pacifying Police Units (UPPs). These units are a state government program of public security objective the permanent resumption of communities dominated by traffic and transform the relationship between asphalt and die with the principles of proximity police and the idea of "pacification." The process of pacification of the favelas of Rio de Janeiro was accompanied by carioca media at first defended the same. In the first years after installation of the units, the image conveyed by the media is a process governed by peace and stability. However, more recently coverage began to portray conflict and instability, with several clashes between traffickers and police in communities hitherto "pacified". It is within this context of peace that this study will be built. From theoretical discussions based mainly on the theories of marginality, poverty and postcolonial, and also a historical building of the slum from the academy, we aim to understand how the peace process was represented by Rio newspapers and what their relationship with the marginal condition of the slums. The main hypothesis to be tested is that the transformation of media coverage, from the peace process, built distinct images of the slums. Before the peace, communities would be perceived and represented in the media as spaces of violence and poverty in an almost monolithic view. However, with the implementation of the UPP, this befalls to pluralize, perceiving new trends in media coverage of Rio's favelas, as the greater willingness to announce the pacified communities and those of the southern zone.

Keywords: Favela. Communication. UPP. Rio de Janeiro. Violence

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Evolução da cobertura do Complexo da Maré ao longo do tempo..	59
Gráfico 2-	Divisão por grupos de códigos da cobertura do Complexo da Maré	59
Gráfico 3-	Evolução da cobertura do morro do Borel no tempo.....	62
Gráfico 4-	Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro do Borel....	63
Gráfico 5-	Evolução da cobertura do morro dos Macacos ao longo do tempo.....	66
Gráfico 6-	Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro dos Macacos.....	66
Gráfico 7-	Evolução da cobertura do morro do Cantagalo ao longo do tempo	69
Gráfico 8-	Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro do Cantagalo.....	69
Gráfico 9-	Evolução da cobertura do morro do Chapéu Mangueira ao longo do tempo.....	72
Gráfico 10-	Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro do Chapéu Mangueira.....	73
Gráfico 11-	Evolução da cobertura Zona Sul e “Não” Zona Sul ao longo do tempo.....	76
Gráfico 12-	Divisão por grupos de códigos da cobertura dos morros pacificados da Zona Sul.....	76
Gráfico 13-	Divisão por grupos de códigos da cobertura dos morros externos à Zona Sul.....	77
Gráfico 14-	Evolução da cobertura dos morros da Zona Sul com UPP ao longo do tempo por código.....	78
Gráfico 15-	Evolução da cobertura dos morros da “Não Zona Sul” com UPP ao longo do tempo por código.....	79
Gráfico 16-	Evolução da cobertura dos morros com UPP ao longo do tempo...	80
Gráfico 17-	Divisão por grupos de códigos da cobertura dos morros pacificados.....	80
Gráfico 18-	Evolução da cobertura dos morros com UPP ao longo do tempo por código.....	81

LISTA DE SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEVIS	Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade
COHAB-GB	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
GPAE	Grupo de Policiamento em Áreas Especiais
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PM	Polícia Militar
PROFACE	Programa de Favelas da Companhia de Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
SAGMACS	Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	TEORIA E MARGINALIDADE	17
1.1	A Marginalidade	19
1.2	A Cultura da Pobreza	24
1.3	A Teoria Pós-Colonial	27
2	UMA BREVE HISTÓRIA CONCEITUAL DA FAVELA NO RIO DE JANEIRO	32
2.1	Da “origem” nos cortiços à primeira definição oficial	36
2.2	A Favela como tema: Os Anos 50 e a Era das Remoções	40
2.3	O Narcotráfico modifica o panorama: Favela como espaço de violência?	43
2.4	A Unidade de Polícia Pacificadora e a segurança pública	46
3	A COMUNICAÇÃO E FAVELA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	49
3.1	Teoria	49
3.2	A Representação da favela na mídia impressa	55
3.2.1	<u>Metodologia</u>	55
3.2.2	<u>O Caso Controle: O complexo da Maré</u>	58
3.2.3	<u>O Morro do Borel</u>	61
3.2.4	<u>O Morro dos Macacos</u>	65
3.2.5	<u>O Morro do Cantagalo</u>	68
3.2.6	<u>O Morro do Chapéu Mangueira</u>	71
3.2.7	<u>Zona Sul versus Não Zona Sul</u>	75
3.2.8	<u>A UPP</u>	79
4	UPP, MARGINALIDADE E MÍDIA: PERSPECTIVAS E CONCLUSÕES	83
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXO A – Títulos das matérias sobre a favela do Borel	96
	ANEXO B – Títulos das matérias sobre a favela do Cantagalo	100
	ANEXO C – Títulos das matérias sobre a favela do Chapéu Mangueira ...	105
	ANEXO D – Títulos das matérias sobre a favelas dos Macacos	109
	ANEXO E – Títulos das matérias sobre o complexo de favelas da Maré ..	112

INTRODUÇÃO

Os estudos que versam sobre favelas são um campo consolidado no Brasil há mais de cinco décadas. Um século após o “mito” de origem, as comunidades ainda estão presentes no ideário social carioca e brasileiro como lócus de problemas de regularização fundiária, de falta de opções culturais, de ausência ou de pouquíssimos serviços básicos ofertados à população, tais como transporte, saúde e saneamento básico, além de convivência contínua com a violência ligada ao tráfico de drogas – sendo esta última, motivo de seu contínuo destaque midiático (VALLADARES, 2005). Os próprios moradores desses territórios compreendem que as localidades carecem de diversos serviços e que ainda há muito a se conquistar, mesmo com o advento das UPPs e de programas como o Morar Carioca¹ (OLIVEIRA, 2012) cuja melhora incidu na qualidade de vida nos morros cariocas.

A questão posta nesta dissertação é que o estudo da representação midiática da favela está longe de ser consolidado. Encontramos na literatura brasileira alguns trabalhos sobre as UPPs na mídia (NUNES, 2015; ARAÚJO SILVA e CARVALHO, 2015; ROCHA e PALERMO, 2011, AFFONSO, 2012; ELIAS, 2012; PALERMO, 2011; SILVA, 2011; TAVARES; MARQUES; BARROS; MORETZSOHN, 2010), porém poucos estudos sobre a representação especificamente da favela pela mídia (VAZ, CAVALCANTI, OLIVEIRA e SÁ CARVALHO, 2005). Quase não há uma discussão sobre as concepções de representação da favela pela mídia carioca e como isso influi na imagem desses territórios na sociedade no geral. A importância do estudo e análise da cobertura destes noticiários acerca do cotidiano da favela é apresentada por Silvia Ramos e Anabela Paiva:

Se, por um lado, é verdade que a imprensa frequentemente leva governantes e gestores a priorizarem as áreas mais ricas das cidades ao dar preferência a crimes que envolvem a classe média, por outro lado, a mídia tem desempenhado, em momentos históricos, um papel decisivo para definir como autoridades públicas respondem a acontecimentos emblemáticos de violência contra os setores mais despossuídos (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 22).

Essa exposição nos meios tradicionais dos fatos, na maioria das vezes com representações negativas, constrói o efeito do “terror” na cobertura midiática, com

¹ O programa Morar Carioca é um instrumento de regularização urbanística e fundiária lançado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O programa se divide em três ciclos temporais, 2010-2012; 2012-2016 e 2016-2020, e objetiva urbanizar até 589 assentamentos. Para mais: http://www.iabrij.org.br/morarcarioca/o_programa/ (Acesso em 05 de novembro de 2015)

diversas reportagens discutindo sobre a possibilidade de retorno e a permanência do tráfico de drogas às comunidades pacificadas, sedimentando uma imagem de insegurança e infelicidade daqueles que residem nestes locais. Estas notícias exigem do Estado mais controle e intervenção, por meio do aumento do policiamento e o uso de armamentos mais pesados, mesmo em tempos de UPPs, reforçando o “medo do retorno do medo” (DA CUNHA, 2014).

Contudo, apesar de alguma cobertura por parte dos meios de comunicação, verifica-se pouca ou nenhuma diversificação de fontes primárias nas reportagens, dificultando romper com a segregação entre favela e asfalto. Como Leonardo Custódio afirma, existem diversos portais dentro das favelas que buscam confrontar a versão oficial da mídia convencional, cuja utilização de vozes de moradores específicos busca apenas agregar mais dramaticidade à notícia (CUSTÓDIO, 2014).

O início do projeto de pacificação em 2008 propôs uma nova pauta sobre a favela para a imprensa. O interesse pelo processo não foi imediatamente intenso, como havia sido em projetos anteriores como a Operação Rio², e, além disso, a cobertura realizada não trouxe novidades ao quadro que já era construído pelo poder público, arquitetado prioritariamente sob perspectiva propagandística, nem trouxe indícios de grandes reflexões sobre a realidade daqueles territórios (PALERMO, 2011). Conforme Palermo afirma, a propaganda não oficial apresentada pelos jornais extrapolou os limites físicos da pacificação dos morros e buscou vincular o processo aos bairros e à cidade como um todo, a partir de matérias e manchetes que celebravam a paz resultante exclusivamente do projeto das UPPs, com o objetivo de conquistar o apoio maciço da sociedade ao projeto (PALERMO, 2011). A cobertura dos jornais transitava do “local de crime” para o “local de paz”, mas paralelo a isto já havia o debate dentro das próprias comunidades sobre as necessidades de mudanças no projeto de pacificação, demonstrando que o mesmo não seria tão virtuoso como era apresentado pelos jornais.

As matérias que tematizavam a pacificação destacavam o fato de nenhum tiro ter sido disparado para libertar os moradores das garras do tráfico de drogas, mesmo com a presença de tanques blindados e fuzis durante as operações (BAIENSE, 2012). A dicotomia entre favela e asfalto aparecia quando havia a necessidade de reproduzir o discurso de pacificação da favela, expondo que todo o bairro que abrigava aquela

² A Operação Rio foi uma operação militar visando a segurança pública empreendida às vésperas das eleições de 1994 para manter a ordem pública na cidade. Sobre o assunto ver SILVEIRA, 2006.

comunidade fora libertado do estigma e da violência, para tanto estes veículos midiáticos utilizavam a reprodução de falas de moradores do asfalto para esse fim. Por outro lado, quando os periódicos veiculavam entrevistas realizadas nas comunidades, essas se mantinham muitas vezes sem identificação dos moradores, visto que o tráfico continuava presente na região e o medo de represálias ainda permanecia vivo e real na vida dos cidadãos (BAIENSE, 2012).

Apesar desse apoio, é preciso destacar que durante diversas crises do projeto a imprensa não se furtou em, mesmo que brevemente, criticar o programa, inclusive denunciando possíveis perdas de território ao tráfico de drogas em comunidades pacificadas e também a prática de violência policial, como no Caso Amarildo³ (MISSE, 2014). Entretanto, a tendência geral da cobertura era de proteger e de propagandear as UPPs e não de criticá-las. A mídia convencional, todavia, continuava a elogiar o projeto, enquanto nas comunidades a percepção era “de uma forte indeterminação quanto ao futuro do projeto das UPPs” (MENEZES, 2015b) fortalecendo, assim, a ideia de uma “cidade partida” (VENTURA, 1994) com dois tipos de discurso um do asfalto e outro dos morros. Os momentos de conflito das UPPs com as comunidades ajudaram a reforçar isso, surgindo nas notícias a percepção de uma crise já compreendida pela própria favela há algum tempo.

Luís Palermo (2011) e Luiz Antonio Machado da Silva (2010) alertam para duas importantes dissonâncias entre a finalidade da UPP e a veiculação midiática realizada, que afetam diretamente as populações dos morros cariocas: os binarismos nas análises de políticas públicas e a despolitização do território, resultado da auto definição da polícia como porta voz da região (MACHADO DA SILVA, 2010). Esta última consequência é a mais grave, dado que é reflexo da geração de expectativas e, principalmente, da reprodução de discursos oficiais de que o caminho para a pacificação é brilhante (PALERMO, 2011). Somado a isso, ao se diminuir a representação política dos moradores dessas localidades, os resultados evidentes são o enfraquecimento social e o encurtamento de seu horizonte político, o que reforça a condição de marginalidade⁴ desse grupo (MACHADO DA SILVA, 2010).

³ Amarildo Dias de Souza, pedreiro, está desaparecido desde 14 de julho de 2013 após ser detido por policiais na Favela da Rocinha. Até hoje o caso não possui solução, embora a primeira investigação realizada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro conclua o pedreiro foi torturado dentro da base da unidade na sua própria comunidade.

⁴ Segundo Jaime Campos, a marginalidade no continente está intimamente conectada com a falta de participação dos indivíduos, tal como a DESAL afirmava na segunda metade do século XX (CAMPOS, 1971, p. 75).

A favela é um espaço periférico na cidade. Como Rejane de Oliveira (2011) afirma, a periferia é, do ponto de vista urbanístico, uma região afastada do centro urbano que é habitada por uma população de baixa renda, por grupos marginalizados da sociedade (DE OLIVEIRA, 2011, p.32). Assim, a periferia e, conseqüentemente a marginalidade, são conceitos dependentes da compreensão do que seja o centro, caracterizando-os a partir das condições encontradas nesse centro hegemônico. Segundo Rejane de Oliveira o conceito de marginalidade é um conceito conectado a modelos de representação (DE OLIVEIRA, 2011).

Essa consideração é muito importante para discutir sobre não apenas as produções – cultural, midiática, econômica – que ocorrem nos morros e favelas como também para discutir aquelas que tematizam essas localidades, como a representação midiática. E nessa discussão que esse trabalho se insere, buscando discutir a imagem da favela que é transmitida à sociedade pelos meios de comunicação e como essa está relacionada à condição de marginalidade da favela.

A proposta é estudar a imagem da favela reproduzida nos jornais cariocas. Para tal, realizaremos a análise da cobertura midiática envolvendo cinco comunidades cariocas – Borel, Cantagalo, Chapéu Mangueira, Macacos e Maré –, a partir do projeto de pacificação iniciado em 2008, em dois periódicos; *O Globo* e *Extra*.

A hipótese discutida nesse trabalho é de que existem duas características fundamentais na representação de favelas cariocas, a primeira é o fato de terem ou não sido pacificadas e a segunda é uma característica geográfica, se estão localizadas na zona sul ou fora da mesma. Assim, ambicionamos melhor discutir os quadros que são construídos pela mídia acerca de uma das representações sociais da marginalidade urbana e, conseqüentemente, como são transmitidos para a sociedade, moldando sua opinião sobre o assunto.

Escolhemos o jornalismo escrito impresso por suas características diferenciais em relação aos jornais televisivos: o maior número de estórias, permitindo ao leitor escolher qual lerá; um conteúdo direcionado, pois não possui espaço para contar os diversos lados da mesma estória; contudo, há mais profundidade e detalhamento da notícia e uma maior impessoalidade do texto do periódico (WEAVER, 1975).

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro discutiremos alguns conceitos e teorias a base teórica que dará sustentação para o estudo realizado: a conceituação da marginalidade, condição na qual a favela está inserida; a cultura da pobreza, a qual não apenas foi importante no início dos estudos sobre favela como

também possui importante papel no preconceito existente sobre a população pobre que mora nas favelas; e, por fim, trataremos sobre o Pós-Colonialismo que problematiza a questão da subalternidade, próxima conceitualmente do conceito de marginalidade, e sua representação pelo grupo dominante. Com essas três teorias buscamos construir um quadro teórico que nos permita compreender a posição social que a favela se encontra, a base teórica que a classe média, principal consumidor dos jornais impressos, possui sobre a margem e também a importância do debate sobre a representação externa dos favelados sem considerar a real complexidade desse grupo.

No segundo capítulo reconstruiremos a história das favelas na cidade do Rio de Janeiro, desde o século XIX até o início do processo de pacificação na primeira década do século XXI. Essa reconstrução histórica permitirá ao leitor melhor compreender o contexto em que as transformações e a cobertura ocorreram, auxiliando no entendimento sobre a favela e como essa foi construída como tal.

No terceiro capítulo iremos analisar quantitativamente a representação midiática das comunidades a partir de dados obtidos pelo Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS). A metodologia aplicada para essa análise se baseia na construção de um quadro comparativo sobre a temática que permitirá a discussão sobre a representação midiática das comunidades. Utilizamos os textos jornalísticos presentes na base de dados do CEVIS, que compreende o período de 2007 a 2011, que possuíam como objeto uma das cinco comunidades escolhidas para o estudo. Apresentamos os resultados tanto por comunidade, quanto por região geográfica quanto pela presença ou não do projeto de pacificação. As unidades de análise foram codificadas respeitando os códigos utilizados pelo próprio CEVIS, contudo, alguns problemas metodológicos foram encontrados e discutidos no capítulo três.

Por fim, na última sessão dessa dissertação relacionaremos a discussão teórica com os dados que foram analisados ao longo do trabalho.

1. TEORIA E MARGINALIDADE

A partir do final da segunda grande guerra a periferia do mundo se transformou em objeto de estudo dos grandes centros acadêmicos. Com a América Latina não foi diferente, e a região se tornou objeto de diversas propostas de estudos para discutir não só as economias locais, como também sua relação com o mundo (DUARTE e GRACIOLLI, 2007). Os estudos culminaram na teoria da dependência⁵, inserida na lógica capitalista, que se propôs a entender:

[...] a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (DUARTE e GRACIOLLI, 2007, p. 1).

Nas décadas de 1950 e de 1960, foram intensos os debates sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, os quais analisavam as políticas econômicas de países subdesenvolvidos, que uniam a carência de investimentos de suas reservas e a política de importação de bens e serviços, agravando, assim, sua dependência externa (MACHADO, 1999). Enquanto isso, a marginalidade surgia na região como tema de estudo resultado das práticas capitalistas empregadas.

No Brasil o conceito de marginalidade surgiu na década de 1950, associado à ideia de crescimento urbano e ao início da perda do otimismo quanto às transformações que o modelo de substituição de importações utilizado no país prometia realizar (CORTÉS, 2014). Até 1970, a teoria da marginalidade – trataremos melhor sobre a mesma neste capítulo – se atinha, principalmente, “à avaliação das formas de inserção dos trabalhadores no modo produtivo capitalista periférico e no próprio entendimento da forma de desenvolvimento deste capitalismo periférico” (MAIOLINO e MANCEBO, 2005, p.16). No entanto, segundo Janice Perlman, isso resultou em uma visão estereotipada da pobreza e da marginalidade que transbordou para a política, mesmo que baseada apenas em frágeis argumentos e ideias mal organizadas (PERLMAN, 1977).

⁵ Utilizamos a definição de Santos sobre a teoria da dependência: “É da necessidade de se buscar novos rumos teóricos que nasce a Teoria da Dependência enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (SANTOS 2000 apud DUARTE e GRACIOLLI, 2007, p.3).

A globalização começou a alterar o jogo, modificando ideias e transformando os Estados-Nação. Novas ideias e novos movimentos sociais emergiram e enquadramentos sociais se consolidaram. Ao mesmo tempo, teorias foram construídas para discutir conceitos como cidadania, desrespeito, reconhecimento, representação, que eram considerados como universalmente compreendidos a partir da visão europeia, ou ainda não eram discutidos. Dentre esses movimentos teóricos, podemos citar o surgimento do Pós-Colonialismo que se propõe a rediscutir a relação e a compreensão dos países periféricos com os países centrais. Essa divisão binária entre centro e periferia é análoga àquelas que ocorrem no interior das próprias sociedades, entre centro e marginalidade. Essa proximidade permite que os grupos marginais heterogêneos se organizem tal qual a teoria pós-colonial sugere à subalternidade: se auto organizar para construir uma unidade com identidade própria capaz de alcançar um objetivo. Tal qual Neves afirma, a apropriação da discussão do Pós-Colonialismo permite à marginalidade melhor discutir a questão da mestiçagem, do hibridismo e também dos esquecidos (NEVES, 2009, p. 235).

Segundo David Scott, os estudos pós-coloniais datam dos anos 1970⁶, fruto dos estudos anticolonialistas (SCOTT, 1999). A proposta dessa teorização é realizar a transição do pensamento anticolonial, que compreendia o poder colonial como um percalço no caminho à liberdade e à autodeterminação dos colonizados, para uma discussão sobre a visão ocidental do não-ocidente (*idem*). Nas palavras do autor:

A pós-colonialidade modificou a pergunta sobre o colonialismo e ofereceu um novo conjunto de ferramentas conceituais com as quais não somente ressuscitou o colonialismo como problemática atual, mas o re-enquadrou em termos da relação entre o poder colonial e o conhecimento colonial. Dessa forma, possibilitou uma reinterrogação sistemática de práticas contemporâneas, avaliando a medida (ou os sentidos) em que reproduzissem formas de conhecimento que emergiram como parte do aparato do poder colonial (SCOTT, 1999, p. 8-9, tradução nossa).

A partir da década de 1980 o Pós-Colonialismo começa a se fortalecer, substituindo o termo Terceiro Mundo nas discussões sobre países emergentes. A teoria é compreendida como uma das possíveis respostas à necessidade que surgiam nas academias do Primeiro Mundo de estudos específicos que debatessem sobre os países emergentes e seus contextos ímpares (PRYSTHON, 2004: p. 3-4). Essa mudança reflete tanto o enfraquecimento da ideia de unidade terceiro mundista

⁶ É importante destacar que a origem do Pós-Colonialismo remonta aos estudos culturais que se originaram na Inglaterra na década de 1950 (NEVES, 2009).

como também as discussões sobre o desejo de representa-lo dessa forma homogênea.

É dentro desse contexto que esse capítulo discutirá três importantes teorias que se relacionam com a temática da marginalidade. Primeiramente realizaremos uma discussão sobre o conceito de Marginalidade em si, para melhor compreender a construção dessa ideia. Em um segundo momento, vamos reconstruir a questão da cultura da pobreza, importante teoria da metade do século XX, que muito influenciou na compreensão que o senso comum possui até hoje sobre a pobreza e a favela. Por fim, apresentamos uma revisão bibliográfica sobre o Pós-Colonialismo relacionando-o com a questão da marginalidade.

1.1 A Marginalidade

O termo marginalidade⁷ tornou-se referência na definição de núcleos populacionais com características específicas nas periferias das cidades latino-americanas, durante o século XX. A terminologia utilizada era “populações marginais”, permitindo ao tema da marginalidade urbana dominar os debates acadêmicos latino-americanos sobre a questão social das principais cidades do continente (CORTÉS, 2014). O objetivo da teoria da marginalidade era simples:

Em geral, a teoria da marginalidade pretendeu explicar a existência de uma parcela de trabalhadores urbanos que, na América Latina, não se integrava aos setores modernos da economia. Tratava-se basicamente dos trabalhadores autônomos, ambulantes, prestadores de serviços, atividades domésticas. Eles constituíam uma “massa marginal” (Nun) ou “mão-de-obra marginalizada” (Quijano). O conceito de exército industrial de reservas (Marx) não daria mais para dar conta desse setor (RICHARDSON, 2009, p.16).

O termo marginal carrega significados pejorativos àqueles assim definidos. Essa particularidade é resultado tanto de construções teóricas que vem da Europa como também é reflexo da história vivida na América Latina. As mudanças na compreensão do que é marginalidade surgem das transformações da própria sociedade, principalmente na questão econômico-social. Conforme Botelho explica:

⁷ Segundo Alexis Cortés (2014) existem duas vertentes da teoria da marginalidade. A primeira se aproximaria de um enfoque que compreende a marginalidade como uma transição à modernidade; o segundo diz respeito a uma visão neomarxista. Apesar de reconhecer essa divisão, não a utilizarei durante esse trabalho. Para mais ver, Cortés, 2014.

O conceito de marginalização apresenta, na maior parte das vezes, três variáveis: inserção de certos grupos sociais no mercado de trabalho, sua posição espacial no meio urbano, assim como seu ambiente cultural; contudo, a complexidade do modelo pode tornar impossível uma análise detalhada e mais específica, uma vez que seus críticos afirmaram que os marginalizados não são um grupo sociologicamente identificável (BOTELLO, 2006, p.135).

No Brasil a ideia de marginalidade está diretamente conectada ao processo de favelização que por algum tempo não foi aceito oficialmente no país (PERLMAN, 1977). A favela é um exemplo da relação entre marginalidade e pobreza. No entanto, nem toda pobreza é marginal e nem todo marginalizado é pobre, mesmo que a cultura da pobreza⁸ tenha sido desenvolvida a partir da teoria da marginalidade (CORTÉS, 2014).

A diferença entre pobreza e marginalidade, tal qual Robert Castel (1997) afirma, está prioritariamente na necessidade do grupo marginal de medidas especiais para sobrevivência e inserção. Haveria “uma indigência integrada que não é marginalidade” (CASTEL, 1997, p. 21). A inserção de grupos marginais na sociedade, no entanto, não é simples, dependendo tanto das condições do mercado de trabalho como das capacidades dos membros desses grupos. Essa inserção poderia resultar em “um simples ocupacionismo, que consistiria, no limite, em fazer qualquer coisa em lugar de não fazer nada” (CASTEL, 1997, p. 35).

A condição de marginalidade⁹, segundo Maiolino e Mancebo (2005), se baseia principalmente na ausência de serviços básicos como água e luz, além da existência de habitações em condições precárias. No entanto, o problema dessa compreensão abrangente reside no fato de essas características não estarem presentes apenas em espaços marginais da cidade, mas também em espaços centrais (MAIOLINO e MANCEBO, 2005, p. 15).

Apesar de serem extremamente abrangentes, as diversas definições do termo marginalidade, que englobam desde moradores de favela até subgrupos culturais minoritários diversos, não inserem grupos minoritários, como adolescentes ou mulheres que são bem-sucedidas, por exemplo, na população marginal. A justificativa

⁸ Cabe aqui definir como Alexis Cortés entende pobreza “como um sistema de vida estável e persistente que é transmitido de geração em geração e em que determinados traços de sobrevivência e adaptação popular ao modo de vida urbano se apresentam e modelam de forma peculiar” (CORTÉS, 2014, p. 48). Para mais, ver Cortés, 2014.

⁹ Estamos discutindo aqui a marginalidade urbana. Segundo Roberto Richardson a ideia de marginalidade urbana foi resgatada pela teoria da dependência nos anos 1950 para ajudar a explicar a pobreza e a miséria nos centros urbanos do continente (RICHARDSON, 2009). Entretanto, a intensificação da industrialização, principalmente a partir de 1970, aliada ao reconhecimento da condição trabalhadora e da inserção da ideia de serviço social, tornou o conceito de marginalidade residual.

para a não inclusão é a capacidade de esses grupos conseguirem transformar sua relação com a sociedade, diferentemente do que conseguem fazer os marginalizados (PERLMAN, 1977, p. 127).

A marginalidade é, conforme Aníbal Quijano afirma, uma condição compreendida de forma dual: como parte do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, como excluída do sistema por não ser considerada parte da composição da classe trabalhadora existente (QUIJANO, 2014). A definição de quem faz parte da população marginal passa, segundo o autor, por não ter trabalho fixo, nem estar integrado à sociedade (*idem*).

A marginalidade não é uma condição da qual seja possível sair facilmente, atingindo melhores espaços na sociedade. Uma das justificativas para tal fato é a manutenção da chamada “mão de obra marginalizada” que impede os salários de crescerem, permitindo a mais valia manter-se elevada. Isso ocorre prioritariamente por causa da transferência de capital desse nível e do intermediário para os superiores. Aníbal Quijano discute os motivos da formação desse polo marginal:

Se o capital acumulado no nível intermediário se revertesse dentro do próprio nível, este não sofreria sua tendência de deterioração relativa, pelo contrário teria todas as possibilidades de desenvolver-se do mesmo modo que no período pré-monopólio; conseqüentemente não geraria todo um “polo marginal” na economia, salvo como núcleos reduzidos e dispersos de ocupações transitórias, que certamente sempre existiram no capitalismo industrial (QUIJANO, 2014, p. 166 -167)¹⁰.

Além disso, o objetivo da existência de nível e mão de obra marginal, é que essas beneficiam o monopólio dominante, justificando sua manutenção (*idem*, p. 167). Assim, ao manter os grupos marginais na sociedade é possível à classe dominante perpetuar o caráter monopolístico do sistema (*idem*, p. 165). É importante destacar uma consideração que José Nun (1969) faz quanto à mão de obra marginalizada: nem toda superpopulação de trabalhadores é exército industrial de reserva. Como o autor destaca, a superpopulação teve importante papel na manutenção do sistema capitalista em seu início ao atuar tal qual um exército de reserva sendo que por vezes sua definição como afuncional não tem relação com aspectos econômicos (NUN, 1969, p 46).

¹⁰ Versão original: Si el capital acumulado en el nivel intermediário se reinvertiera en el propio nivel, éste no sufriría su tendencia de deterioro relativo sino que por el contrario tendría todas las posibilidades de desarrollarse del mismo modo que en el período premonopólico; en consecuencia no se generaría todo um “polo marginal” en la economía, salvo como núcleos reducidos y dispersos de ocupaciones transitorias, que por cierto han existido siempre en el capitalismo industrial. (QUIJANO, 2014, p. 166 - 167).

Outro fato importante que explica o surgimento da ideia de marginalidade dentro do sistema capitalista, também pós Iluminismo, é, segundo Perlman (1977), a formulação de uma noção básica de igualdade; “em sistemas tribais ou feudais nunca surgiu o problema da marginalidade, pois o sistema tribal não implicava conceito de superioridade, e no sistema feudal havia a aceitação tácita da sua posição e da natureza hierárquica da sociedade” (PERLMAN, 1977, p. 127).

Nesse ponto é importante apresentar a distinção que Robert Castel (1997) expõe entre dois conceitos na discussão sobre marginalidade, o de inserção e o de integração. Segundo o autor a diferença está no fato de que “inserir é geralmente menos que integrar, pois o vínculo social que se procura reconstituir é mais frouxo, correndo o risco de ser mais frágil que as interdependências” (CASTEL, 1997, p 35). Assim, a possibilidade do trabalho obtido ser informal ou de mera sobrevivência é alta em sociedades com baixo crescimento econômico, o que pode formar um ciclo vicioso de inclusão e exclusão desses grupos (DOMINGUES, 2009). Como Alexis Cortés destaca:

A marginalidade não é simplesmente sinônimo de desocupação, pois a marginalidade se estabeleceria em relação ao setor dominante da organização produtiva que, no caso da América Latina, corresponde ao setor das grandes corporações monopolistas. Este contingente marginal estaria composto por: a) uma parte da mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo; b) boa parte dos trabalhadores refugiados nas atividades terciárias de baixa renda; c) a maior parte dos desocupados; e d) a totalidade da força de trabalho ligada ao capital comercial (CORTÉS, 2014, p. 70-71).

Para Robert Castel, essa marginalidade construída seria a antítese da modernidade, caracterizando “os abandonados pelo progresso, todos aqueles que não puderam ou não quiseram se dobrar às exigências do desenvolvimento” (CASTEL, 1997, p. 28). A partir disso, o autor destaca duas formas de marginalidade, uma por opção própria, outra por opção de terceiros. As mudanças são reflexos de transformações na própria sociedade como a implantação do *Welfare State*, por exemplo (*idem*, p. 30).

A piora das proteções sociais reforçou a relação entre a ideia de marginalidade e a de vulnerabilidade (CASTEL, 1997). A nova concepção marginal era mais negativa que as anteriores e atingiu a população jovem, desencantando o mundo para eles, além de diminuir suas possibilidades de emprego. Em casos extremos, como de imigração, houve ainda o distanciamento da cultura de origem, dificultando ainda mais a sociabilidade. Contudo, o autor discorda da compreensão que alguns autores, como

Quijano (2014), possuem que entende que esse movimento constitui uma “nova marginalidade”.

De acordo com Castel, essas mudanças transformam as características tradicionais da marginalidade que se adequariam aos indivíduos conforme suas distintas formações (CASTEL, 1997). A forma como cada um se torna marginal é compreendida pelo autor como distintas;

chegam por caminhos diferentes, em seguida a uma perda econômica ou a um drama familiar, a uma infância desastrosa, ou a um acidente, ou a uma doença, ou, ainda, a uma desqualificação profissional, ou a dificuldades psíquicas (...) – de fato, geralmente, em decorrência de várias dessas razões ao mesmo tempo (CASTEL, 1997, p. 34-35).

Devemos lembrar que marginalidade é uma ideia existente em relação à uma situação que deveria acontecer, um papel que o indivíduo ou o grupo deve realizar. A marginalidade “não é um processo que se dá independente da sociedade, pelo contrário, a constituição especial dessa última é o que provoca a aparição da massa marginal” (CAMPOS, 1971, p. 84). Além disso, é importante destacar a dimensão política do conceito, presente desde sua origem nas décadas de 1950 e 1960, responsável por mudanças políticas importantes, como as remoções ocorridas no Rio de Janeiro, principalmente a partir de sua visibilidade durante o trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹¹ (CORTÉS, 2014).

Atualmente as mudanças na compreensão de marginalidade se demonstram conectadas às transformações ocorridas no interior do grupo marginal. Essa nova ideia de marginalidade perpassa uma lógica multidimensional, unificando o campo ecológico, político, social e estrutural. A conceituação é, segundo Alexis Cortés, uma das assincronias mais notáveis do processo de modernização na América Latina, relacionando-se aos processos de urbanização, industrialização e crescimento populacional e refletindo as transformações ocorridas na modernidade da região (CORTÉS, 2014).

Ao mesmo tempo, há na sociedade, segundo Quijano (2014), uma tendência de que o grupo marginal seja desfeito e todos os seus membros integrados à sociedade. Os motivos para esse movimento seriam dois: a sua grande visibilidade e o crescimento do desinteresse social desse grupo existir (QUIJANO, 2014). Este fato cria um problema para a classe dominante que recorre ao Estado para garantir alguns direitos a esses grupos marginais e frear esse movimento. Assim, os grupos

¹¹ No Brasil, um importante exemplo dessa influência está na chamada “era das remoções” realizadas no Estado da Guanabara durante o governo de Carlos Lacerda. Para mais ver, BRUM, 2011.

dominantes conseguem não apenas repartir com toda a sociedade, inclusive com o proletariado e os próprios grupos marginais, os novos custos com a marginalidade, como também manter os termos existentes da dominação (QUIJANO, 2014, p. 167-168).

Compreendendo a marginalidade como parte do sistema, é possível discutir as microtexturas dos poderes presentes naquele espaço. Para analisarmos especificamente a margem, dando valor a sua existência e suas características, segundo Ashcroft, Griffith e Tiffin, é preciso conhecer o poder do centro (ASHCROFT, GRIFFITH, TIFFIN, 2002).

Ao considerarmos a representação que parte do centro, os meios de comunicação, produz sobre a favela – imagem esta que é uma das formas do poder do centro sobre a margem, que não possui representação própria difundida na sociedade – podemos compreender melhor como a classe média constrói a sua conceituação, que tem sua base na ideia de pobreza de Oscar Lewis (1967) – a qual veremos a seguir –, sobre as comunidades e como isto reflete as relações assimétricas entre os dois grupos.

Contudo, dado que o tema é complexo e estar na posição de marginalizado é viver à margem da hegemonia, é preciso ter cuidado para que a representação do oprimido não seja formulada exclusivamente pelo grupo dominante, o que apenas reforçaria o *status quo* e as práticas opressoras (SPIVAK, 2010). A melhor forma para construir esse processo, todavia, não está clara. É preciso aprofundar os estudos sobre a marginalidade e sua relação com o processo de modernização e também com a sociedade para, a partir desse conhecimento, discutir como avançar para melhores condições integração e inserção.

1.2 A Cultura da Pobreza

Em seu texto “A Cultura da Pobreza”, divulgado pela revista Pensamento Crítico em 1967, Oscar Lewis discute a ideia de cultura da pobreza que, segundo o próprio autor, é uma criação sua que foi mal apropriada por Michel Harrington (LEWIS, 1967, p. 52). A teoria da pobreza construída a partir desse trabalho de Oscar Lewis, porém, acabou esquecida pela academia posteriormente por seu caráter

preconceituoso. Segundo Diogo, na sociedade o estudo não foi esquecido e se enraizou na mentalidade da classe média, que acreditava que a pobreza seria culpada exclusiva da existência dos pobres (DIOGO, 1993). De acordo com Lewis,

A cultura da pobreza é ao mesmo tempo um desejo de adaptar-se e uma reação dos pobres ante sua posição marginal na sociedade capitalista, de estratificação classista e forte individualismo. Representa um esforço para deter os sentimentos de desespero e desesperança que surgem ao dar notoriedade à improbabilidade de alcançar o êxito em termos de valores e metas de uma grande sociedade¹² (LEWIS, 1967, p. 54).

O desenvolvimento da cultura da pobreza, segundo Lewis, veio a partir do fortalecimento de estruturas sociais e econômicas resultantes de processos imperialistas. Assim, transformaram-se estruturas antes tribais ou mesmo de outra origem em sociedades servis coloniais. A cultura da pobreza tenderia a se perpetuar nas grandes sociedades, transmitida de geração em geração por, principalmente, se relacionar com valores básicos, atitudes e condições, como baixa escolaridade e falta de preparo, que se perpetuam nas camadas inferiores (LEWIS, 1967, p. 55).

Segundo o autor, a ideia de “pobre” é algo confuso e controverso, pois há aqueles que os definem como honestos e felizes, enquanto outros os definem como criminosos e sórdidos (*idem*, p. 53). Esses desencontros se refletem nas próprias lutas internas reflexo da falta de unidade do grupo, com alguns defendendo a liberdade de organização das comunidades e outros o controle da classe média da organização desse grupo para melhor direcionar suas lutas. A primeira diferenciação realizada por Lewis em seu trabalho é entre pobreza material e cultura da pobreza. É importante destacar, como Fernando Diogo faz, que “a primeira [diferenciação] não implica necessariamente a segunda, pois um indivíduo pode ser pobre, em termos materiais, mas não ter o comportamento, ou os valores, típicos da cultura da pobreza (não sendo, em rigor, pobre e vice-versa)” (DIOGO, 1993, p. 17).

O grupo de pobres, segundo Lewis, reconhece o contexto em que vive e mesmo conhecendo a classe média e seus valores não vivem em função desses (LEWIS, 1967, p. 57). É importante destacar que, conforme o autor afirma, a diferença entre pobreza e cultura da pobreza é o fato de que a primeira é uma condição existente com diferentes graus e espécies, enquanto a cultura da pobreza é, para Lewis, um único

¹² Trecho original: La cultura de la pobreza es a la vez un afán de adaptarse y una reacción de los pobres ante su posición marginal en una sociedad capitalista, de estratificación clasista y vigoroso individualismo. Representa un esfuerzo para detener los sentimientos de desesperación y desesperanza que surgen al hacerse notoria la improbabilidad de alcanzar el éxito en términos de los valores y metas de una gran sociedad. (LEWIS, 1967, p. 54)

estilo de vida compartilhado por pessoas pobres em um contexto histórico-social específico (LEWIS, 1967, p. 59). Para Oscar Lewis o conceito pode ser assim definido:

As pessoas com uma cultura da pobreza produzem e recebem uma pequena quantidade de bens. Têm um baixíssimo nível cultural e educacional, não pertencem a sindicatos, não são membros de partidos políticos, não participam geralmente dos centros de bem estar nacional e vão o menos possível a bancos, hospitais, tendas, museus ou galerias de artes. Tem uma atitude crítica frente a muitas das instituições básicas das classes dominantes, odeiam a polícia, desconfiam do governo e daqueles de posição elevada, e seu ceticismo se estende inclusive a igreja¹³ (LEWIS, 1967, p. 56).

A falta de participação efetiva dos pobres nas instituições importantes da sociedade é uma característica importante da cultura da pobreza para Lewis. Contudo, o autor não percebe a participação como algo determinante, afirmando que mesmo que ela exista, não elimina os traços da cultura da pobreza, apenas é capaz de reduzir sua intensidade (*idem*, p. 56). Para Lewis o caráter político dessa luta era evidente, contudo, parte da confusão era resultado do fracasso em diferenciar pobreza *per-se* e cultura da pobreza (LEWIS, 1967). A cultura da pobreza possui algumas condições para florescer:

- 1) Economia caseira;
- 2) Recorrência na escassez de oportunidades para trabalhadores não qualificados e desempregados;
- 3) Baixos Salários;
- 4) Fracasso de organizações econômicas, políticas e sociais;
- 5) Predomínio do sistema bilateral de parentesco ante um unilateral; e
- 6) Existência de uma tabela de valores nas classes dominantes que insistem em acumular riqueza, permitindo mobilidade ascendente (LEWIS, 1967, p. 54).

Fernando Diogo discorda da definição de Lewis e afirma que a pobreza é uma condição economicamente determinada, enquanto a cultura da pobreza é uma subcultura desse grupo (DIOGO, 1993, p. 17-18). Segundo o autor, a cultura da pobreza é uma característica inerente a sociedade que não é facilmente dissociada da mesma. A condição se torna estrutural e se associa às maneiras de ser e agir do cidadão, sendo ainda mais difíceis de romper (*idem*, p. 18-19). Assim, mesmo que a

¹³ Trecho original: La gente con una cultura de la pobreza produce y recibe una muy pequeña cantidad de bienes. Tienen un bajísimo nivel cultural y educacional, no pertenecen a sindicatos, no son miembros de partidos políticos, no participan por lo general en los centros de bienestar nacional, y acuden lo menos posible a bancos, hoSpitales, tiendas, museos o galerias de arte. Tienen una actitud crítica hacia muchas de las instituciones há«ra» de las dases dominantes, odian a la policia, desconfian dei gobiemo y de aquéllos de posición elevada, y su cinismo se extiende incluso ha la iglesia. (LEWIS, 1967, p. 56)

pobreza acabe, essa cultura ainda se mantém viva naqueles que antes eram daquele grupo. O problema principal da teoria de Lewis é, segundo Fernando Diogo,

[...] a principal reside no facto desta teoria se concentrar excessivamente sobre um dos aspectos da pobreza, o micro social (a nível da família e do indivíduo), procurando aí as causas quer da pobreza, quer da sua persistência intergeracional, quando as conclusões a que tem sido possível chegar, a nível internacional, e também em Portugal, é de que a pobreza radica sobretudo nos aspectos estruturais, macro-económicos e macro-sociais, em que os factores individuais têm pouca relevância, podendo apenas agravar ou atenuar as tendências anteriormente referidas (DIOGO, 1993, p. 22).

Mesmo ultrapassada, todavia, a teoria ainda possui alguns ensinamentos importantes sobre “a interiorização subjetiva das estruturas objetivas cristalizadas pelos indivíduos sob a forma de estilos de vida adequados às condições de existência de que resultaram” (DIOGO, 1993, p. 27). Segundo Diogo, a principal lição do trabalho de Lewis é o estudo das estruturas objetivas de constrangimento social e económico para tentar reconstruir a representação social do indivíduo em seus comportamentos e dia-a-dia, sendo essa teoria um bom caminho para essa construção (DIOGO, 1993, p. 28).

Apesar de ter sido superada na academia, a teoria de Lewis após algum tempo acabou vulgarizada na sociedade, o que resultou em um grande movimento na academia que buscava deslegitimar esse discurso por sua justificativa considerada preconceituosa a condição de pobreza. As justificativas para esse sucesso foram a escrita utilizada pelo autor e a argumentação favorável à lógica de que a culpa da pobreza é dos pobres o que atraiu o interesse da classe média e a mantém viva no ideário da sociedade (DIOGO, 1993, p. 21-22).

1.3 A teoria pós-colonial

Definir o que é o Pós Colonialismo é, certamente, uma tarefa difícil. Como Childs e Williams (1997) afirmam, seja qual for a conceituação escolhida ela certamente esbarrará em períodos coloniais com características e durações distintas que tornam cada uma das experiências diferente. Apesar desse problema real, os autores asseguram que a teoria é uma realidade importante, sendo necessário realizar um árduo exercício de conceituação, mesmo com todas as limitações existentes (CHILDs e WILLIAMS, 1997). Assim, a saída que muitos teóricos encontram para

formular uma definição de Pós Colonialismo é construí-la de forma não-específica. Uma das mais notórias conceituações é a de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin:

Nós utilizamos o termo “pós-colonial”, contudo, para cobrir toda a cultura afetada pelo processo imperialista a partir do momento da colonização até os dias atuais. Isso ocorre porque existe uma continuidade das preocupações ao longo do processo histórico iniciado pela agressão do imperialismo Europeu. Compreendemos que é mais apropriado também como o termo que define tanto o criticismo *cross-cultural* que emergiu nos últimos anos, tanto o discurso pelo qual esse é constituído. (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 2002, p.2, tradução nossa)¹⁴

A autora brasileira Luciana Ballestrin segue a mesma linha que os autores e define o Pós-Colonialismo como “a denúncia da persistência das lógicas coloniais e imperiais da modernidade ocidental” (BALLESTRIN, 2015, p. 194). Sua definição está de acordo com a proposta pós-colonialista de representar a periferia e reavaliar os valores cosmopolitas impostos pelo Ocidente, fortalecendo a proposta pós-moderna de descentralização.

Segundo Sérgio Costa, o “Pós-Colonialismo deve promover precisamente a desconstrução desses essencialismos [construídos pelo Ocidente], diluindo as fronteiras culturais legadas tanto pelo colonialismo como pelas lutas anticoloniais” (COSTA, 2006, p. 121). O problema¹⁵ no entanto, não é compreendido como uma real preocupação do movimento, que busca desconstruir os cânones hegemônicos e inserir a periferia na discussão (PRYSTHON, 2004, p. 9). A transformação do termo subalterno é apresentada por Paul Delaney:

O conceito de subalterno é tradicionalmente utilizado para denotar aqueles de classe ou posição inferior e foi utilizado, mais especificamente, no trabalho de Antonio Gramsci para referir-se a um grupo que se tornou historicamente subordinado e que não possui uma consciência de classe compartilhada. O conceito foi revisado, contudo, e foi estendido para referir-se a grupos desprezados por razões de classe, cultura, gênero e/ou etnicidade. Em termos gerais, o vago projeto do que é definido como *Subaltern Studies Collective* permite explorar as formas nas quais identidades marginais foram representadas e apagadas por narrativas históricas dominantes¹⁶ (DELANEY, 2003, p. 157, tradução nossa).

¹⁴ Trecho original: We use the term ‘post-colonial’, however, to cover all the culture affected by the imperial process from the moment of colonization to the present day. This is because there is a continuity of preoccupations throughout the historical process initiated by European imperial aggression. We also suggest that it is most appropriate as the term for the new cross-cultural criticism which has emerged in recent years and for the discourse through which this is constituted. (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 2002, p.2)

¹⁵ Segundo Prysthon, a linha tênue entre cosmopolitismo revisto e o relativismo cultural não é resolvida nem tematizada pelos teóricos pós-colonialistas (PRYSTHON, 2004, p.9).

¹⁶ Trecho original: The concept of the subaltern is traditionally used to denote those of inferior rank or position, and was used, more specifically, in the work of Antonio Gramsci to refer to a group which has been rendered historically subordinate and which does not possess a shared class consciousness. The concept has since been revised, however, and has been extended to refer to groups which have been

Uma das principais teóricas pós-coloniais que discute o problema da simplificação da periferia é a indiana Gayatri Spivak, a qual trabalha com o conceito de subalternidade. Seu argumento baseia-se no entendimento de que a produção intelectual do Ocidente é cúmplice dos interesses econômicos desse próprio Ocidente. Tal qual a autora afirma, o Capitalismo global se conecta muito com os macropoderes e não com as microtexturas dos poderes, uma temática muito mais cara à teoria pós-colonial (SPIVAK, 2010, p. 279).

O tema da subalternidade é complexo. Estar na posição de subalterno, para a autora, significa estar fora da sociedade, vivendo à margem da hegemonia. A partir dessa compreensão a autora formula uma crítica à representação do oprimido com base na construção formulada pelo grupo dominante, o que incorreria na manutenção do status quo e das práticas opressoras (SPIVAK, 2010, p. 296).

Pode-se afirmar que a solução é simples: permite-se aos oprimidos terem a representação enquanto grupo uno. Esta percepção universalista, no entanto, não compreende a complexidade desse grupo que se constitui de diversos outros grupos distintos entre si, com densidades populacionais distintas. A subalternidade se aproxima mais de uma sociedade plural do que de um grupo coeso e singular (SPIVAK, 2010, p. 284).

A resposta para essa questão, segundo a autora, necessariamente parte pelo conceito definido como essencialismo estratégico. Permite-se a esse grupo subalterno compreender quais as suas características representativas que os permitem expor uma identidade comum desses grupos que possa ser representada na arena política (SPIVAK, 2010). Com a autodeterminação, o grupo se torna capaz de reduzir os danos realizados por uma definição externa e unificar-se sob as características que estes seus integrantes consideram como determinantes e essenciais.

A proposta de Gayatri Spivak se torna ainda mais importante ao considerarmos os estudos sobre a auto representação realizados pelo palestino Edward Said. Para o autor, a questão da representação é importante na relação entre Oriente e Ocidente:

Apesar do Oriente ter adquirido representantes, por assim dizer, e representações, cada qual mais concreta, mais congruente internamente com as exigências do Ocidente que as precederam. É como se, uma vez determinado o Oriente como um local adequado encarnando o infinito em uma forma finita, a Europa não poderia acabar com a prática; o Oriente e o oriental, árabe, islâmico, indiano, chinês, dentre outros, tornam-se repetitivas

slighted for reasons of class, culture, gender and/or ethnicity. Broadly speaking, the project of the loosely defined Subaltern Studies Collective has been to explore the ways in which marginal identities have been represented within and erased from dominant historical narratives (DELANEY, 2003, p. 157).

pseudo encarnações de algum grande original (Cristo, a Europa, o Ocidente) que deveriam ser imitadas. Somente a fonte dessas ideias ocidentais narcísicas sobre o Oriente mudou com o tempo, não seu caráter¹⁷ (SAID, 1979, p. 62, tradução nossa).

Dessa forma, não é possível, segundo o autor, realmente representar um grupo quando a visão está encoberta por estereótipos e identidades falsas. Said compreende que a representação de Oriente que a Europa formula é, na verdade, a forma que esta atua para definir o outro e, ao mesmo tempo, a si mesma. Existem, segundo o autor, três sentidos para o orientalismo: a acadêmica ou moderna, a divisional ontológica e epistemológica ou das expedições, e a cultural ou iluminista. Esse último sentido está pautado em organizar o Oriente para os negócios. Esse conceito é o modo do Ocidente de resolver o Oriente baseado em um lugar especial na experiência ocidental europeia (SAID, 1979, p. 13).

O orientalismo não limita unilateralmente a forma de compreender e de determinar o Oriente, porém esconde uma rede de interesses que utiliza seu prestígio para influenciar essas decisões. A ideia de Oriente está fundamentada materialmente na construção da Europa, seu antagonista. O Orientalismo, segundo ele, mesmo perdendo força ao longo do tempo, ainda se mantém forte academicamente construindo as doutrinas sobre o tema baseado, principalmente, no colonialismo europeu do século XIX e início do século XX.

Nesse sentido, a construção teórica não é uma total fantasia ou apenas uma rede de mentiras. O orientalismo é um corpo de conhecimentos que gerou um filtro aceitável para a compreensão de Oriente a partir da ideia de Europa formulada na hegemonia. E, assim, o orientalismo cumpre inapelavelmente seu objetivo: fortalecer e elogiar a identidade europeia formulada em contraponto a ele.

Esse debate pós-colonial muito se associa com as discussões sobre a marginalidade e também sobre a favela. Como Paul Delaney afirma em seu estudo sobre os *Travellers* irlandeses, a extensão do modelo colonial aos grupos marginais, mesmo imperfeita, apresenta sugestões adequadas e interessantes de explicações e modelos da sociedade que refletem a representação dos grupos marginais (DELANEY, 2003, p. 156). Somado a isso, como Ashcroft, Giffith e Tiffin (2002)

¹⁷ Trecho original: Thus the Orient acquired representatives, so to speak: and representations, each one more concrete, more internally congruent with some Western exigency, than the ones that preceded it. It is as if, having once settled on the Orient as a locale suitable for incarnating the infinite in a finite shape, Europe could not stop the practice; the Orient and the Oriental, Arab, Islamic, Indian, Chinese, or Whatever, become repetitious pseudoincarnations of some great original (Christ, Europe, the West) they were supposed to have been imitating. Only the source of these rather narcissistic Western ideas about the Orient changed in time, not their character (SAID, 1979, p. 62).

argumentam, a teoria pós-colonial tematiza bastante a questão do universalismo que muito favorece a manutenção da condição de marginalidade e também a exclusão de diversas características da sociedade (ASHCROFT, GRIFFITH, e TIFFIN, 1997). Além disso, o Pós-Colonialismo muito discute a literatura e a representação do subalterno nessa principalmente a partir da forma deturpada que a imprensa apresenta as favelas. Nesse sentido, a discussão sobre a subalternidade permite melhor compreender a relação assimétrica entre a sociedade do asfalto e as favelas e também conceituar a representação do grupo marginal nos textos midiáticos.

Essa similaridade, contudo, permite criticar a escolha do Pós-Colonialismo em utilizar apenas as construções literárias e não estudar também a representação midiática do subalterno. A análise das diferentes caracterizações dos grupos subalternos a partir de formulações presentes nos meios de comunicação ajudaria a melhor pensar como a caracterização externa do grupo prejudica a sua luta e, principalmente, ajuda na manutenção da condição subalterna ou marginal, dado que a representação midiática, conforme veremos no capítulo três, está intimamente ligada às percepções pré-existentes na sociedade, principalmente na classe média, e também influencia em decisões políticas.

Também podemos associar o Pós-Colonialismo com a cultura da pobreza. Tal qual o orientalismo, a ideia de cultura da pobreza de Lewis atuou na construção de um filtro sobre a pobreza. Conforme Spivak afirma, definições externas do que seja a marginalidade ou de quem faça parte dessa são, em sua maioria, simples e pouco conseguem erigir junto a complexidade que se faz presente nesse grupo. Sendo assim, estudos como os de Valladares (2005) e Leeds & Leeds (2015) que veremos no capítulo a seguir, os quais utilizam de imersões e trabalhos de campo para construir sua análise, apresentando uma base teórica mais próxima a essa realidade mesmo que não façam parte desse grupo, nos ajudam a melhor compreender essas realidades, permitindo melhor explorar as diferentes identidades presentes na favela e romper com preconceitos externos a essas localidades.

2. UMA BREVE HISTÓRIA CONCEITUAL DA FAVELA NO RIO DE JANEIRO

A proposta desse capítulo é recontar a história da favela na cidade do Rio de Janeiro, apresentando historicamente e conceitualmente a favela. Para tal, iniciamos no século XIX, antes da ocupação do morro da Favella que nomeará as demais comunidades. Explicamos também as mudanças que aconteceram no início do século XX que contribuíram para o crescimento da população nessas localidades. Passamos pela primeira definição oficial do que seja favela durante o primeiro governo Vargas e apresentamos o início dos estudos sobre as comunidades na cidade durante os anos de 1950 e 1960. Seguimos a discussão durante o governo militar, para destacar as mudanças nas discussões sobre o que é a favela, com a aparição de conceitos que serão definidos por Lícia Valladares (2005) como dogmas e que até hoje são importantes nos debates sobre os territórios. E, finalmente, alcançamos o período da redemocratização para compreender a revolução que narcotráfico trouxe a essas localidades, a mudança nas políticas públicas nesses espaços e, também, a implantação das UPPs nas comunidades cariocas.

Os estudos de favelas têm em “A Sociologia do Brasil Urbano” de Antony e Elizabeth Leeds um de seus primeiros grandes estudos¹⁸. Os autores afirmam que estudar uma comunidade é analisar um espaço que não está organizado em forma de Estado ou sociedade complexa (LEEDS e LEEDS, 2015, p. 68). Isso não é o mesmo que afirmar que as regras sociais são desrespeitadas ou que o Estado não está presente, apenas reflete a existência de dinâmicas próprias determinantes para entender a localidade.

Conforme Antony e Elizabeth Leeds (2015) apresentam, existem dois conceitos, tratados como sinônimos, comunidade e localidade, que são importantes no debate para definir a favela. As localidades são como pontos nodais de interação, com laços de parentesco e de amizade ativos e vivos que permitem rituais de interação (LEEDS & LEEDS, 2015, p.71-72). Sua característica principal é ser uma organização social altamente flexível e adaptável, permitindo que acontecimentos tenham respostas distintas e que, caso surjam contratemplos, seja possível corrigir a ação a partir da flexibilização permitida pelos laços existentes na comunidade, mesmo

¹⁸ A primeira versão de A sociologia do Brasil Urbano foi publicada por Antony e Elizabeth Leeds em 1978.

que esta seja limitada por aspectos materiais, pessoais ou econômicos (LEEDS&LEEDS,2015, p.73).

Antony e Elizabeth Leeds, (2015), contudo, afirmam ser difícil definir a ideia de favela e, quando o fazem, compreendem-na como um espaço no qual a classe trabalhadora pratica constantemente a ajuda mútua em busca de um padrão de vida mínimo:

Resumindo, a favela é uma unidade sócio geográfica facilmente observável, que possui todas as formas de organização acima mencionadas como características de localidades. A favela tem uma ecologia, ou seja, uma distribuição social de atividades através do seu território conforme a topografia, os solos e outras condições geográficas. Essa distribuição é geralmente governada, por exemplo, pelas florestas fechadas nas encostas dos morros que dividem o Rio de Janeiro em segmentos, as quais constituem esconderijos para criminosos ao passo que as ruas na base dos morros são locais para lojas e outras atividades econômicas e para o abastecimento de água e energia elétrica (LEEDS & LEEDS, 2015, p.82).

Duas outras características secundárias advindas da flexibilidade da comunidade devem ser destacadas. A primeira diz respeito ao mecanismo de identificação de moradores, caracterizando-os pela localidade da qual vieram ou, por exemplo, pela casa onde moram; a segunda compreende a hierarquia concêntrica que pode compreender vários níveis dentro de uma única localidade, formando diversas divisões internas no território e diferenciando os moradores (LEEDS&LEEDS, 2015, p.74). O aspecto territorial é importantíssimo na organização da favela, como afirma Machado da Silva:

A favela é uma organização transversal, isto é, tem uma base geográfica em geral bastante definida que envolve uma extensa gama de atividades e situações e apresenta profundas conexões com outras organizações e atividades, em uma extensão territorial mais ampla (MACHADO DA SILVA, 2011, p.701).

Os meios de comunicação tematizam as favelas e comunidades pobres no Rio de Janeiro como espaços de pobreza, violência e contravenção. Essa forma de perceber dessas regiões ajuda a construir uma imagem de exclusão, segundo a qual os indivíduos que moram nos morros não fazem parte da cidade, nem de sua sociabilidade. As representações sobre a favela estão fortemente presentes na sociedade do asfalto e dependem dela para subsistir, com os meios de comunicação tradicionais como seus principais veículos de disseminação. O estigma imputado à favela e a seus moradores tem o efeito de deslegitimar seus direitos de cidadania, inclusive denúncias de possíveis desmandos da polícia e demandas por serviços públicos.

O resultado desse quadro é a forte crítica que os moradores das favelas fazem da cobertura midiática, denunciando, também, a falta de repercussão na opinião pública quanto aos desmandos da polícia (MACHADO DA SILVA E LEITE, 2008). Uma das possíveis alternativas para a vocalização das críticas e dos problemas das comunidades, o apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), é visto com descrença por parte da comunidade quanto ao real seu poder de resposta dessas denúncias e mesmo ao interesse da sociedade “do asfalto” em conhecer a realidade desses espaços (MACHADO DA SILVA E LEITE, 2008, p.59-60). Assim, há a compreensão de que a mídia tradicional não cobre devidamente os episódios que ocorrem nas comunidades, o que permitiria aos moradores dessas localidades um veículo para reclamarem e terem suas histórias difundidas, com espaço para solidariedade à possíveis vítimas de abusos e crimes, o que acaba tornando-os ainda mais invisíveis na sociedade (LEITE, 2008).

Para Machado da Silva (2008a), essa construção comunicacional é reflexo principalmente do sentimento de medo existente na classe média carioca, uma das principais vítimas da violência praticada por uma minoria armada de moradores dos espaços periféricos da cidade, dentre os quais a favela. Dessa forma, as ações desse pequeno grupo violento influenciam a representação que boa parte da classe média possui de todo o conjunto de moradores da favela, cerceando as possibilidades e liberdades dos últimos na sociedade (MACHADO DA SILVA, 2008^a, p.15). Os confrontos entre bandos armados, traficantes e policiais, frequentes nas favelas cariocas, limitam a sociabilidade dos moradores destas comunidades, influenciando diretamente na construção que o asfalto faz daqueles que moram nessas localidades.

A imagem de espaço violento foi reforçada durante as décadas de 1990 e 2000 quando “as favelas passaram a ser tematizadas quase que exclusivamente pela violência e insegurança que trariam aos bairros” (LEITE, 2008, p.117). Tal entendimento distorcido por parte do asfalto considera a favela como um Estado dentro do Estado, onde os moradores vivem submissos ao tráfico de drogas, em uma realidade alheia à da sociedade do asfalto. No entanto, essa pré-noção está longe de ser precisa. Como Marcia Leite afirma,

Não que o Estado esteja ausente das favelas, mas sua presença caracteriza-se pela prestação de serviços de baixa qualidade, clientelismo e ineficiência das instituições estatais, brutalidade policial e desrespeito aos direitos civis de seus habitantes que não têm reconhecido e garantido seu estatuto de cidadania (LEITE, 2012, p. 377-378).

Surgem, assim, evidências da presença do Estado nas favelas e da adesão à ordem institucional dos moradores dessas regiões sempre que ações oficiais são realizadas. Apesar disso, segundo Machado da Silva e Leite, tanto a polícia quanto o poder público percebem as comunidades como coniventes e omissas, resultando no reforço dos estereótipos junto à sociedade (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008, p.51-57). Os formuladores de programas de apoio ou de políticas de intervenção nessa região utilizam-se dessa falsa realidade de “cumplicidade” para formular projetos pautados prioritariamente na repressão e no controle do espaço, buscando romper a ligação entre moradores e traficantes, principalmente o alistamento de jovens pelo tráfico (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p.50-51). As ações realizadas pelo Estado nas comunidades cariocas, conforme Silva e Barbosa afirmam, estão baseadas em uma visão objetificadora da favela, não compreendendo toda sua complexidade (SILVA e BARBOSA, 2005, p.65). Além disso, as reformas e reaparelhamentos pelos quais a polícia passou não se associam à ideia de policiamento comunitário que alguns projetos mais recentes de segurança pública, como as UPPs, prometem adotar, e sim às recorrentes políticas de segurança de repressão (LEITE, 2012, p.380).

Para Machado da Silva, a construção da favela como espaço marginal, isolado da sociedade, coaduna-se com a percepção moralista da classe média sobre esses territórios (MACHADO DA SILVA, 2011, p.699). A sociedade do asfalto entende as comunidades como representações da pobreza, o que potencializa a ideia de violência urbana¹⁹ descontrolada e fortalece o sentimento de medo (*idem*). Este sentimento ajuda a formular uma proposta de segurança de confronto e não de aproximação o que favorece a ideia de uma polícia de contenção e não de regulação (MACHADO DA SILVA, 2008^a, p.14). Segundo Marcia Leite (2012), há dois pontos importantes sobre o real tratamento dispensado à favela pelo Estado que apenas reforça os estigmas dos moradores dessas comunidades: associação do território à um espaço de não cidadania e não se responsabilização do Estado por seus atos nos morros.

A partir dos anos 2000, no quadro de discussão acerca das favelas no Rio de Janeiro ganhou um tema obrigatório: a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Os

¹⁹ A definição de violência urbana aqui utilizada é aquela definida por Machado da Silva como “uma representação coletiva, uma categoria de entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores – como indivíduos isolados ou em ações coletivas – consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam” (MACHADO DA SILVA, 2008b, p.35)

objetivos oficiais do projeto UPP são recuperar os territórios de grupos criminosos e acabar com os confrontos armados, permitindo a inserção dos habitantes dessas regiões na sociedade e rompendo com a lógica de cidade partida existente até o momento (FBSP,2012). Como o site oficial afirma, “as UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública” (UPP, 2015)²⁰. O modelo se mostrou um sucesso na inibição à presença ostensiva de armas e traficantes nas ruas do território (BAIENSE,2012, p.192), contudo, nos últimos anos, o projeto sofre com crises e sua manutenção é contestada por parte da sociedade e da mídia.

Em consonância com a interpretação de cidade partida (VENTURA,1994) e com a compreensão errônea de que existiria uma relação de cumplicidade com o tráfico de drogas, que fortalecem o preconceito contra os moradores dessas comunidades e favorecem a ação truculenta da polícia, segundo Machado da Silva (2008b) parte da população dos morros cariocas se vê existindo em uma posição subalterna. Visando garantir sua sobrevivência, os moradores tendem a respeitar uma lei informal do silêncio imposta pelo tráfico, compreendendo, no entanto, que o mesmo transformou a região em um local de violência, o que faz os favelados diferenciarem o “nós”, moradores, do “eles”, traficantes, em uma clara denúncia de sua insatisfação (MACHADO DA SILVA e LEITE,2008, p.70). A partir disso, esse grupo marginal se organiza para compreender a situação real em que estão a partir de projetos individuais e coletivos (MACHADO DA SILVA, 2008b, p.44), analisando as causas do descaso e do desinteresse por parte da sociedade “do asfalto” quanto ao que acontece na favela (MACHADO DA SILVA e LEITE,2008, p. 62-63).

2.1 Da “origem” nos cortiços à primeira definição oficial.

Durante a segunda metade do século XIX o Brasil passou por diversas mudanças sociais, políticas e econômicas. Com o advento da guerra do Paraguai (1865-1870), o país desenvolveu seu setor manufatureiro, expandindo os ramos têxtil

²⁰ http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp Acesso em 20 de Outubro de 2015.

e naval e com a abolição da escravatura, em 1888, criando a necessidade de mão de obra livre para trabalhar nas manufaturas e fazendas (GONÇALVES,2013, p.37).

Apesar do grande contingente de escravos libertos, a solução para a resolver a falta de mão de obra nas fazendas e nas cidades que foi apoiada pelo governo brasileiro foi a imigração de trabalhadores europeus, o que aumentou ainda mais os exércitos de reserva em um mercado de trabalho que já era precário e incapaz de absorver a todos (*idem*, p.56). Os reflexos dessas modificações na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foram imediatos: a população dos cortiços cresceu e, conseqüentemente, as condições de vida nesses espaços também pioraram.

Desde 1856, o Império brasileiro já se preocupava com a realidade de cortiços na capital, promulgando medidas que visavam encrudescer as normas de construção na cidade e diminuir a quantidade desse tipo de moradia, ou, no mínimo, reduzir a velocidade com que surgiam (GONÇALVES, 2013, p.45-46). No entanto, apenas após a Proclamação da República que o processo de erradicação dos cortiços logrou êxito e resultou na intensificação do povoamento das encostas dos morros cariocas. No entanto, já no Império alguns morros cariocas eram habitados por imigrantes europeus e população de baixa renda, reflexo dos processos econômicos no país. Algumas dessas ocupações – Mangueira, Serra Morena e Quinta do Caju – eram autorizadas pelo poder público, enquanto outras que não o eram, como o morro de Santo Antônio, sendo objeto de projetos de remoção pelo governo do Distrito Federal²¹ (*idem*, p.45-47).

A origem do uso do termo favela para definir comunidades em morros surgiu da planta *Cnidoscolus quercifolius*, conhecida também como favela ou mandioca, presente nos morros da Providência, no Rio de Janeiro, e da Favella, em Monte Santo, marco da resistência durante a guerra de Canudos²² (VALLADARES,2005). Somente entre 1910 e 1920 que a imprensa começou a utilizar o termo “favella” para representar as comunidades nos morros de forma mais intensiva e, segundo Rafael Gonçalves, o termo “[e]ra então empregado para indicar um conjunto de construções precárias e pretensamente em desacordo com a legislação urbanística, situadas

²¹ O projeto de remoção, no entanto, não obteve sucesso. O exército brasileiro à época interveio a favor da continuidade dos barracos nas encostas dos morros. A justificativa do apoio militar era o fato de soldados morarem na região, o que era melhor do que morar em cortiços, espaços conhecidos por serem foco de doenças e pela pouca higiene (GONÇALVES,2013, p.47-49).

²² A guerra de Canudos ocorreu entre os anos de 1896 e 1897 no interior do Estado da Bahia. À ocasião o exército brasileiro enfrentou então moradores da região do arraial de Canudos comandados por Antônio Conselheiro.

frequentemente nos morros, apresentando os mesmos aspectos urbanísticos do Morro da Favela” (GONÇALVES, 2013, p.71).

O final da guerra de Canudos trouxera à Capital Federal um grande número de soldados em busca de seus soldos e da premiação pela destruição do povoado que lhes foram prometidos. Entretanto, o Exército brasileiro não cumpriu sua parte no trato, o que resultou no soerguimento de um acampamento por parte de um grupo de ex-combatentes de Canudos no então morro da Favela – atualmente morro da Providência –, localizado atrás do Ministério do Exército.

Segundo Lícia Valadares (2005), o povoado de Canudos possui também outra importância na construção da imagem das favelas cariocas: as características que representariam a ocupação dos morros. A partir dessa caracterização, as favelas ao mesmo tempo em que se transformaram em um espaço distante da civilização na Primeira República também foram inseridas de vez nas vidas pública e política do Distrito Federal (GONÇALVES, 2013). Teria sido a partir do relato de Euclides da Cunha sobre a região em guerra que essa caracterização foi possível (*idem*). As características principais são:

- 1) Ser o resultado do processo precário de crescimento urbano;
- 2) Possuir uma topografia de morros de difícil acesso;
- 3) A ausência de propriedade privada do solo, a ausência do Estado;
- 4) A ordem política marcada pelo chefe ou líder carismático;
- 5) O espaço condicionante de comportamentos;
- 6) A percepção externa de comportamento moral marcado por características negativas como promiscuidade e economia baseada no roubo;
- 7) O perigo à ordem social da região; e
- 8) A representação da liberdade em relação às práticas sociais (VALLADARES, 2005, p.33-36).

Com as pressões urbanas e econômicas nas metrópoles seria de se esperar movimentos de migração rumo a cidades médias e o meio rural. Entretanto, havia dentre os moradores das favelas cariocas a compreensão de que a vida na cidade grande é melhor, com mais oportunidades de trabalho e com um ambiente melhor do que nos ambientes rurais e de cidades médias e pequenas. A busca por mais liberdade e tranquilidade, a presença de uma atmosfera distinta daquela que pairava no asfalto, a possibilidade de acumular poupanças para viver uma velhice tranquila, dentre outras características, influenciavam esse grupo de cidadãos que, mesmo

assim, não esqueciam o sonho de um dia viver na cidade propriamente dita e usufruir de serviços urbanos de qualidade (LEEDS & LEEDS, 2015). Assim, a favelização no caso do Rio de Janeiro foi um fenômeno estritamente urbano e resultado principalmente de movimentos migratórios de pessoas que moravam em outras áreas da cidade, que foram pressionados a se mudar da região que viviam, fosse para manter seu poder econômico, fosse por quaisquer outros tipos de pressões urbanas (LEEDS & LEEDS, 2015, p.143), e acabaram ocupando as encostas dos morros.

A destruição de cortiços no centro da capital intensificou a habitação dos morros pela população mais pobre. E dois planos de políticas públicas foram importantes nesse contexto: a reforma Passos e o plano Agache. A reforma Passos foi uma política urbana conduzida pelo prefeito do Distrito Federal Pereira Passos entre os anos de 1903 e 1906. Passos pediu ao então presidente Rodrigues Alves plenos poderes para o executivo municipal, que lhe permitiria governar durante seis meses sem oposição e formular decretos que, dentre outros temas, versavam sobre o fim da possibilidade de reforma de cortiços, e também sobre a nova legislação sobre desapropriação de terrenos urbanos aprovada em 1903 (GONÇALVES, 2013, p.52-53). A destruição dos cortiços foi um dos principais motivos para a migração dos cidadãos para o subúrbio ou para as encostas dos morros. O objetivo de Passos era modernizar a cidade, principalmente a região central, utilizando a capital francesa, Paris, como exemplo (*idem*).

A crescente expansão das favelas, no entanto, incomodou parte da elite carioca e levou a formulação de uma definição pejorativa da favela como uma “lepra estética” e que, portanto, deveria ser erradicada dos morros cariocas (VALLADARES, 2005). Dessa forma, no início do século XX iniciou-se a representação social negativa das comunidades dos morros, associando os moradores a invasores de terra e considerando o espaço como externo à cidade (GONÇALVES, 2013, p.58).

A antiga visão higienizadora utilizada no trato junto aos cortiços foi repetida junto às favelas. Disto resultou a contratação do urbanista Alfred Agache e de seu plano de reforma da Capital Federal por Antonio Prado Junior, prefeito do Distrito Federal nos anos 1920. A reforma Agache propunha um plano de extensão, renovação e embelezamento do Rio de Janeiro, entendendo as favelas como um problema de higiene, de burocracia e também social. As soluções do urbanista francês para resolver a questão da falta de moradias para a população de baixa renda, como a construção de moradias populares e a destruições das habitações precárias, no

entanto, não saíam do papel devido a acusações de plágio que seu autor sofrera à época. (VALLADARES, 2005, p.45-49).

Até aquele momento, o pensamento técnico que construía as políticas urbanas da cidade era formulado prioritariamente por profissionais como médicos, engenheiros e arquitetos. A cidade era pensada como máquina e seu funcionamento como engrenagens, percebendo a favela como um problema ou uma doença e justificando, assim, sua remoção (NUNES,2015). A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, contudo, a forma de enxergar as localidades se modificou, e as favelas passaram a ser tratadas pelas políticas públicas do Estado mais como uma realidade urbana.

E foi em 1937 que as comunidades tiveram sua primeira definição oficial. O Código de Obras do Rio de Janeiro definia as favelas como “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto” (DISTRITO FEDERAL, 1937, p.47). O objetivo do código, segundo Lícia Valladares, era claro:

O código preconiza a eliminação das favelas e sua substituição por novos alojamentos de acordo com as normas de salubridade. Mas o texto é ambíguo, pois antes de preconizar a sua eliminação, ele propõe interditar a expansão das favelas, o que significa uma possibilidade de mantê-las (VALLADARES,2005, p.53).

Os prefeitos do Distrito Federal à época conduziram políticas que buscavam melhorar a qualidade de vida nas comunidades sem destruí-las nem permitir seu crescimento. Foi também durante esse período que o governo Vargas construiu os parques proletários como uma tentativa de solução para garantir a intervenção nas favelas, permitindo a transferência dos moradores de um local para o outro (VALLADARES, 2005). Os objetivos do governo com essa transição eram controlar a expansão das comunidades e também a participação política dos moradores das favelas em troca de direitos civis (PALERMO,2011, p.5). Entretanto, o projeto dos parques proletários não teve o sucesso desejado e foi descontinuado.

2.2 A Favela como tema: Os Anos 50 e a Era das Remoções

Com a favela como uma nova realidade para o poder público, era preciso estudá-la para melhor compreender, e porque não dizer controlar, seus moradores. O

período dos anos 1950 alimentou a teoria da marginalidade²³, dentro da qual foram formuladas as categorias de favela e favelado para identificar os espaços não integrados à cidade, preparando o terreno para a chamada “era das remoções²⁴”, que ocorreria na década seguinte (LEITE,2012, p.377).

Duas iniciativas à época, todavia, se destacaram positivamente: a SAGMACS e a pesquisa de Antony Leeds. A Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, ou SAGMACS, foi uma instituição de estudos estrangeira que teve seu primeiro escritório aberto no país em 1947 em São Paulo, chegando ao Rio de Janeiro apenas na década de 1950. O projeto era capitaneado pelo padre francês Louis-Joseph Lebreton e foi influenciado pelo movimento *Économie et Humanisme*, com o uso de metodologias de pesquisa como estatísticas econômicas, geografia e mapas (VALLADARES,2005, p.86-91). A SAGMACS é considerada um marco para os estudos urbanos no país e abriu as portas para diversos acordos de cooperação internacional no Brasil para estudar o fenômeno de favelização.

E foi a partir de um desses acordos que o *Peace Corps* veio para o Brasil. O projeto do governo norte-americano surgiu nos anos 1960 com o objetivo de ajudar populações carentes em países subdesenvolvidos. Durante as décadas de 1960 e 1970, voluntários norte-americanos vieram ao Rio de Janeiro para estudar de forma intensiva as favelas da cidade com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), através da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) e da prefeitura do Rio de Janeiro. O *Peace Corps* não obteve o sucesso planejado (VALLADARES, 2005, p.107), porém deixou na cidade um importante legado: Antony Leeds²⁵.

A chegada do antropólogo ao país garantiu ao grupo de voluntários do antigo projeto, que agora também era composto por brasileiros, uma nova oportunidade de estudar as favelas. O conhecimento desse grupo sobre os territórios era

²³ Segundo Roberto Richardson, “a teoria da marginalidade pretendeu explicar a existência de uma parcela de trabalhadores urbanos que, na América Latina, não se integrava aos setores modernos da economia. Tratava-se basicamente dos trabalhadores autônomos, ambulantes, prestadores de serviços, atividades domésticas” (RICHARDSON, 2009, p.16).

²⁴O governo Lacerda entre os anos de 1963 e 1975 removeu mais de 175 mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro através do Serfha e da Secretaria de Serviços Sociais. Para mais, ver BRUM,2011.

²⁵ A importância de Antony Leeds não se restringiu apenas a sua pesquisa. O antropólogo fez parte do corpo docente do primeiro curso de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e teve como alunos nomes como Gilberto Velho, Yvonne Maggie e Luiz Antonio Machado, contribuindo para o crescimento do campo no país (VALLADARES,2005).

compreendido por Leeds como a possibilidade de realizar observações participantes nas comunidades. Com o seu trabalho de campo nas favelas cariocas somado a seu estudo do caso peruano, o pesquisador norte-americano construiu, junto com Elizabeth Leeds, uma visão sobre a pobreza urbana latino-americana que rompia com as já consolidadas noções da “cultura da pobreza” e com a teoria da marginalidade presentes no campo sociológico à época (VALLADARES, 2005, p.13).

Apesar de já reconhecidas pelo poder público, apenas a partir dos anos 1960 que as favelas cariocas começaram a ser entendidas como um grande problema urbano, quando a forma de agir junto às favelas se transformou profundamente. Até então as comunidades eram alvo de políticas de “congelamento” de sua expansão ou de erradicação, esse último apenas em casos raros e extremos. O mandato de Carlos Lacerda (1960-1965) à frente do governo do Estado da Guanabara modificou o status da favela e realizou aquela que seria chamada de “era das remoções” (BRUM, 2011). O então Estado da Guanabara, com o apoio do governo norte-americano, formulou o plano Doxiadis²⁶ retomando as tentativas de modernização da Favelas da cidade do Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2013). Os projetos, todavia, não obtiveram o sucesso que o governador realmente ambicionava: reduzir os redutos antilacerdistas dos morros cariocas (MACHADO DA SILVA, 2002, p.234).

Durante o período do governo militar o Rio de Janeiro conviveu com os processos de transbordamento da favela para a cidade, de expansão das comunidades e de multiplicação dessas nos morros. Todas essas mudanças tornaram esses territórios alvos de políticas de remoção e de segurança pública, influenciadas principalmente pela insatisfação e o medo da classe média carioca. Essa mudança na forma de agir se fortaleceu com a fusão do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, em 1975, e a aprovação de uma nova Constituição estadual que previa a intervenção pública nas favelas da cidade (GONÇALVES, 2013, p.262).

As décadas seguintes, 1970 e 1980, também foram importantes marcos no fortalecimento dos estudos de favela. Com o início das pós-graduações em Ciências Sociais no Brasil, as comunidades se tornaram tema caríssimo para as pesquisas de campo e essas duas décadas foram determinantes para os estudos sociais dos

²⁶ O Plano Doxiadis, ou Plano Policromático, foi publicado em 1965. Tem seu nome em homenagem ao seu idealizador o arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiádis. O objetivo do projeto era reformular as linhas mestras do urbanismo da cidade do Rio de Janeiro, preparando-a para o crescimento esperado até ao século XXI. Para mais, ver OAKIM, 2012.

próximos 30 anos, com pesquisas, publicações e disciplinas sobre o tema ganhando cada vez mais força. Nesse período houve a busca por conceituar o objeto, resultando na consolidação e na generalização do que Licia Valladares denominou dogmas e que perduram até os dias de hoje. Dentre esses dogmas destacaram-se três: a especificidade da favela, favela como *locus* da pobreza e favela como uma unidade (VALLADARES, 2005, p.147-152). O problema desse tipo de conceituação, segundo Valladares (2005), é o fato de sua utilização prejudicar a real compreensão da complexidade da favela e impedir reais avanços em políticas públicas e também assistência não-governamental, resultando apenas na manutenção do status quo.

2.3 O Narcotráfico modifica o panorama: Favela como espaço de violência?

A eleição de Lionel Brizola para governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 trouxe mudanças nas políticas habitacionais, com projetos piloto como o Programa de Favelas da Companhia de Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (PROFACE)²⁷ e o “Uma Luz na Escuridão”²⁸ (CARDOSO, 2002). Formulou-se nesse momento uma aliança entre os governos do Estado e do município que iniciaram esforços, como o Projeto Mutirão²⁹, na tentativa de urbanizar as favelas cariocas, cujos reflexos somente seriam percebidos na década seguinte com o projeto Favela Bairro, no mandato de Cesar Maia como prefeito do Rio de Janeiro (*idem*).

Os anos 1980 trouxeram também outra mudança importante, com os cartéis internacionais de tráfico de drogas promovendo uma verdadeira revolução em seus negócios, expandindo e militarizando os espaços de venda de droga. Os locais que eram escolhidos para pontos de venda pelos cartéis ao redor do mundo eram espaços periféricos e carentes, como as favelas e os conjuntos habitacionais (MISSE, 2003). Na cidade do Rio de Janeiro, essa mudança refletiu principalmente no aumento da

²⁷ O PROFACE tem como objetivo dotar as regiões de favela de saneamento básico.

²⁸ O Projeto Uma Luz na Escuridão foi uma tentativa de atender cerca de um milhão de pessoas com iluminação em suas casas, a custo zero. O projeto tinha como objetivo secundário facilitar a regularização da posse das casas partir da emissão dos boletos de conta de luz.

²⁹ O Projeto Mutirão foi um projeto do governo municipal que remunerou os moradores das favelas cariocas que ajudaram na urbanização das comunidades em que moravam.

violência e no crescimento dos enfrentamentos entre os traficantes e a polícia, ou entre bandos rivais pelo controle do tráfico nos morros. (LEITE,2008, p.16).

Os anos de 1990 no Rio de Janeiro foram marcados pela violência urbana, exemplificados por arrastões e chacinas como a da Candelária e a de Acari (LEITE, 2000), além da ação dos esquadrões da morte e da gratificação faroeste³⁰. Foi sobre esse cenário que Márcia Leite conceituou a ideia de “cidade em guerra” com diversos significados que extrapolavam os conflitos entre policiais e bandidos, remetendo tanto à insegurança vivida pela classe média, que não via as políticas públicas existentes como soluções eficientes, quanto à representação por setores da mídia da realidade (LEITE, 2000, p.74).

Os moradores da favela foram inseridos nesse enquadramento de desconfiança e se organizou uma noção de sociabilidade urbana do Rio de Janeiro que dividiu a sociedade entre os “cidadãos de bem” e os “vagabundos” (TEIXEIRA,2014, p.81). Dentro dessa lógica de sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2004), iniciou-se o importante trabalho preventivo de ONGs buscando diminuir o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas (TEIXEIRA,2014, p.83) e intensificando a luta pelo respeito aos direitos humanos durante incursões policiais nas favelas cariocas, constituindo-se como importante força contrária a violência policial então vigente (LEITE, 2000).

O final do século XX trouxe também políticas urbanas importantes tais como a construção da Linha Amarela, o Projeto Rio-Cidade e o Favela Bairro. Essa última buscou revisar a percepção da favela, construindo uma nova compreensão da comunidade agora tal qual um bairro, fato que, em tese, potencializaria a integração social daquele território (CARDOSO,2002). O projeto foi reflexo da mudança na ideia de políticas direcionadas à favela, substituindo remoção por urbanização, mesmo que a lógica de segregação favela-asfalto se mantivesse. O Favela Bairro utilizou como “eixo central a realização de obras de infraestrutura, com a abertura de acessos e a criação de uma via de circulação interna, realização de obras de saneamento, eliminação das áreas de risco e construção de equipamentos públicos”

³⁰ A gratificação faroeste ou gratificação por bravura era um abono salarial para policiais instituído pelo governo Marcello Alencar. A partir de avaliações internas na Polícia Militar, os policiais poderiam receber até 150% por seus desempenhos, associados a mortes de suspeitos e ações policiais. Nesse período a taxa de mortes em confrontos com traficantes subiu e ajudou a cunhar o apelido de gratificação faroeste.

(CARDOSO,2002, p.45-46). O resultado de todo esse processo, no entanto, foi a reformulação do estereótipo da favela:

Sintetizando todo estereótipo da favela, os símbolos da violência darão projeção a questão urbana da cidade, resumindo-a sob a política de “guerra contra o crime”. As iniciativas de urbanização das favelas representaram uma mudança significativa, e serão recordadas como as maiores políticas urbanizadoras de favelas do Rio. Mesmo que o Favela-Bairro tenha sido bem recebido, as questões relacionadas a violência continuaram a se constituir como a síntese do “problema” carioca, sendo a urbanização uma iniciativa incapaz de modificar esse cenário (NUNES,2015, p.42).

Nos anos 2000 a temática da segurança pública voltou aos holofotes. O governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, criou o Grupo de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE)³¹, projeto embrionário de policiamento comunitário, que acabou desmontado alguns anos depois, no governo de sua sucessora, Rosinha Garotinho. A proposta lançava as bases para um projeto de policiamento preventivo e, se necessário, repressivo (ALBERNAZ, CARUSO e PATRICIO, 2007, p.48) que se aproximava da ideia de policiamento comunitário que seria mais tarde retomada pelo projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP).

Durante o governo Garotinho foi também lançado o Mutirão pela Paz, uma experiência que também antecipou vários aspectos do projeto das UPPs, criado no governo Sérgio Cabral. Conforme apresentado por Lia Rocha (2008), uma comunidade³² próxima a residência oficial do governador do Rio de Janeiro foi em 1999 ocupada por policiais e projetos sociais após uma troca de tiros entre traficantes e policiais alcançar o asfalto e quase atingir o Palácio Guanabara. Em entrevistas realizadas pela pesquisadora, os moradores da região relatam que esse processo de ocupação foi um real fator para melhora da qualidade de vida, permitindo até mesmo um movimento de retorno de pessoas que haviam saído daquele território por medo e também possibilitando à economia local florescer com o turismo social implementado na região (ROCHA,2008, p.197-198). Como os próprios moradores destacam, entretanto, o tráfico não foi extinto, apenas perdeu seu poder militar e consequentemente de coação (idem).

³¹ O GPAE foi baseado a partir do Grupamento de Aplicação Prático-Escolar (GAPE) instalado no morro da Providência nos anos 1990. O “grupamento era formado essencialmente por recrutas e visava ser um laboratório de práticas comunitárias de policiamento. O caráter inovador do projeto estava na permanência diuturna dos policiais na favela, realizando o policiamento regular, o que facilitaria um contato mais próximo com seus moradores e o rompimento de um longo histórico de incursões policiais pontuais” (ALBERNAZ, CARUSO e PATRICIO, 2007, p.40).

³² A autora para proteger seus informantes não relata qual é a favela, mesmo que apresente diversas das características da mesma. Para mais ver ROCHA,2008.

Existiam, conforme o relato de Rocha, duas explicações principais, segundo os moradores da região, para a maior tranquilidade na região após a ocupação: o reduzido tamanho da favela e a proximidade da localidade da sede do Batalhão de Operações Policiais Especiais, o Bope. Entretanto, Lia Rocha ressalta que a ideia de tranquilidade e de paz era algo construído muito mais “de fora para dentro”, principalmente por existir evidências fortes de que o poder paralelo ainda residia naquele espaço, mesmo não sendo admitido oficialmente tanto por moradores quanto pelo governo (ROCHA,2008, p.200-203).

Apesar da propaganda, parte da população dos morros cariocas mantém a sensação de insegurança quanto a ação da polícia, baseada, principalmente, pelos recorrentes abusos realizados em incursões anteriores contra o crime organizado (MACHADO DA SILVA e LEITE, p.008). Dessa forma, existem ainda problemas e questões a serem resolvidas conforme o projeto evolui. Como Machado da Silva afirma, apenas com a interação da população local com o novo modelo de ação coercitiva utilizado pela UPP que as divergências e as soluções aparecerão, permitindo melhor capacitar o projeto a transformar seus controles coercitivos de forma mais específica para cada região (MACHADO DA SILVA,2015, p.21).

2.4 A Unidade de Polícia Pacificadora e a segurança pública

A eleição de Sérgio Cabral em 2006 fez a ação policial retomar seu passado violento. Contudo, a mudança foi duramente criticada, levando o governo do Estado a rever sua política de segurança. Assim, criaram-se as bases para a formulação da proposta de Polícia Pacificadora para tentar resolver esse novo problema que se apresentava (NUNES,2015).

A primeira UPP foi implementada no Morro Santa Marta, localizado em Botafogo, em 19 de dezembro de 2008. Mais 37 unidades foram instaladas até o final de 2014³³. O programa de pacificação é composto por quatro etapas: intervenção

³³ O site oficial da UPP somente contabiliza as unidades instaladas até o final de 2014, logo trabalharemos com esse número oficial. No entanto, em 2015 já foram implementadas quatro unidades confirmadas: Vila do João, Baixa do Sapateiro, Parque União e Praia de Ramos.

tática, estabilização, implantação da UPP e avaliação e monitoramento³⁴. Além disso, há duas classes de UPPs, a classe A com mais de 400 policiais e a classe B com um efetivo entre 400 e 100 policiais.

A implantação da UPP é precedida pela ocupação das localidades pela própria polícia que alerta previamente a população sobre a operação. O objetivo do aviso prévio é reduzir o confronto com traficantes de drogas e, assim, diminuir a possibilidade de óbitos na operação, garantindo sua qualidade pacífica. Substituem-se as invasões policiais por uma abordagem mais comunitária, o que, em programas anteriores como o GPAE, mostrou-se mais efetivo (FBSP,2012, p.21).

O processo de ocupação se demonstra totalmente distinto daqueles realizados a dezessete anos que mobilizavam 1500 homens para ocupar os morros do Pavão Pavãozinho e do Cantagalo. Agora eram apenas 120 policiais para ocupar a comunidade com técnicas de policiamento comunitário (BAIENSE, 2012, p.192). Com o projeto de pacificação, contudo, foi necessário emitir um decreto para transformar as bonificações pagas à policiais comunitários³⁵ em gratificações e estimular essa proposta de policiamento (MISSE,2014, p.677).

Os “rituais da pacificação” (DAVIES, 2014) implicaram, em primeiro lugar, a justificação da ocupação policial, com a construção de duas diferenças entre o policiamento de proximidade e as predecessoras incursões pontuais dos batalhões: uma de método – “a retomada do território” e a prestação de serviços versus a incursão e os tiroteios – e outra de objetivo – o fim da ostensividade armada do tráfico versus as apreensões e as prisões. Implicaram também um enorme investimento em tornar visível a “nova ordem”, com placas nos arredores das favelas, pintura das pichações das siglas das facções, inscrição “UPP” nas antigas bocas de fumo, hasteamento da bandeira nacional e da policial, distribuições de policiais pelo território e instalação de uma sede (ARAÚJO SILVA e CARVALHO, 2015:66).

O projeto da Unidade de Polícia Pacificadora prometia resolver a falta de conexão entre a polícia e a comunidade com a construção de uma base de operações na região e a presença de um efetivo de policiais permanentes no território (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008). Até aquele momento, a relação entre traficante e morador se baseava, sobretudo, no medo e na vivência no território, onde conviviam diariamente, enquanto a polícia era percebida como um fator externo que surgia apenas pontualmente. Com a instalação da UPP a proposta era criar um vínculo

³⁴ Esse programa começou a ser respeitado a partir da ocupação no Chapéu Mangueira/Babilônia em junho de 2009 (MISSE,2014, p.678).

³⁵ Já existia na estrutura organizacional da Polícia, a Companhia de Policiamento Comunitário, com pagamento de bonificações àqueles que trabalhassem nesse setor. Para mais, Misse 2014.

na região entre policiais e moradores e, teoricamente, resolver o problema da polícia como fator externo, como até então essa era percebida.

A decisão de quais favelas seriam pacificadas se justifica a partir de estudos do Instituto de Segurança Pública quanto à índices de criminalidade (MISSE,2014, p. 677). Contudo, Daniel Misse considera duas explicações não confirmadas oficialmente como mais plausíveis para compreender o porquê das escolhas: serem comunidades localizadas em regiões que estarão envolvidas nas Olimpíadas de 2016, o chamado “cinturão de segurança”; e a importância de uma facção criminosa específica na região metropolitana do Rio de Janeiro (*idem*).

Há por parte do Estado a compreensão da existência de peculiaridades nas comunidades e que essas são responsáveis por sucessos e fracassos do processo de pacificação. A retórica utilizada na argumentação pró UPP se baseia em dois pontos: no uso do termo “implantação” que remete à ação de inserir um corpo estranho em outro corpo, aproximando-se da ideia higienista do início do século XX; e na análise das ações da comunidade em relação à presença da polícia, a partir das características específicas do local. Esta última característica, apesar de ajudar na alegação de pluralidade na atuação da polícia, apenas serviu como retórica para defender o projeto de possíveis críticas por falhas e problemas em ocupações em casos de conflito (DA CUNHA,2014, p.42).

A integração junto ao Estado trouxe também serviços à favela e a ideia de “civilizar” o território com o fim do aliciamento de crianças pelo tráfico e mesmo do controle exercido por ele na região. Crianças e adolescentes formavam durante o processo de pacificação um segmento importante bastante focado pelo projeto da UPP social, dado que seriam o elo mais frágil e suscetível a ingressar no mundo do crime. Agora aquele espaço experimentaria a paz com livros no lugar de fuzis (DA CUNHA, 2014, p.48).

3. A COMUNICAÇÃO E FAVELA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

3.1 A Teoria

Analisar o atual estágio de desenvolvimento das telecomunicações e da internet permite concluir que a maior parte das informações que recebemos diariamente é transmitida pelos meios de comunicação mais tradicionais. Até o século XVII a imprensa era apenas um dos braços dos partidos políticos, dado que era financiada prioritariamente por esses, resultando em um conteúdo que priorizada a propaganda e não a informação. O início das transformações que a industrialização trouxe, possibilitou romper com essa censura e alcançar a liberdade, permitindo à imprensa tal qual conhecemos começar a se desenvolver no século XIX. Também se desenvolveu a positivação do trabalho jornalístico, e conseqüentemente formulou-se também o mito do Quarto Poder³⁶.

A relação entre mídia e política é tema de trabalhos da Ciência Política e dos estudos de comunicação. Nos Estados Unidos, onde a área de estudos de mídia remonta sua origem à primeira metade do século XX, há uma extensa produção acadêmica sobre o tema. Só para citar alguns autores mais renomados, temos Gaye Tuchman, Robert Hackett, Paul Weaver, Daniel Hallin e Paolo Mancini. No Brasil o campo vem se consolidando, particularmente a partir do retorno do país ao regime democrático. Já há uma extensa bibliografia sobre mídia e política produzida em nosso país, com destaque aos estudos sobre as eleições (ALDÉ, MENDES, FIGUEIREDO, 2007; MIGUEL, 2002; HERÉDIA, 2008; BEZERRA, 2005).

O papel da imprensa é, segundo alguns teóricos da democracia – pautados principalmente pelo conceito de liberdade positiva –, ser um dos principais meios pelo qual os cidadãos se informam para não apenas melhor exercer seus direitos, mas também expressar suas preocupações quanto à sociedade e ao Estado (CHRISTIANS, FERRE E FACKLER, 1993). Outros teóricos, contudo, utilizando as

³⁶ O conceito de Quarto Poder se baseia principalmente nos conceitos de liberdade negativa e liberdade positiva da teoria democrática. A partir destes, o jornalismo formulou dois papéis que deveria cumprir: vigiar o poder político, protegendo os cidadãos de eventuais abusos de poder, e exercer seu papel público de informar a sociedade (TRAQUINA, 2012).

ideias de liberdade negativa, compreendem a imprensa apenas como o guardião da sociedade diante de possíveis abusos de poder por parte do governo.

Antes de continuar é importante definir o campo de atuação dessa mídia. Segundo Adriano Rodrigues, o “campo dos *media* é a instituição que possui a competência legítima para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer a hierarquia de valores, assim como o conjunto de regras adequadas a respeito desses valores” (RODRIGUES, apud. LOPES E SILVA, 2011, p.38). Assim, conforme Lopes e Silva (2011) afirmam, o *media* age como conector do mundo moderno, afetando as práticas sociais e autoproclamando-se espaço de exercício de cidadania (LOPES E SILVA, 2011, p.38-39).

Estudar os *media* é estudar, segundo Wilson Gomes, o principal mecanismo de visibilidade pública na contemporaneidade (GOMES, 2008, p.143). O estudo da mídia não se propõe a discutir sobre estímulos midiáticos, mas sobre como se processam as disputas entre as distintas perspectivas, emergindo desse confronto a consciência política de cada indivíduo. O objetivo desse tipo de estudo é analisar o processo de interação comunicativa, relacionando-o ao sentido construído e como este afeta o outro, permitindo considerar “as perspectivas dos *media* e dos sujeitos afetados sob o prisma da interação” (CAL, 2014, p. 92-93). Tal qual Rousiley Maia afirma, é preciso lembrar que a mídia não é um canal neutro de informação, mas uma instituição com relações junto a outros atores sociais (MAIA, 2008a:95), além de possuir códigos de conduta próprios e interesses econômicos como fatores importantes e influentes em suas decisões de pauta (FERES JUNIOR et all, 2015; LYCARIÃO, MAGALHÃES e ALBUQUERQUE, 2015). Nesse sentido, ao estudar o processo de tematização midiática podemos melhor compreender sua construção e questionar posições e práticas existentes, o que nos permite tanto politizar os temas abordados como interagir com os sujeitos envolvidos e a ressignificação dos assuntos (CAL, 2015:3).

Em uma sociedade democrática, o papel da mídia não é ser meramente um serviço de informação objetiva, mas também emitir opinião, desde que contemple todos os posicionamentos e opiniões em seus distintos meios de comunicação. Seria o que Nelson Traquina denomina de “mercado de ideias” (TRAQUINA, 2012). Essa dependência se intensifica quando adotamos uma posição liberal-pluralista para qual é necessária a oferta de alternativas para que o leitor/espectador possa exercer sua livre escolha, como no mercado (SARTORI, 1994; MIGUEL 2004). Se a informação

mediada é fundamental para a formação da opinião pública em qualquer momento da vida democrática. Como sintetiza Luis Felipe Miguel

é possível dizer que, para que o cidadão seja capaz de fazer uma opção política consciente, ele precisa estar provido de informações adequadas sobre: (a) quais são os projetos em disputa, quem os apoia, quais interesses eles promovem e quais prejudicam; e (b) o mundo social, isto é, quais são os desafios a serem enfrentados, as alternativas possíveis e suas consequências... O que está em jogo são os princípios de percepção do mundo político e social, envolvendo crenças, valores e convicções. Os fatos não precisam apenas ser apresentados, eles precisam ser selecionados, interpretados, encaixados em narrativas dotadas de poder explicativo, ter seu peso relativo avaliado (MIGUEL, 2004, p. 130).

Seguindo essa lógica idealista da profissão jornalística, o papel do profissional da comunicação é servir a opinião pública, vigiando tanto a liberdade como a democracia (TRAQUINA, 2012). Uma mítica ao redor do papel e da atividade profissional do jornalista foi construída pautada em dois conceitos chave: objetividade e parcialidade. Essa lógica, segundo Traquina, atrairia jovens estudantes de comunicação:

Devido à importância da "relativa autonomia" dos jornalistas, a existência de valores e normas profissionais, bem como a pujança de toda uma cultura que atrai um número significativo de jovens que já acreditam na mitologia jornalística, a crescente capacidade por parte de diversos agentes sociais em participar e, às vezes, vencer (n) o xadrez jornalístico, defendemos a posição de que seria mais correto afirmar que o jornalismo é um Quarto Poder que defende sobretudo o status quo, mas periodicamente realiza o seu potencial de contrapoder (TRAQUINA, 2012, p.202).

Devemos destacar, conforme Rousiley Maia faz, a importância dos na sociedade, ao alimentarem tanto as informações como os discursos que circulam na mesma, além de criar novos espaços para os sujeitos produzirem “sentido de si mesmos, da relação com outros, o que frequentemente se entrelaça com as instituições e os padrões culturais arraigados” (MAIA, 2008b, p.209). Além disso, como a própria autora afirma, o material apresentado possui o potencial para transformar as relações do cotidiano, dramatizando conflitos, relacionando-os a valores e, principalmente, politizando as experiências vividas (*idem*). Assim, há um importante papel nas lutas política e social que a mídia deve cumprir.

O objetivo dos veículos midiáticos com esse tipo de cobertura é transmitir uma imagem de imparcialidade, de que seu trabalho é expor a realidade “tal como ela seria”. A discussão sobre a parcialidade jornalística remete a uma série de questões, tanto teóricas, sobre os papéis da imprensa e da mídia de massa na democracia contemporânea, quanto históricas, sobre a construção social das rotinas produtivas do jornalismo e da própria noção de objetividade. Diversos autores destacam o caráter social e historicamente construídos desses valores que hoje estão tão incorporados

ao discurso jornalístico que acabam sendo naturalizados, sem perceber a dificuldade em defini-los.

O ato de tomar posição realizado por parte dos meios de comunicação não é um problema em si (TRAQUINA, 2012). Em sociedades democráticas, não é esperado dos meios de comunicação que apenas ofereçam objetivamente um serviço neutro de informação ao seu usuário, mas que também emitam opinião sobre os assuntos abordados. Entretanto, para o melhor funcionamento da sociedade é imprescindível que todos os posicionamentos e opiniões sejam contemplados pelos distintos meios de comunicação, como em um “mercado de ideias” (TRAQUINA, 2012). Assim, essa é ação se torna verdadeiramente democrática (*idem*). A importância de contemplar diversas opiniões se baseia principalmente pela grande relevância que esses possuem na construção da realidade através de seus discursos, gerando conhecimento e também respondendo a questões cotidianas (SOUSA, 2002).

No entanto, a realidade nos demonstra um panorama distinto desse ideal democrático, no qual o apelo mercadológico possui prioridade nas decisões dos jornais quanto às perspectivas que são veiculadas (LYCARIÃO, MAGALHÃES e ALBUQUERQUE, 2015). Os grandes meios de comunicação utilizam todos os formatos textuais e visuais para influenciar a opinião do leitor sobre o tema veiculado (ALDÉ, 2004) e, em busca de blindar-se de críticas quanto à possível parcialidade de sua cobertura, afirmam basear sua produção jornalística em dois valores, a objetividade e a imparcialidade – valores presentes, inclusive, em alguns manuais jornalísticos de suas redações para reforçar essa posição (FERES JUNIOR et al., 2015).

Há, contudo, alguns indicativos da parcialidade veiculada que podem ser facilmente percebidos: a repetição de significantes, tais como temas e expressões de valor (HACKETT, 1984), a insistência em cobrir alguns fatos, a omissão de alguns temas considerados embaraçosos a seus aliados e a recorrência de mentiras (BREED, 1955; CHOMSKY e HERMAN, 1979). Outro mecanismo capaz de ajudar a perceber a parcialidade da cobertura midiática é presença da naturalização de opiniões nos textos, apresentando-as como se fossem globais, o que contribui, ao mesmo tempo, com o discurso da imparcialidade, dissimulando o enquadramento ideológico utilizado pela mídia (HACKETT, 1984). Essa última característica, segundo Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli, ignora os conflitos sociais existentes e impossibilita

a veiculação de vozes que não compartilham a visão apresentada pela mídia (MIGUEL e BIROLI, 2010).

É preciso compreender que a notícia é uma estória, que segundo Park, reencarna as novelas populares em outra forma literária (PARK, apud. TUCHMAN, 1976). Para discutirmos quanto à temática da objetividade, por sua vez, podemos partir da compreensão da rotina do jornalista. Há duas importantes características que devemos levar em consideração quando analisamos a produção jornalística: a velocidade em que a história precisa ser escrita para sua publicação no dia seguinte, e as concepções que o editor possui acerca dos fatos que influenciarão e chamarão mais a atenção dos leitores.

A questão da objetividade, segundo Gaye Tuchman (1976), deve ser entendida a partir do imperativo de o jornalista ser obrigado a tomar decisões acerca falibilidade, viabilidade e “verdade” da notícia sem possuir tempo útil para análises reflexivas. Construir a notícia, neste contexto, deve ser um processo simples e direta, reduzindo possíveis críticas ao trabalho. Muitas vezes, segundo a autora, o modo mais simples para o jornalista proceder é apresentar os dois lados do fato sem buscar a veracidade das declarações dos mesmos.

O repórter quando escreve sua notícia corre contra o tempo para entregá-la, já que a mesma necessita passar pelo crivo da redação para somente então entrar na edição do jornal e ser veiculada, na maioria dos casos, no dia seguinte ao acontecimento narrado. Nesse seu dia a dia, o jornalista está sujeito a ter que, em um curto espaço de tempo, decidir sobre questões importantes relacionadas a falibilidade, viabilidade e veracidade de informações veiculadas em seu texto (TUCHMAN, 1976).

Como resultado do processo de redução de possibilidades, a construção da notícia³⁷ se torna frágil e pouco qualificada³⁸, explorando superficialmente apenas os dois lados de um mesmo fato, sem investigar a veracidade das informações apresentadas pelos personagens (DOLL e BRADLEY, 1974). Além deste obstáculo ainda há a própria redação do jornal, conforme já citado. É crucial que o repórter, antes de entregar a matéria, analise as preferências do corpo de editores para evitar apresentar uma proposta textual contrária a linha editoria do jornal, que seria a mesma

³⁷ Entendemos as notícias aqui como resultado de um processo de produção com três fases: seleção, transformação e consumo (BECKER, 2009; TRAQUINA, 2012).

³⁸ Apesar de muitos afirmarem que a parcialidade é o contraponto da objetividade isto não é verdade. Segundo Miguel e Biroli, cabe a compreensão da existência de uma complexa rede de relações que envolvem os fatos esse papel. Para mais, ver MIGUEL e BIROLI, 2010.

do proprietário (TUCHMAN, 1972, p.77). O autor também precisa se preocupar com o que escreve para evitar processos legais por difamação e calúnia. Neste sentido, a perspectiva do jornalista é agir cautelosamente com vistas a evitar problemas futuros com a sua estória.

A parcialidade adotada pelo jornalista no processo de formação da notícia se realiza, segundo Denis McQuail (MCQUAIL apud HACKETT, 1984), de diversas maneiras, como, por exemplo, a utilização de argumentações específicas, de coleta de provas para defender um ponto particular, de utilização de fatos e comentários tendenciosos e do uso da própria linguagem. O favoritismo, mesmo que não reclamado pelo jornal, se explicita nessa transmissão de juízos de valor, a qual Hofstetter (1976) chamou de parcialidade partidária.

Há diferentes razões que explicam a parcialidade midiática. Primeiramente, há a desconstrução da concepção de “parede de separação” entre as páginas editoriais e a de notícias, o que altera a forma como a política é tratada pelos artigos e reportagens “não-opinativos” (PEAKE e ESHBAUGH-SOHA, 2008). O contraponto para esta objetividade não é a parcialidade, como afirmam Doll e Bradley (1974), mas a noção de que qualquer discurso é “situado e marcado por uma rede complexa de relações” (MIGUEL e BIROLI, 2010). As notícias não partem de um vácuo que permitiria aos meios jornalísticos informar a realidade – a qual, quando no singular, ignora as diferenças que nos cerca – sem serem influenciados pela mesma. Mesmo se as notícias partissem do vazio, para Stuart Hall, estas também conseguem facilmente reproduzir as intenções de seus produtores (HALL, 1982, p.64).

Outra desconstrução importante realizada pelos estudos da mídia diz respeito à compreensão de uma divisão nos jornais impressos entre o que se afirma ser conteúdo dos “textos opinativos” e o conteúdo dos “textos noticiosos”, auxiliando na explicação sobre a tomada de posição por parte da mídia (PEAKE e ESHBAUGH-SOHA, 2008). Existem, segundo Peake (2007), duas motivações prováveis para os posicionamentos que são tomados: uma sociológica e outra econômica.

Segundo a explicação sociológica, a soma entre o ambiente nas salas de redação e o desenvolvimento de uma cultura política organizacional própria impulsiona a escolha de alguns vieses em detrimento de outros pelos periódicos (BARRETT e BARRINGTON, 2005). Já o viés econômico destaca que a audiência é um fator importante a ser considerado nas decisões, dado que, como o jornal é também um produto mercadológico, a relação do periódico com o leitor-cliente é um

fato imprescindível para sua manutenção (PEAKE, 2007; LYCARIÃO, MAGALHÃES, ALBUQUERQUE, 2015).

Além disso, a mídia impressa é muito lida pelos setores “formadores” de opinião, elites econômicas, sociais e políticas, e detentores de poder de decisão. Finalmente, dada o oligopólio que é a grande mídia no Brasil, as principais fontes noticiosas pertencem aos grupos proprietários dos maiores jornais do país: O Globo e Folha de S. Paulo. Na internet, que poderia ser uma válvula de escape desse monopólio, isso não é diferente, pois os sites noticiosos desses jornais e do Estado de São Paulo, o terceiro grande jornal, são as principais fontes de referência de conteúdo noticioso, tanto para a mídia *mainstream* (outros jornais e revistas pelo Brasil afora) quanto para sites noticiosos e blogs da internet.

Assim, a cobertura jornalística oferece um bom *proxy* sobre a comunicação política em nossa sociedade, ou seja, para a avaliação da relação geral entre mídia e política, a despeito das grandes transformações pelas quais a sociedade e a própria mídia têm sofrido.

3.2. A Representação da favela na mídia impressa

3.2.1 Metodologia

A análise que construímos neste capítulo busca entender a relação entre a mídia impressa e a representação que foi formulada para as favelas do Rio de Janeiro antes, durante e após a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora nas comunidades. O banco de dados que utilizamos foi gentilmente cedido pelo CEVIS³⁹. O período analisado pelo grupo compreende o intervalo entre os anos de 2007 e 2011, com textos dos jornais “O Globo” e “Extra”. A coleta das notícias codificadas obedeceu à escolha de vinte localidades com a presença de Unidades de Polícia Pacificadora: Alemão, Andaraí, Babilônia, Batan, Borel, Cabritos, Cantagalo, Chapéu-Mangueira, Cidade de Deus, Coroa-Fallet-Fogueteiro, Formiga, Macacos, Prazeres-

³⁹ Queremos agradecer a equipe do CEVIS nas figuras de Lia Rocha e Luiz Antonio Machado que gentilmente cederam a base de dados.

Escondidinho, Providência, Salgueiro, São Carlos, São João-Matriz-Quieto, Santa Marta, Tabajaras e Turano. Também foram definidas pela pesquisa também três localidades de controle Maré, Rocinha – mesmo que pacificada em 2012 – e Vila Kennedy.

Após essa coleta, 32 códigos que foram utilizados nas análises dos textos jornalísticos já coletados:

- 1- Descrição de confrontos ou invasões de grupos rivais, traficantes ou milicianos;
- 2- Descrição e confrontos ou ocupação temporária da favela pela polícia;
- 3- Cidade Partida;
- 4- Exploração da economia na favela pelo tráfico ou milícia,
- 5- Medo,
- 6- Relação Favela-Asfalto;
- 7- Intervenções no cenário das favelas;
- 8- Relação Polícia-Moradores;
- 9- Elogios-Defesa da UPP;
- 10- Crítica da UPP;
- 11- Recusa da UPP;
- 12- Definição da Política da UPP;
- 13- Características da UPP;
- 14- Cerco;
- 15- Paz;
- 16- Pacificação;
- 17- Comando da UPP;
- 18- UPP Social;
- 19- Territórios da Paz;
- 20- Circulação;
- 21- Discursos sobre Segurança Pública;
- 22- Ações da UPP no Território;
- 23- Bandeiras;
- 24- Período da Ocupação;
- 25- Ordem Pública;
- 26- Religião;
- 27- Falas sobre Moradores;

- 28- Ações Policiais pós-UPP;
- 29- Associação de Moradores;
- 30- Vitimização;
- 31- Expectativa de chegada da UPP; e
- 32- Megaeventos.

A codificação realizada pelo CEVIS permitia que o mesmo código fosse utilizado mais de uma vez por notícia analisada, associando-o, em alguns casos, a diversos subcódigos para diferencia-los. Para esse trabalho, no entanto, essa divisão não foi mantida, pois decidimos pela definição do texto jornalístico como a unidade de análise, considerando apenas um código de cada tipo por unidade de análise, descartando as outras aparições repetidas e as subcodificações utilizadas, resultando em apenas 32 códigos. Os códigos “Recusa da UPP”, “Religião” e “Territórios da Paz” não obtiveram nenhuma codificação nas comunidades que analisamos. O código “Megaeventos”, por sua vez, foi citado em 17 oportunidades, porém não será discutido ou quantificado em nosso estudo, pois o tema que é analisado não faz parte da discussão proposta neste trabalho.

A codificação quantitativa foi a metodologia escolhida para discutir a cobertura midiática. Para facilitar tanto a visualização como a comparação entre os dados obtidos, os códigos analisados foram agregados em três grupos: “Confrontação”, “UPP” e “Realidade na Favela”. O primeiro grupo visa agregar os dados sobre situações nas quais a representação da Favela está relacionada ao medo e aos confrontos realizados nesses espaços; o segundo busca apresentar a imagem das UPPs nos jornais; por fim, o terceiro grupo agrega os códigos que discutem o cotidiano da favela e as relações dessa comunidade com a sociedade e com o poder público. A divisão se deu da seguinte maneira:

- Confrontação (5 códigos): Descrição de confrontos ou invasões de grupos rivais, traficantes ou milicianos; Descrição e confrontos ou ocupação temporária da favela pela polícia; Medo; Cerco; e Vitimização.
- UPP (13 códigos): Elogios-Defesa da UPP; Crítica da UPP; Definição da Política da UPP; Características da UPP; Comando da UPP; UPP Social; Ações da UPP no Território; Ordem Pública; Período de Ocupação; Discursos sobre Segurança Pública; Pacificação; e Ações Policiais após a Instalação das UPPs.

- Realidade na Favela (10 códigos): Exploração da economia na favela pelo tráfico ou milícia; Relação Favela-Asfalto; Intervenções no cenário das favelas; Relação Polícia-Moradores; Circulação; Bandeiras; Paz; e Associação de Moradores.

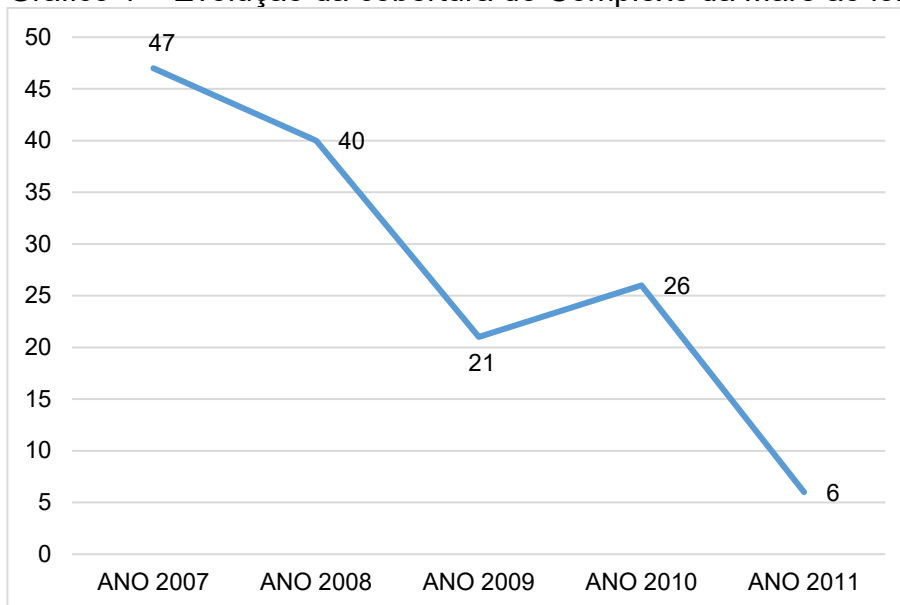
A decisão sobre as favelas que seriam estudadas foi tomada comparando a quantidade de ocorrências entre as comunidades listadas e escolhendo aquelas com número mais próximo de recorrência. São elas: Borel, Cantagalo, Chapéu Mangueira, Macacos e Maré. Utilizamos apenas a Maré como grupo de controle por dois motivos: o fato de a Rocinha ter sido pacificada em 2012, o que prejudicaria sua qualidade de controle; e a Vila Kennedy não possuir entradas no banco de dados que a consideram a localidade principal em nenhuma das notícias na qual ela é citada, impedindo-nos, assim, de afirmar que os códigos são relacionados a localidade.

A discussão será conduzida da seguinte forma: primeiramente apresentamos os dados para cada uma das comunidades estudadas. Em segundo momento analisamos os dados divididos entre zona sul e não zona sul para efeito comparativo. Na terceira parte discutimos os dados relacionados ao caso controle.

3.2.2 O Caso Controle: O complexo da Maré

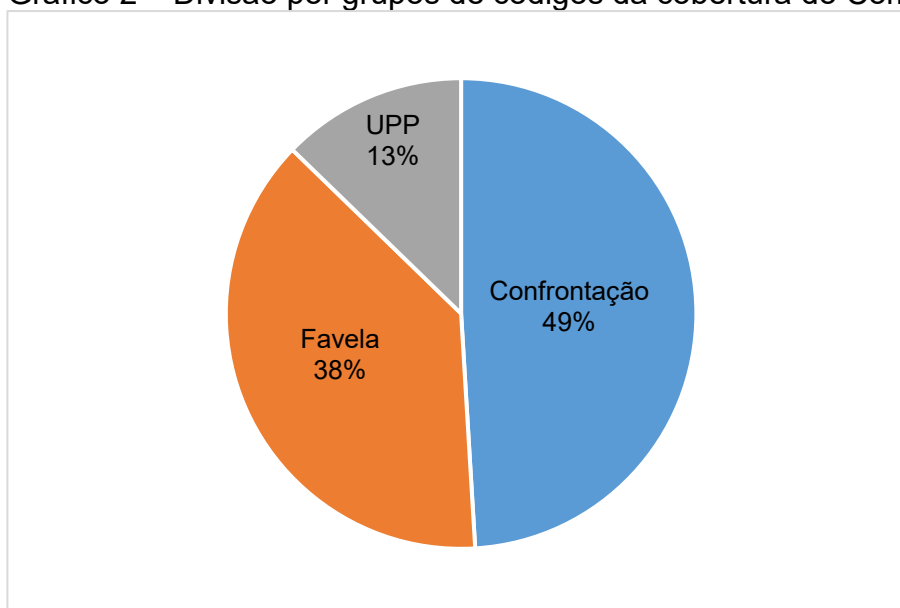
Conforme explicado anteriormente, o Complexo da Maré não foi pacificado durante o período estudado, o que permitiu escolhe-lo como caso controle para analisar a representação da pacificação a partir dos jornais. O gráfico abaixo (Gráfico 1) apresenta a cobertura temporal do complexo que teve uma tendência negativa, reduzindo seu número em 87% das codificações do início em 2007 até o ano de 2011, uma característica oposta à que veremos na cobertura das favelas pacificadas nas próximas sessões. Com 140 textos apresentando uma soma total de 314 códigos, o complexo possui uma cobertura média de 2,25 códigos/notícia, pouco inferior àquela que apresentada pelo conjunto de favelas pacificadas, 2,31.

Gráfico 1 – Evolução da cobertura do Complexo da Maré ao longo do tempo



Nota: Elaborado com base em dados extraídos da base de dados do CEVIS.
 Fonte: O autor, 2016..

Gráfico 2 – Divisão por grupos de códigos da cobertura do Complexo da Maré



Nota: Elaborado com base em dados extraídos da base de dados do CEVIS.
 Fonte: O autor, 2016.

O grupo de códigos “Confrontação” com 154 aparições foi aquele com maior percentual de codificações quantitativamente e percentualmente, 49% do total da cobertura reservada ao Complexo da Maré. Destacaram-se os códigos “Vitimização” e “Cercos” com 48 e 39 codificações, respectivamente. A recorrência do código

“Vitimização” foi um reflexo importante do estilo de cobertura da Maré realizada pelos jornais. A localidade esteve representada nos periódicos como uma região de violência, onde os conflitos eram frequentes entre os traficantes⁴⁰ e entre estes e a polícia⁴¹. Esses confrontos resultaram em inúmeras vítimas inocentes e em diversos protestos na região que acusavam policiais pelas mortes de crianças⁴² durante confrontos no complexo. O Batalhão de Operações e Polícias Especiais (BOPE) conduziu algumas operações naquele território com o objetivo de retornar aquele espaço a tempos mais pacíficos, porém, não obteve sucesso. O código “Cercos” também esteve relacionado a esses confrontos recorrentes na região, tanto entre criminosos de facções rivais⁴³ como entre traficantes e policiais⁴⁴. Também foi codificado em notícias sobre as diversas operações policiais para apreender armas foram conduzidas no período, coletando até mesmo armas antiaéreas⁴⁵.

O segundo grupo com maior quantidade de codificações foi “Realidade na Favela” com 120 aparições, o que representou 38% do total da cobertura do Complexo da Maré. Os códigos mais recorrentes foram “Falas sobre moradores”, com 34 unidades, “Relação Favela-Asfalto” e “Intervenções no cenário das favelas”, ambos com 33 codificações cada um. O primeiro dos três códigos citados foi codificado quando surgiram nas páginas dos periódicos algumas discussões quanto ao comportamento dos moradores na região. Já as notícias sobre intervenções foram recorrentes durante o ano de 2007, quando ocorreram ações da secretaria estadual para remover diversas famílias em situação de risco da região denominada Canal do Cunha⁴⁶. A codificação também esteve presente em textos sobre unidades de saúde que funcionavam corretamente na região⁴⁷, sobre as tentativas de legalizar serviços e comércios⁴⁸ e também sobre projetos-exemplo⁴⁹ formados na região. O código quanto à relação entre favela e asfalto, por sua vez, apareceu em textos com temáticas bastante distintas, discutindo desde situações de roubo e recuperação de

⁴⁰ “Guerra do tráfico na Maré faz 3 mortos e 8 feridos”, O Globo, 01 de junho de 2009.

⁴¹ “Dois mortos e dois feridos em favela na Maré”, O Globo, 12 de junho de 2010.

⁴² “Protesto fecha uma pista da Linha Vermelha”, O Globo, 15 de abril de 2009.

⁴³ “Guerra do tráfico na Maré faz 1 mortos e 4 feridos”, Extra, 13 de janeiro de 2008

⁴⁴ “PM tapa fossos do tráfico em favela da Maré”, O Globo, 26 de novembro de 2009

⁴⁵ “Apreendida arma antiaérea na Maré”, O Globo, 31 de julho de 2009.

⁴⁶ “Construções começam a ser removidas do Canal do Cunha”, O Globo, 04 de maio de 2007.

⁴⁷ “Com qualidade, nova unidade de saúde da Maré atende 350 ao dia”, O Globo, 31 de dezembro de 2007.

⁴⁸ “Os negócios do bem”, O Globo, 31 de julho de 2008.

⁴⁹ “Projeto na Maré servirá de exemplo na rede municipal”, O Globo, 16 de fevereiro de 2009.

carros⁵⁰, até especulação imobiliária na região⁵¹. O código também esteve associado à temática da violência, em notícias sobre o tráfico de drogas⁵² e naquelas que descreviam confrontos entre policiais e criminosos⁵³.

O terceiro grupo de códigos, “UPP”, esteve representado em apenas 13% das codificações, ou 40 aparições. Os códigos mais recorrentes foram “Relação Polícia-Moradores” com 15 unidades, “Discursos sobre Segurança Pública” e “Ordem Pública”, com 8 aparições cada um. Conforme a representação dos jornais nos apresentou, a relação entre policiais e moradores não era das melhores no complexo da Maré durante o período estudado. Com acusações de ataques a inocentes e crianças⁵⁴, os moradores criticavam bastante a ação policial na região, enquanto a Polícia Militar negava todas as acusações. Apesar de todos esses problemas com os policiais, os cidadãos da região ainda acreditavam que a entrada do BOPE no complexo poderia trazer dias de paz para o bairro⁵⁵. Ao mesmo tempo em que a polícia era um dos assuntos mais recorrentes nas páginas dos jornais, os criminosos também faziam parte da agenda, em discussões sobre sua origem⁵⁶ e tentativas de explicar o porquê de toda a violência envolvida⁵⁷. Enquanto isso, a prefeitura realizava remoções nas áreas de risco do território, sem cuidar dos espaços para evitar o retorno dos removidos para essas regiões⁵⁸. A comunidade cobrava o poder público por soluções, o que resultou até em uma Conferência sobre segurança na região⁵⁹. O resultado, contudo, não foi alcançado e mesmo a questão habitacional que parecia ter mudado, acabou retornando ao que era antes da ação do poder público municipal⁶⁰.

3.2.3 O Morro do Borel

⁵⁰ “Jogo de empurra para não entrar em favela”, O Globo, 16 de novembro de 2007.

⁵¹ “Aluguéis rendem R\$ 107 milhões”, O Globo, 25 de agosto de 2008.

⁵² “O entreposto do crime”, O Globo, 20 de novembro de 2009.

⁵³ “Tiroteio em favela da Maré mata quatro e fere 7”, 20 de dezembro de 2008.

⁵⁴ “Bala de fuzil tira a vida do pequeno Mateus, na Maré”, Extra, 05 de dezembro de 2008.

⁵⁵ “Moradores ansiosos pela chegada do Bope”, O Globo, 03 de maio de 2010.

⁵⁶ “A origem do infrator”, O Globo, 07 de dezembro de 2007.

⁵⁷ “Uma guerra cada vez mais suja”, O Globo, 13 de janeiro de 2008.

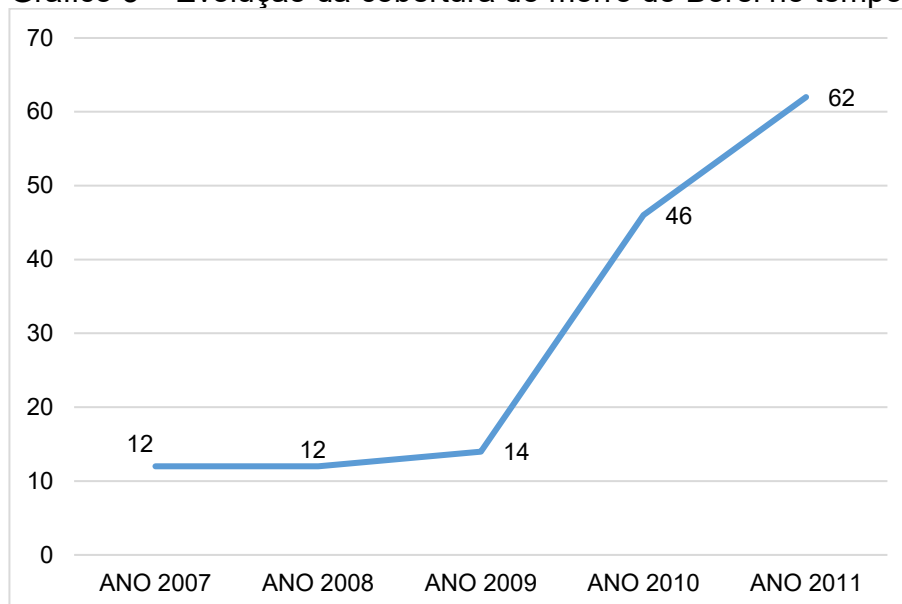
⁵⁸ “Nem a prefeitura cuida”, O Globo, 25 de dezembro de 2007.

⁵⁹ “Maré vai discutir segurança”, Extra, 26 de junho de 2009.

⁶⁰ “Famílias de volta ao Canal do” Cunha”, Extra, 19 de março de 2008.

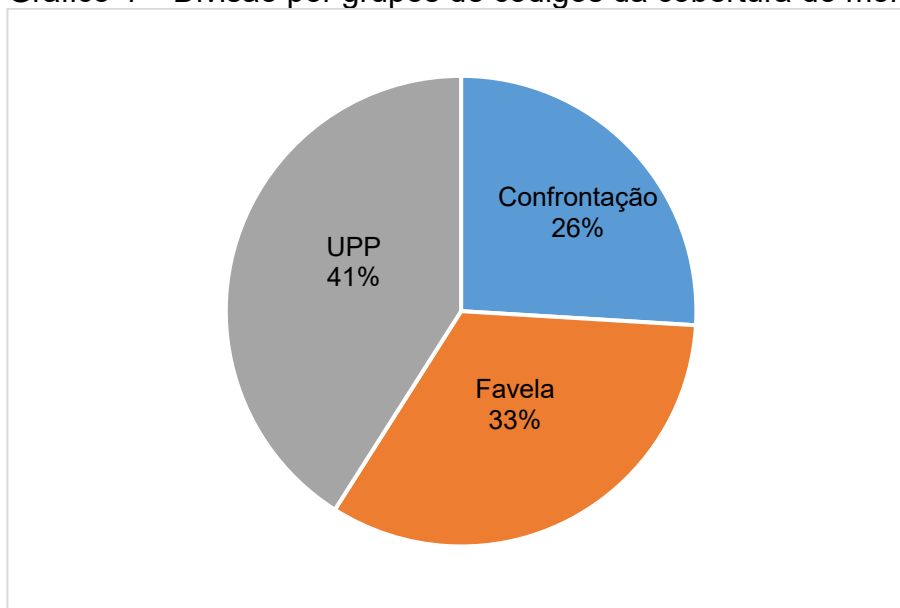
Em 07 de junho de 2010, no morro do Borel localizado no bairro da Tijuca, foi inaugurada a oitava unidade do programa das UPPs. A comunidade foi objeto das notícias dos jornais em 146 oportunidades entre 2007 e 2011, com 360 codificações, resultando em uma média de 2,46 códigos por texto. A cobertura anual da comunidade nos jornais apresentou crescimento ano após ano a partir de 2008, além de apresentar uma característica importante: das 146 aparições, apenas 48 foram antes de 2010, ano da pacificação. Os gráficos a seguir representam a divisão anual e por grupo de codificação da cobertura do morro do Borel:

Gráfico 3 – Evolução da cobertura do morro do Borel no tempo



Fonte: O autor, 2016

Gráfico 4 – Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro do Borel



Fonte: O autor, 2016.

O grupo de códigos UPP representou 41% da cobertura do Borel com 150 codificações, dentre as quais os códigos “Pacificação”, “Elogio a UPP” e “Período da Ocupação” se destacam com 28, 26 e 23 aparições, respectivamente. O tema da pacificação foi codificado em matérias que destacavam desde a importância desse processo para o projeto⁶¹, em uma operação que envolveu a ocupação de sete morros⁶², até as possibilidades que se abriam para a população da região⁶³. Os elogios às UPPs apresentados nos textos dos jornais, que surgiram apenas após a ocupação em abril de 2010, foram feitos tanto pelos próprios jornalistas quanto pelo governo ou por moradores da cidade. Destacaram-se o benefício para a implantação de projetos sociais na comunidade⁶⁴, o poder, segundo José Mariana Beltrame, de “derrubar os muros impostos pelo crime e acabar com as ilhas de violência que a cidade tem”⁶⁵ e a sensação de segurança que permitiu um aumento no interesse em imóveis na região da Tijuca⁶⁶. O código “Período da Ocupação”, por sua vez, foi relacionado à saída do tráfico de drogas da comunidade antes da chegada do projeto⁶⁷, com os confrontos entre traficantes policiais⁶⁸ e com as ações e reações de

⁶¹ “Pacificação”, O Globo, 28 de abril de 2010.

⁶² “Guerra e Paz”, Extra, 29 de abril de 2010.

⁶³ “Bale clássico no Morro de Borel”, O Globo, 09 de dezembro de 2010.

⁶⁴ “Paz e Ação Social no Borel”, O Globo, 19 de maio de 2010

⁶⁵ “UPP do Borel será inaugurada dia 7 de junho”, O Globo, 26 de maio de 2010

⁶⁶ “Imóveis para aluguel em alta”, O Globo, 26 de novembro de 2010.

⁶⁷ “Bill é preso antes da chegada de UPP”, O Globo, 18 de março de 2010.

⁶⁸ “Três mortos em confronto no Borel”, 30 de março de 2010.

cidadãos, residentes ou não do morro, e também do próprio tráfico a ocupação prévia à pacificação.

O grupo de códigos “Realidade na Favela” veio na sequência com 121 aparições, 33% do total da cobertura do morro. As codificações mais recorrentes foram “Relação Favela-Asfalto” e “Intervenções no cenário das favelas”, ambas 31 vezes codificadas. O primeiro dos dois códigos dividiu suas aparições em dois perfis distintos marcados pela implantação das UPPs. Antes da pacificação, a relação entre favela e asfalto esteve presente em textos relacionando-a com a temática da violência, como tiroteios no asfalto⁶⁹ e confrontos na própria comunidade do Borel⁷⁰. O pós pacificação, no entanto, transformou essa cobertura, com novos temas como a ligação da favela com as vias cidade⁷¹, o ressurgimento da esperança⁷² e o boom imobiliário na região⁷³. Com isso, a temática da violência não mais estava relacionada à relação favela-asfalto na cobertura, substituída, assim, pelos discursos da mudança⁷⁴ e da paz⁷⁵. O código “Intervenções no cenário das favelas”, por sua vez, apresentou as mudanças ocorridas nas comunidades com a UPP, principalmente com a entrada de projetos sociais⁷⁶, de ONGs⁷⁷ e de serviços públicos⁷⁸ que transformaram permanentemente o território.

O terceiro grupo, “Confrontação” foi responsável por 26% das codificações da cobertura do morro do Borel, com 95 códigos. Dois códigos se destacaram por suas aparições: “Medo”, com 32 codificações, e “Cercos” com 34. A ideia de medo esteve associada a diversos personagens da cobertura: o próprio jornal⁷⁹, moradores⁸⁰, não-moradores⁸¹ e mesmo policiais⁸². Os textos tematizaram a questão de distintas formas, discutindo desde as ações de criminosos, até o fim do medo a partir da pacificação, quando o inferno se tornaria paz, com o fim das balas perdidas⁸³. O

⁶⁹ “PM faz operação no Borel para implantar UPP”, O Globo, 20 de março de 2010.

⁷⁰ “Três mortos em confronto no Borel”, O Globo, 30 de março de 2010.

⁷¹ “Chácara do Céu. Acerto: uma das ruas construídas, da qual se vê a Grande Tijuca, liga a favela às vias da cidade formal”, O Globo, 14 de novembro de 2010.

⁷² “Esperança de paz a cada dia”, O Globo, 30 de dezembro de 2010.

⁷³ “Um boom imobiliário”, Extra, 18 de novembro de 2010.

⁷⁴ “Um ano de mudanças”, O Globo, 09 de junho de 2011.

⁷⁵ “Serpentina da Paz”, Extra, 24 de novembro de 2011.

⁷⁶ “ORQUESTRA JOVEM”, O Globo, 02 de dezembro de 2010.

⁷⁷ “ONG leva dentistas para crianças de Ciep no Borel”, O Globo, 14 de setembro de 2010.

⁷⁸ “A cidadania chega ao front”, Extra, 01 de maio de 2010.

⁷⁹ “Acusado de ataques no Rio é preso em Santos”, O Globo, 10 de janeiro de 2007.

⁸⁰ “Loja do Carrefour nos planos da prefeitura”. O Globo, 13 de agosto de 2009.

⁸¹ “Comércio fecha portas perto do Morro do Borel”, O Globo, 09 de abril de 2010.

⁸² “Antes tarde do que nunca”. 10 de outubro de 2008.

⁸³ “Capitão tijucano comandará UPP do Borel”. O Globo, 07 de junho de 2010.

código “Cerco” surgiu em três tipos de notícias na cobertura da favela da Tijuca: em notícias de crimes ou ações do tráfico realizados na região, como no caso da execução de um adolescente na favela⁸⁴; de ações policiais para a instalação da UPP⁸⁵; ou da recordação dos momentos de intranquilidade antigos, como a rivalidade entre as facções criminosas dos morros da região⁸⁶.

3.2.4 O Morro dos Macacos

O morro dos Macacos, localizado em Vila Isabel, foi pacificado oficialmente em 30 de novembro de 2010. A cobertura da comunidade pelos jornais impressos durante o período estudado tem um total de 122 notícias que foram objeto de 209 codificações, uma média de 1,71 códigos por texto. O ano com maior número de codificações foi 2007, ano marcado pela violência e pela morte de crianças e adolescentes, como a da menina Alana⁸⁷ que morreu vítima de uma bala perdida após deixar sua irmã na creche, e a da também estudante Fabiana foi executada por traficantes do morro do Macacos em invasão em outra comunidade⁸⁸. Os outros dois anos com maior cobertura, 2009 e 2011, foram aqueles em que, respectivamente, houve a derrubada de um helicóptero da polícia⁸⁹ por parte do tráfico da região e os reflexos da instalação da UPP na comunidade.

⁸⁴ “Barbaridade na Tijuca”, Extra, 01 de maio de 2007.

⁸⁵ “Três presos no segundo dia de ocupação do Borel”, O Globo, 30 de agosto de 2010.

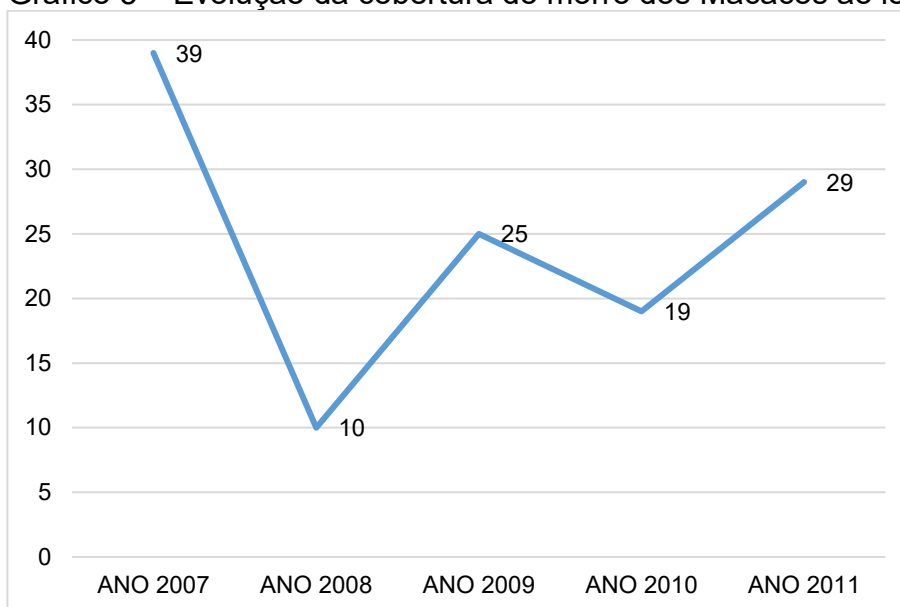
⁸⁶ “A disputa agora é... só pela bola”. Extra, 31 de maio de 2010.

⁸⁷ “Eu quero minha filha de volta”, Extra, 6 de março de 2007

⁸⁸ “Jovem é decapitada por bandidos e polícia resgata cadáver”, O Globo, 31 de Março de 2007.

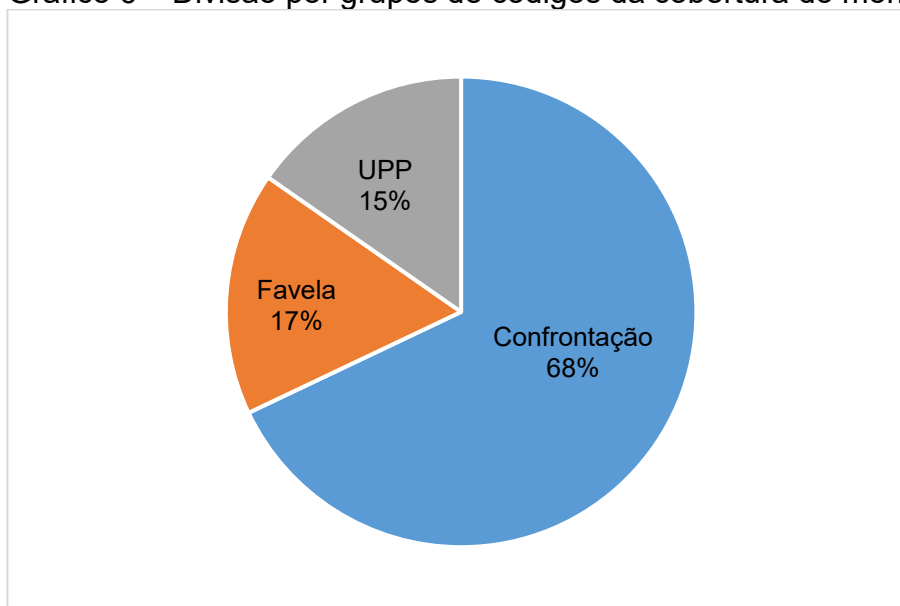
⁸⁹ “Tráfico mata dois PMs em queda de helicóptero”, O Globo, 18 de Outubro de 2007.

Gráfico 5 – Evolução da cobertura do morro dos Macacos ao longo do tempo



Fonte: O autor, 2016

Gráfico 6 – Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro dos Macacos



Fonte: O autor, 2016

O grupo “Confrontação” foi o maior tema da cobertura sobre a favela de Vila Isabel, com 68% da cobertura que representam 142 codificações. O código “Vitimização”, com 51 aparições, e a codificação “Cerco”, com 34, foram as que mais se destacaram e possuíam, inclusive, uma característica única dentro do conjunto de favelas e notícias analisado: as proporções das aparições apenas desses dois códigos, 23,6% e 15,7%, respectivamente, estavam próximas às dos outros dois grupos, conforme o gráfico 6 apresenta, fato que não se repetiu em nenhuma outra cobertura de favela pacificada, demonstrando a expressividade desses códigos para

a cobertura do morro dos Macacos. A quantidade de casos de homicídios ocorridos na região, como o caso de um jovem de 13 anos assassinado por outro menor na favela⁹⁰, refletiu na recorrência do código “Vitimização”. O código apareceu apenas no período anterior à UPP, quando a região era tratada como dominada pela “ditadura do tráfico”⁹¹, com balas perdidas⁹² e ataques a policiais civis⁹³ em seus arredores. O código “Cerco”, por sua vez, esteve presente em diversos textos que discutiam tanto operações policiais nas favelas, quanto ações de traficantes do Macacos no morro São João⁹⁴. O caso da derrubada do helicóptero da polícia militar durante uma ação policial em 2009 foi um importante evento que fortaleceu a imagem negativa da comunidade, pois não só apenas foi um feito único durante o período, como sempre era lembrado por autoridades em outros momentos, sendo sempre o exemplo do porque a criminalidade deveria ser combatida e da importância do projeto das UPPs para a segurança urbana.

O grupo de códigos “Favela” contribuiu com 35 codificações, representando 17% da cobertura do morro dos Macacos, com as codificações “Relação Favela-Asfalto” e “Intervenções no cenário da favela” surgindo em, respectivamente, 12 e 9 oportunidades. O código “Relação Favela-Asfalto” foi codificado em textos que discutiram o pré-UPP, apresentando o então clima de insegurança no bairro de Vila Isabel aliado à promessa de dias melhores após a pacificação⁹⁵. As codificações “Intervenções no cenário da favela” também estiverem concentradas majoritariamente no período pré-ocupação, possuindo, contudo, uma notícia no pós-UPP⁹⁶. Apesar de antes da instalação das UPP, as intervenções eram consideradas positivas, com os textos destacando a importância da implantação de serviços na comunidade⁹⁷ e das conquistas de prêmios de ONGs que trabalhavam na mesma⁹⁸.

Os textos do grupo “UPP” surgiram em 32 codificações, 15% da cobertura do morro dos Macacos, destacando-se os códigos “Discursos sobre Segurança Pública” e “Período de Ocupação”. O código “Discursos sobre Segurança Pública” apareceu em dez oportunidades, principalmente após a queda do helicóptero, evento utilizado

⁹⁰ “Jovem de 13 anos é morto no Borel”, O Globo, 01 de maio de 2007.

⁹¹ “Mais uma vítima da ditadura do tráfico” O Globo, 5 de outubro de 2007.

⁹² “Bala perdida mata mulher em Vila Isabel”, Extra, 06 de maio de 2007.

⁹³ “Agente é baleado ao enfrentar bandidos”, Extra, 20 de abril de 2007.

⁹⁴ “Guerra do tráfico no Morro São João”, Extra, 7 de dezembro de 2007.

⁹⁵ “A Vila quer mostrar que terá segurança também”, O Globo, 22 de agosto de 2010.

⁹⁶ “Capoeira que vence a deficiência”, O Globo, 18 de novembro de 2010.

⁹⁷ “Internet sem fio no Morro dos Macacos”, O Globo, 11 de janeiro de 2007.

⁹⁸ “ONG do Morro dos Macacos ganha prêmio”, O Globo, 26 de novembro de 2009.

como justificativa para as ações mais fortes tomadas posteriormente por parte da polícia. O outro código em destaque foi “Período de Ocupação” com seis aparições que diferenciaram bem o antes e o depois da pacificação, com o antes sem ordem⁹⁹ e o depois de paz¹⁰⁰.

3.2.5 O Morro do Cantagalo

No dia 23 de dezembro de 2009, as comunidades do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo receberam oficialmente a 5ª unidade do projeto das UPP. Com 165 textos nos jornais e 424 codificações, o morro do Cantagalo possuiu uma cobertura jornalística média de 2,57 códigos por unidade textual. O gráfico a seguir distribui esses dados ao longo do tempo. O ano de 2007 foi importante para a comunidade de Copacabana por dois fatos: a visita do então presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva¹⁰¹ ao território e o início das obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)¹⁰². Somente a partir do segundo semestre de 2009 que a favela retornou a ser destaque na mídia com o processo de pacificação. Os anos subsequentes demonstraram um crescimento da cobertura após a implantação da UPP.

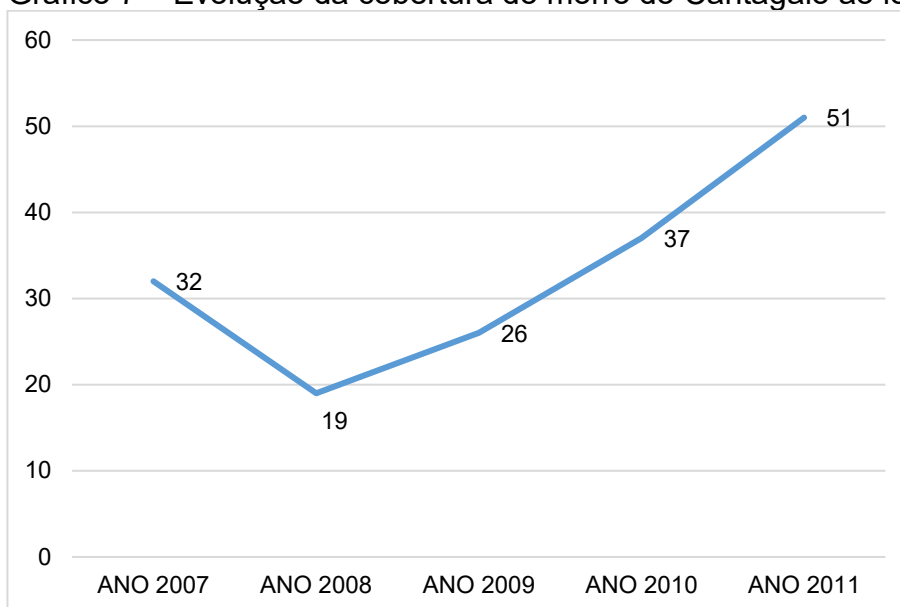
⁹⁹ “Um choque de ordem para receber a UPP”, O Globo, 07 de abril de 2010.

¹⁰⁰ “Uma UPP partida”, O Globo, 16 de outubro de 2010.

¹⁰¹ “Lula vai à favela com mais polícia”, O Globo, 29 de novembro 2007.

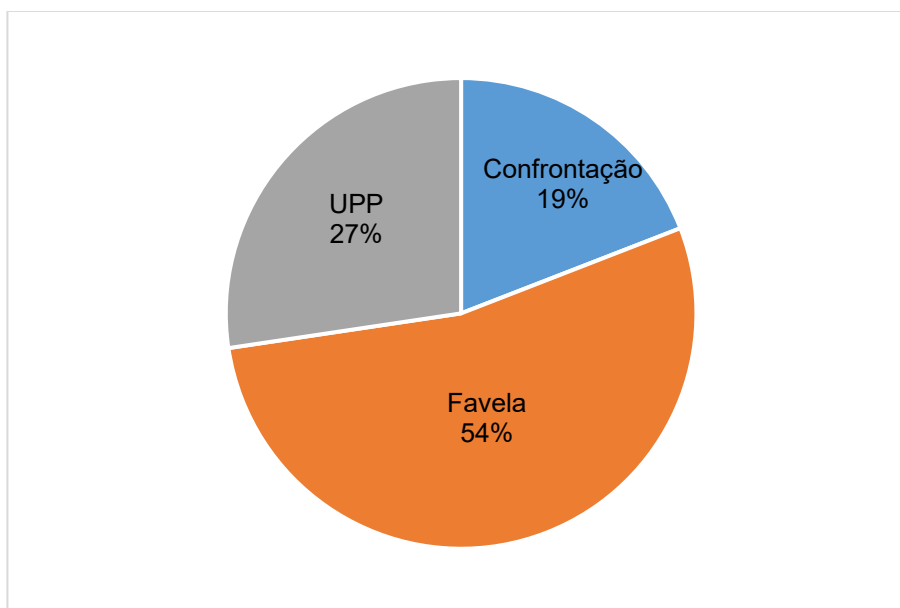
¹⁰² “PAC começa este mês em favelas da Zona Sul”, Extra, 04 de julho de 2007

Gráfico 7 – Evolução da cobertura do morro do Cantagalo ao longo do tempo



Fonte: O autor, 2016.

Gráfico 8 – Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro do Cantagalo



Fonte: O autor, 2016.

O grupo de códigos “Realidade na Favela” esteve presente em 54% da cobertura da comunidade do Cantagalo, com 227 codificações, com destaque para os códigos “Relação Favela-Asfalto”, “Intervenções no cenário da favela” e “Falas sobre moradores” com, respectivamente, 51, 64 e 38 códigos. O código que discutiu as intervenções no território esteve presente em notícias com temáticas bastante

distintas, noticiando desde banhos de loja¹⁰³ da favela para a visita de Lula, passando por projetos sociais¹⁰⁴ e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁰⁵, até alcançar as remoções realizadas para o metrô na região¹⁰⁶. A visão que os jornais buscaram apresentar foi de uma “cidade unida”¹⁰⁷ desde antes da pacificação, não necessitando da instalação do projeto para tornar-se um espaço urbano. O código “Relação Favela Asfalto”, por sua vez, se relacionou tanto aos problemas como às virtudes da região. Ao início da cobertura percebemos o código associado a temas como tráfico de drogas e compra ilegal de armas, mesmo com a iminente visita presidencial à região. O advento da UPP modificou a cobertura, no entanto, sem ser capaz de erradicar os problemas no território¹⁰⁸ e até mesmo criando novos obstáculos entre o projeto e os moradores da região¹⁰⁹. Já as falas dos moradores apresentadas demonstraram diversas ações na região que buscaram melhorar a vida de todos, como a criação de creches¹¹⁰, o treinamento de garotos em artes marciais¹¹¹ ou as companhias de dança no território¹¹².

Os códigos do grupo “UPP” contribuíram com 116 codificações, representando 27% do total da cobertura do morro da zona norte, com destaque para os códigos “Elogios a UPP” com 16 aparições, “Ordem Pública” com 26 e “Pacificação”, com 30. O código que discutiu a questão da ordem pública apareceu principalmente no período da visita presidencial, quando a favela estava em guerra¹¹³, e durante a pacificação, quando a comunidade abriu novas oportunidades para habitação com vista para o mar¹¹⁴, mesmo que ainda existissem problemas de violência¹¹⁵. Por sua vez, os elogios ao projeto surgiram após a implantação da UPP no morro do Cantagalo, não só olhando para os benefícios para moradores dos bairros próximos, que viram seus imóveis valorizarem¹¹⁶, mas também para membros da própria comunidade que

¹⁰³ “Morro do Cantagalo ganha um banho de loja para receber presidente Lula”, O Globo, 30 de novembro de 2007.

¹⁰⁴ “Na ponta do mundo”, O Globo, 12 de agosto de 2007.

¹⁰⁵ “Concedidas as licenças para PAC das favelas”, O Globo, 29 de novembro de 2007.

¹⁰⁶ “Metrô vai desalojar 300 pessoas no Cantagalo”. O Globo, 13 de dezembro de 2007.

¹⁰⁷ “A cidade unida em Ipanema”. O Globo, 23 de agosto de 2009.

¹⁰⁸ “UPP não inibe ação de vândalos no Cantagalo”. O Globo, 04 de abril de 2010.

¹⁰⁹ “Morador acusa policiais”, O Globo, 23 de julho de 2010.

¹¹⁰ “O trabalho social do ‘porteiro filósofo’ de Ipanema”, O Globo, 22 de julho de 2007.

¹¹¹ “Na batalha contra a pobreza”, O Globo, 09 de agosto de 2007.

¹¹² “Na ponta do mundo”, O Globo, 12 de agosto de 2007.

¹¹³ “Lula subirá morro em conflito”. O Globo, 24 de novembro de 2007.

¹¹⁴ “Dois quartos com vista para o mar...na favela”, Extra, 13 de novembro de 2008.

¹¹⁵ “Morro pacificado tem madrugada de tumulto”, O Globo, 09 de novembro de 2009.

¹¹⁶ “Após ocupação, Ipanema vive dia tranquilo”, O Globo, 02 de dezembro de 2009.

sonhavam com serviços na região após a ocupação¹¹⁷ que também criou novas opções de lazer para todos os cariocas¹¹⁸. Já o código “Pacificação ” teve sua cobertura claramente diferenciada entre o antes e o depois da UPP. O código no pré-pacificação surgiu apenas uma vez relacionado à reação violenta do tráfico de drogas ao projeto no morro do Cantagalo¹¹⁹. No pós-pacificação o código apresentou uma nova comunidade após a expulsão do tráfico do território, com turismo¹²⁰ em alta incrementando o mercado da região¹²¹ e também permitindo ao asfalto subir a favela, um encontro que em alguns casos demorou mais de 27 anos para acontecer¹²².

Por fim, o grupo “Confrontação” esteve presente com 81 códigos, ou em 19% da cobertura, destacando-se “Medo” com 28 codificações e “Cercos” com 37. O primeiro dos dois códigos apareceu em diversos momentos de aumento ou redução de medo, como por exemplo, com as ações de criminosos na região¹²³, ou a pacificação¹²⁴ e mesmo a resistência de criminosos à instalação da UPP¹²⁵. A codificação “Cercos” surgiu discutindo o objetivo dos bandidos em algumas de suas ações¹²⁶, e o fim do “Vietnã”¹²⁷ naquela região, além de noticiar um tiroteio que vitimou jovens em um baile funk¹²⁸ e discutir sobre serviços que deviam beneficiar a comunidade além da própria pacificação¹²⁹.

3.2.6 O Morro do Chapéu Mangueira

Em 10 de junho de 2009, as comunidades da Babilônia e do Chapéu Mangueira receberam a quarta Unidade de Polícia Pacificadora. A comunidade do Chapéu Mangueira foi objeto de 140 textos e 328 codificações, com uma média de 2,34

¹¹⁷ “A paz reconquistada”. O Globo, 24 de dezembro de 2009.

¹¹⁸ “Duas novas opções de lazer para os cariocas”, O Globo 04 de agosto de 2010.

¹¹⁹ “A reação do tráfico à UPP”, O Globo, 02 de dezembro de 2009.

¹²⁰ “Vista privilegiada do alto do Cantagalo”, O Globo, 07 de setembro de 2009.

¹²¹ “Novos ângulos para velhos cartões-postais”, O Globo, 01 de março de 2011.

¹²² “UPP dá samba”, O Globo 04 de março de 2011.

¹²³ “Troca de tiros no Morro do Cantagalo assusta os moradores de Ipanema”, O Globo, 09 de junho de 2007.

¹²⁴ “O velho charme da Barão da Torre está de volta”, O Globo, 10 de outubro de 2010.

¹²⁵ “Afronta à PM continua”, Extra, 03 de dezembro de 2009.

¹²⁶ “Objetivo dos bandidos seria roubar armas”, O Globo, 18 de julho de 2008.

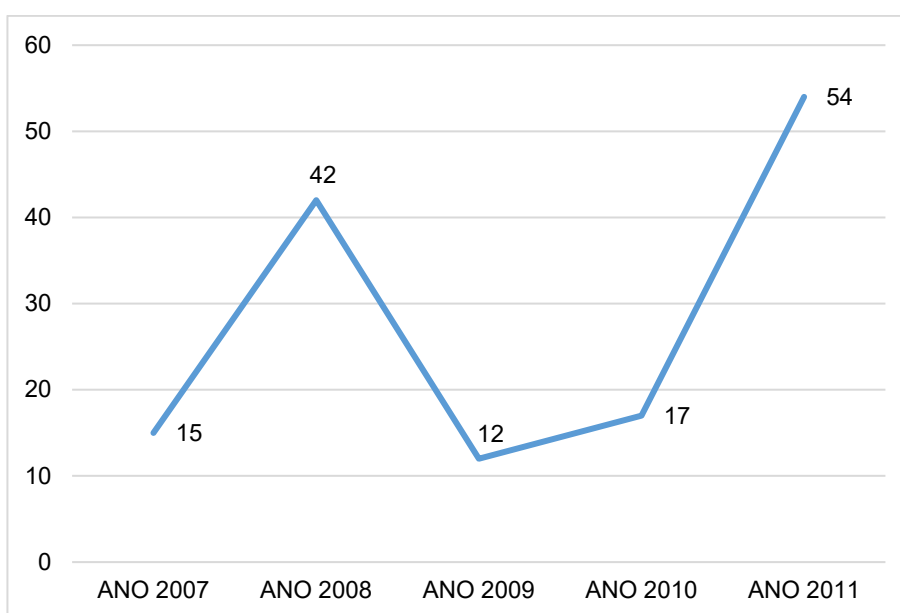
¹²⁷ “O Vietnã está dominado”, Extra, 18 de janeiro de 2010.

¹²⁸ “Jovem e menina são baleadas em baile funk”, O Globo, 13 de abril de 2008

¹²⁹ “Não é só de polícia que a comunidade precisa”, O Globo, 26 de março de 2010.

código/texto. A linha do tempo de notícias relacionadas ao território apresentada no Gráfico 9 demonstra que os anos de 2008, quando a favela conviveu com momentos de tensão com ataques dos traficantes e de ocupação por parte da polícia¹³⁰, e o ano de 2011, quando a favela entrou no cenário cultural e turístico da cidade de forma mais intensa com o projeto de pacificação então presente no morro, são os períodos em que a favela mais foi assunto pelos jornais.

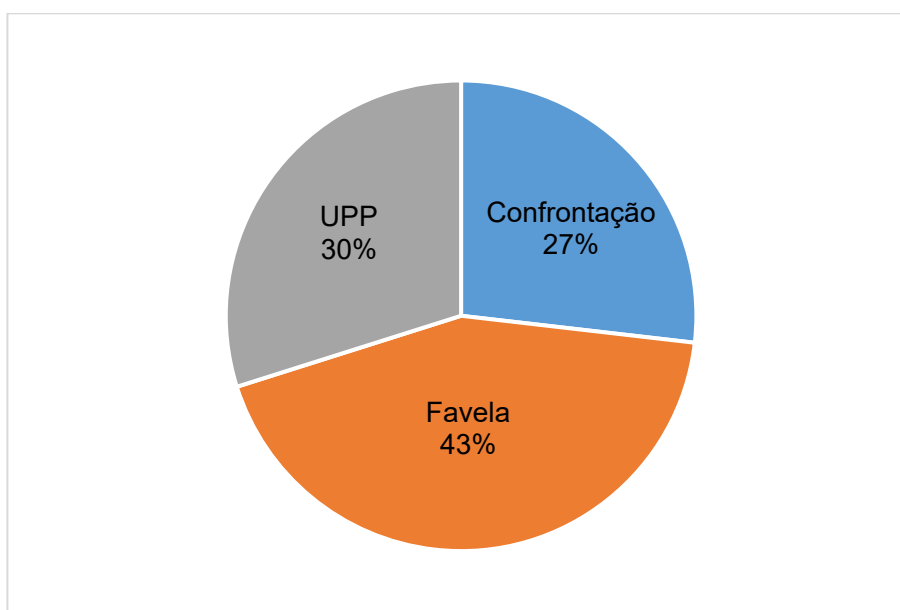
Gráfico 9 – Evolução da cobertura do morro do Chapéu Mangueira ao longo do tempo



Fonte: O autor, 2016

¹³⁰ “Guerra e paz na Zona Sul”. O Globo, 04 de dezembro de 2008.

Gráfico 10 – Divisão por grupos de códigos da cobertura do morro do Chapéu Mangueira



Fonte: O autor, 2016

Com 43% da cobertura da região, o conjunto de codificações “Favela” contribuiu com 142 códigos. Destacaram-se os códigos “Relação Favela-Asfalto” com 50 aparições, seguido por “Circulação” com 26 e por “Intervenções no cenário das favelas” com 21. A relação entre a favela e o bairro do Leme, onde a mesma se localiza, era conturbada, com diversos confrontos entre quadrilhas rivais¹³¹ e entre a polícia e os traficantes da região¹³², além de assaltos no bairro mesmo após o início da ocupação para a pacificação¹³³. Entretanto, não foram apenas problemas de convivência entre o asfalto e o morro que a cobertura dos jornais apresentou. Parte da cobertura desse código foi direcionada a estimular uma imagem do Chapéu Mangueira como espaço com potencial turístico¹³⁴ e com opções gastronômicas interessantes¹³⁵ a serem exploradas. O código “Circulação” também foi representado dentro da lógica dual de medo/paz. O período anterior à pacificação foi apresentado como um momento no qual a circulação, tanto na comunidade como no bairro, estava comprometida pela atuação do tráfico de drogas, que fez com que os moradores criassem um “Disque-Tiroteio”, por medo de sair nas ruas e ser mais uma vítima de

¹³¹ “Tráfico acaba com a paz no Leme”, O Globo, 30 de abril de 2007.

¹³² “Polícia cerca favelas e deixa bando acuado no alto de favela no Leme”, O Globo, 26 de abril de 2008.

¹³³ “Comércio do Leme teve ainda mais assaltos”, O Globo, 15 de junho de 2009.

¹³⁴ “UPP estimula potencial turístico de morros”, O Globo, 31 de janeiro de 2010.

¹³⁵ “Muita paz e feijoada no Comida di Buteco”, O Globo, 14 de abril de 2011.

bala perdida¹³⁶. A pacificação trouxe consigo a tranquilidade e o turismo à representação desse código pelos jornais. A circulação, assim, melhorou e começou a ser um movimento prazeroso para moradores e turistas¹³⁷. O código sobre as intervenções na favela, por sua vez, tentou apresentar as mudanças ocorridas na favela como um movimento positivo, potencializando a qualidade turística da região, mesmo antes da pacificação ocorrer¹³⁸. Com a implantação da UPP a quantidade de aparições do código aumentou¹³⁹ e também foi associada a outras ações que melhoraram a vida na comunidade, como, por exemplo, a regularização do serviço de energia de eletricidade¹⁴⁰.

O segundo grupo de códigos é o “UPP”, colaborando com 98 codificações, 30% do total, com destaques para “Pacificação” com 27 aparições, “Elogio da UPP” com 16 e “Discursos sobre Segurança Pública” com 14. Os elogios a pacificação aconteceram todos após a inauguração oficial da UPP Babilônia/Chapéu Mangueira e possuíam alvos diversos como o projeto¹⁴¹, a atitude dos policiais junto à comunidade¹⁴², a mudança na atitude dos moradores¹⁴³ e mesmo o florescimento do comércio da região¹⁴⁴. O código “Discursos sobre Segurança Pública”, por sua vez, surgiu diante do momento conturbado que a comunidade viveu, o que fortaleceu o debate sobre a necessidade da real segurança na região, ao invés de uma possível falsa paz¹⁴⁵. O código “Pacificação” foi noticiado também apenas pós-UPP repetindo a lógica de demonstrar que o projeto ainda não estava plenamente implementado na região¹⁴⁶, no entanto, já existiam iniciativas positivas que pacificavam a região¹⁴⁷, possibilitando o início do “baixar armas” por parte da polícia¹⁴⁸.

O grupo “Confrontação” veio em seguida contribuindo com 88 codificações, que representa 27% do total da cobertura, com destaque para os códigos “Medo” com 39

¹³⁶ “Leme cria o 'Disque-Tiroteio'”, O Globo, 02 de maio de 2008.

¹³⁷ “Turistas e moradores voltam a ter o prazer de passear sem medo pelo Rio”, O Globo, 09 de janeiro de 2011.

¹³⁸ “Projeto quer transformar favelas em guerra no Leme em ponto turístico”, O Globo, 03 de maio de 2008.

¹³⁹ “UPP estimula potencial turístico de morros”, O Globo, 31 de janeiro, de 2010.

¹⁴⁰ “UPP: luz e geladeira no Chapéu Mangueira”, Extra, 22 de junho de 2010.

¹⁴¹ “UPP atrai mais moradores para favelas do Leme”, O Globo, 05 de novembro de 2009.

¹⁴² “Policiais dançam valsa no Chapéu Mangueira”, O Globo, 20 de setembro de 2010.

¹⁴³ “Entre quatro paredes”. Extra, 26 de julho de 2010.

¹⁴⁴ “Água geladina e dinheiro no bolso”, Extra, 13 de agosto de 2010.

¹⁴⁵ “Antes o estresse que a paz falsa”, O Globo, 09 de maio de 2008.

¹⁴⁶ “Sem colete e com medo na UPP”, Extra, 28 de junho de 2011.

¹⁴⁷ “A curiosidade matou a fome”, O Globo, 18 de fevereiro de 2011.

¹⁴⁸ “UPP começa a baixar as armas”, Extra, 29 de outubro de 2010.

e a soma dos códigos “Descrição de confrontos ou invasões de grupos rivais, traficantes ou milicianos” e “Descrição e confrontos ou ocupação temporária da favela pela polícia” com 32 unidades, 15 para o primeiro e 17 para o segundo. A temática do medo foi bastante recorrente durante a cobertura do Chapéu Mangueira motivado pelos diversos conflitos ocorridos na região antes e durante a ocupação, que faziam com que a região sempre receasse que novos confrontos acontecessem¹⁴⁹. Mesmo com a ocupação da região, o sentimento e a violência se mantiveram em alguma medida, alcançando por vezes o asfalto¹⁵⁰. Os códigos que descreviam confrontos justificam seu maior destaque por essa resistência do tráfico a ceder para a UPP. A guerra estabelecida não se limitou às comunidades, refletindo no asfalto não só com ataques¹⁵¹ e perseguições¹⁵², como também na própria desvalorização dos imóveis no bairro¹⁵³.

3.2.7 Zona Sul versus Não Zona Sul

Após analisar separadamente cada uma das comunidades pacificadas estudadas, é possível comparar as duas favelas da Zona Sul com as duas que estão fora dessa região. Ao observarmos o Gráfico 11 abaixo, percebemos que o movimento a partir de 2009 foi ascendente em ambas coberturas. A quantidade de aparições e de códigos para cada uma das zonas, contudo, foi distinta: enquanto as duas favelas da Zona Sul estiveram presentes em 305 textos com 752 codificações, uma média de 2,46 códigos por texto, as comunidades do Macacos e do Borel, estiveram presentes em 268 textos com 585 codificações, uma média de 2,14. Podemos perceber uma primeira tendência: a predileção dos jornais pelas comunidades da zona sul em detrimento daquelas que estão localizadas em outras regiões da cidade, com um maior número de notícias sobre a zona sul.

¹⁴⁹ “À espera de um novo confronto”, O Globo, 31 de maio de 2007.

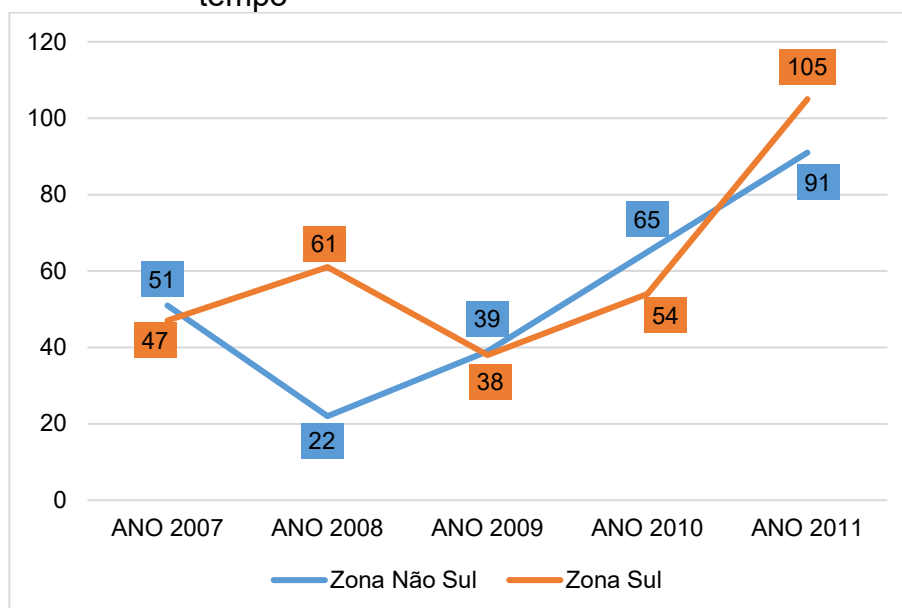
¹⁵⁰ “Tiroteio em favelas do Leme fere PM e homem que passeava no calçadão”, 09 de janeiro de 2009;

¹⁵¹ “Violência na Atlântica”, Extra, 24 de abril de 2008.

¹⁵² “PMs caçam bando pelas ruas de Copacabana”, O Globo 24 de abril de 2008.

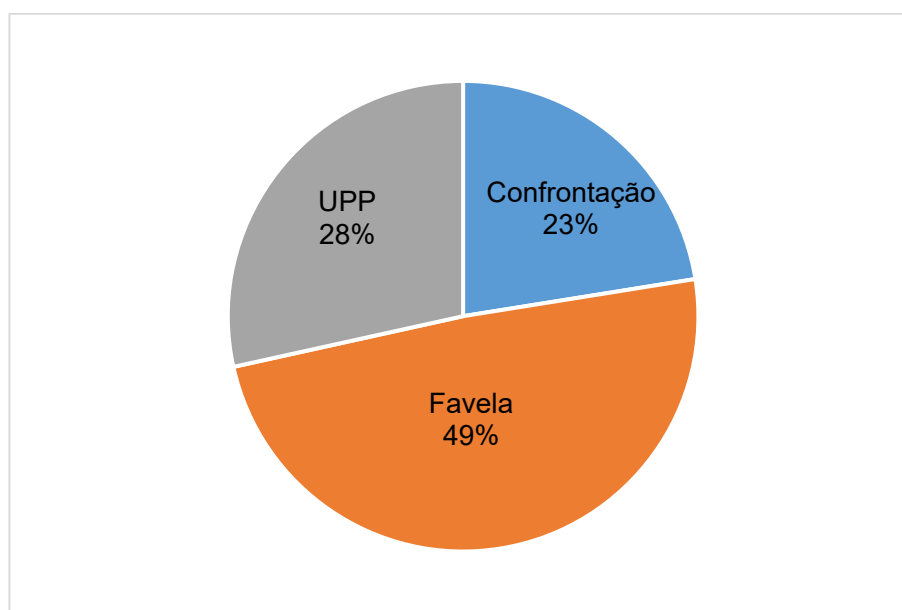
¹⁵³ “Guerra do tráfico desvaloriza imóveis no Leme”, O Globo, 10 de julho de 2007.

Gráfico 11 – Evolução da cobertura Zona Sul e “Não” Zona Sul ao longo do tempo



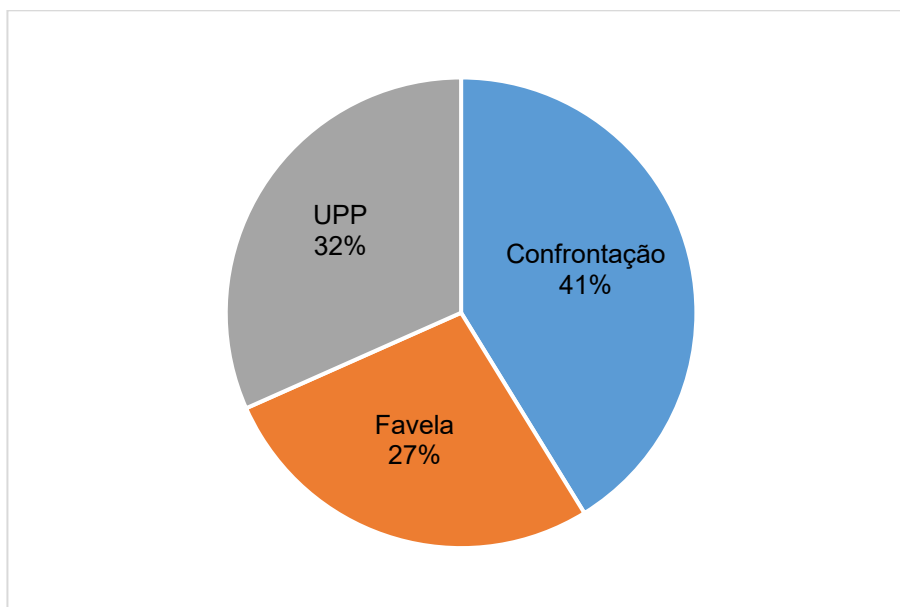
Fonte: O autor, 2016.

Gráfico 12 – Divisão por grupos de códigos da cobertura dos morros pacificados da Zona Sul



Fonte: O autor, 2016.

Gráfico 13 – Divisão por grupos de códigos da cobertura dos morros externos à Zona Sul



Fonte: O autor, 2016.

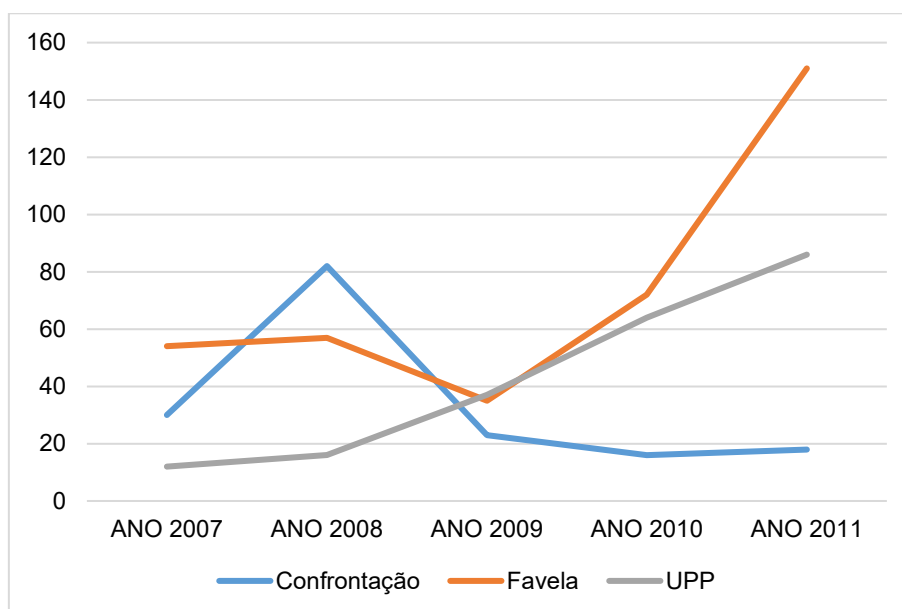
Os gráficos acima apresentam algumas informações interessantes sobre as duas coberturas. O gráfico 11 demonstra um fato comum a representação de ambas regiões: a partir do ano da pacificação das duas comunidades estudadas, tanto as favelas da Zona Sul quanto as que não são da Zona Sul viram suas coberturas crescerem ao longo do tempo, com a sobre-representação da violência em momentos específicos – no morro dos Macacos em 2007 e no Chapéu Mangueira em 2008 –, sendo fator importante para eventuais oscilações na quantidade de textos.

Os gráficos 12 e 13, por sua vez, representam a diferença na composição das duas coberturas. Enquanto a Zona Sul possui uma maior quantidade de notícias sobre a “Realidade da Favela”, 49% de seu total de codificações, seguido pelos códigos sobre “UPP” com 28% e finalmente os sobre violência com 23%, as demais regiões estão representadas prioritariamente pela codificação “Confrontação” com 41% seguido por “UPP” com 32% e a Realidade da UPP com 27%. A cobertura das duas comunidades externas à Zona Sul, aliás, é bastante distinta. Enquanto a favela do Borel possui uma cobertura que enfatiza o grupo de códigos “UPP” e o conjunto “Confrontação” é o que tem menor quantidade de aparições, o morro dos Macacos possui uma cobertura totalmente oposta com a ênfase no conflito e não na pacificação. Uma possível justificativa para essa diferença pode estar no momento em que a pacificação foi realizada nas comunidades, uma em 2010 e a outra em 2011. Já as

duas comunidades da zona sul, por sua vez, recebem cobertura mais parecida, com ênfase nos códigos de “Realidade na favela”, seguidos pela “UPP” e somente então “Confrontação”. O momento da ocupação pode ser um fator importante para explicar a proximidade, dado que ambas foram pacificadas em 2009.

Podemos também discutir a evolução dos grupos de códigos para melhor construir um quadro sobre a representação midiática das favelas com algumas características e fatores importantes. Algumas tendências quanto a essa cobertura podem ser detectadas.

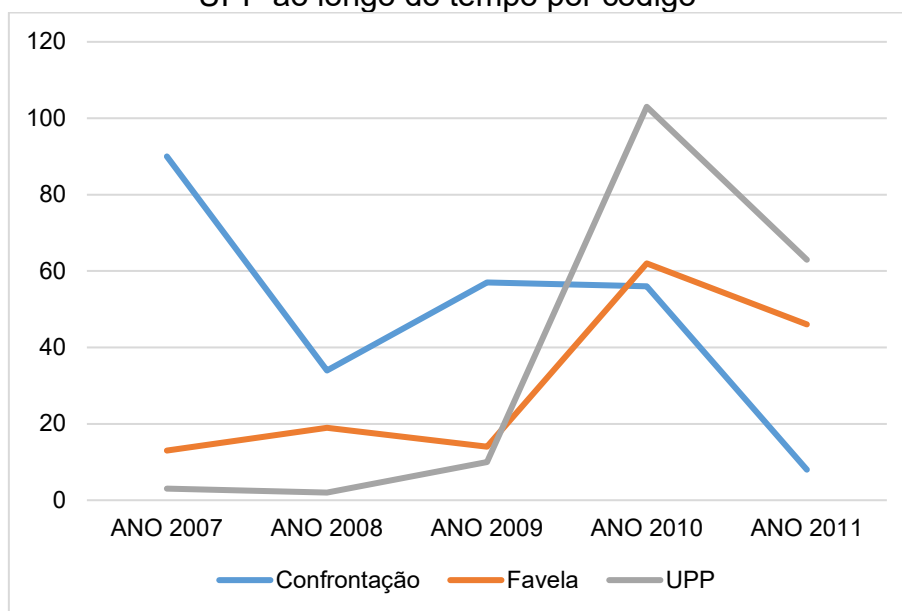
Gráfico 14 –Evolução da cobertura dos morros da Zona Sul com UPP ao longo do tempo por código



Fonte: O autor, 2016.

As comunidades da Zona Sul da cidade têm uma imagem construída de paz e empreendedorismo, o que ajuda na apresentação enquanto pontos turísticos da cidade. Além disso, essa representação contribui para a redução de possíveis prejuízos à imagem à região sul da cidade, seu principal polo turístico e área de altíssimo valor imobiliário, que seria prejudicada pela associação à marginalidade e ao tráfico. Com a pacificação também houve o aumento na cobertura dessas localidades nos periódicos, com tendência a continuar crescendo segundo os dados demonstram no gráfico 18 na próxima sessão.

Gráfico 15 – Evolução da cobertura dos morros da “Não Zona Sul” com UPP ao longo do tempo por código



Fonte: O autor, 2016.

As favelas externas à Zona Sul, por sua vez, são apresentadas como menos pacíficas. Contudo, a presença da UPP parece ter contribuído para melhorar sua imagem na cobertura. Essas comunidades têm confrontos entre policiais e traficantes mais recorrentes antes da pacificação e não possuem sua imagem relacionada tanto ao turismo pelos jornais, o que ajuda a justificar a tendência negativa na cobertura com a pacificação da região. Contudo, as localidades estudadas se demonstram bastante heterogêneas e é possível que existam algumas divisões internas – como por exemplo Zona Norte, Zona Oeste – que influenciem na cobertura realizada pelos jornais e que não conseguimos apurar nesse estudo.

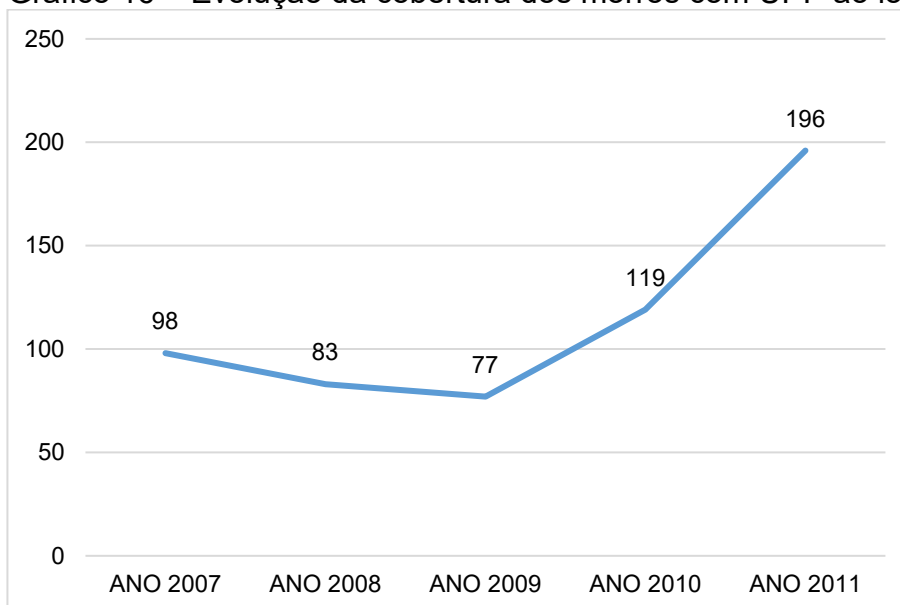
3.2.8 A UPP

A partir desses dados podemos construir um panorama da cobertura das Unidades de Polícia Pacificadora nos jornais analisados¹⁵⁴. Foram 1327 codificações em 573 textos, o que dá uma média de 2,31 códigos/texto. A cobertura ao longo do tempo, conforme o Gráfico 14 a seguir demonstra, decaiu entre 2007 e 2009 e a partir

¹⁵⁴ A cobertura das favelas pacificadas abarca as seguintes comunidades: Borel, Cantagalo, Chapéu Mangueira e Macacos

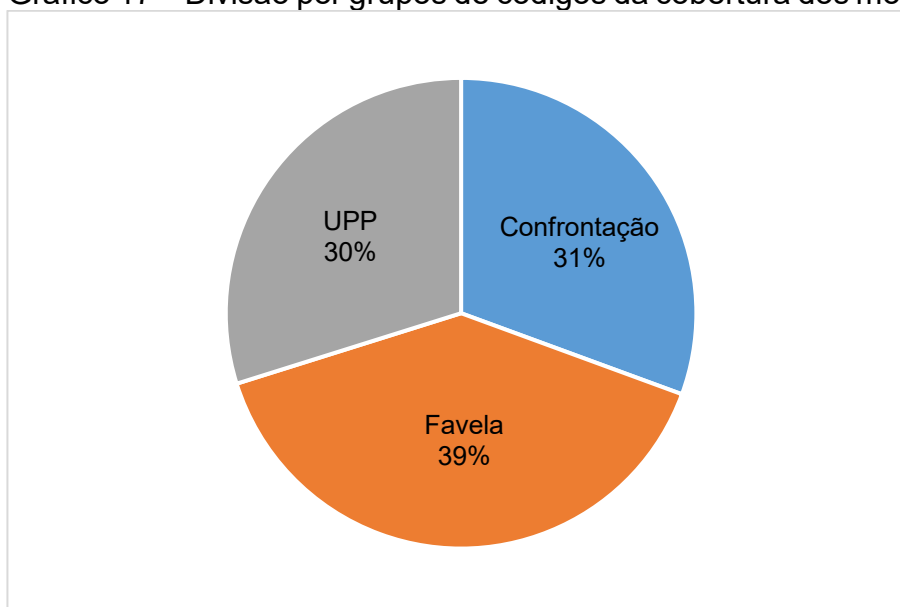
desse ano, quando as UPPs começam a ser instaladas nas comunidades analisadas, o número de notícias começa a crescer, tal qual o Gráfico 11 apresentava tanto para a Zona Sul quanto para a Não Zona Sul.

Gráfico 16 – Evolução da cobertura dos morros com UPP ao longo do tempo



Fonte: O autor, 2016.

Gráfico 17 – Divisão por grupos de códigos da cobertura dos morros pacificados



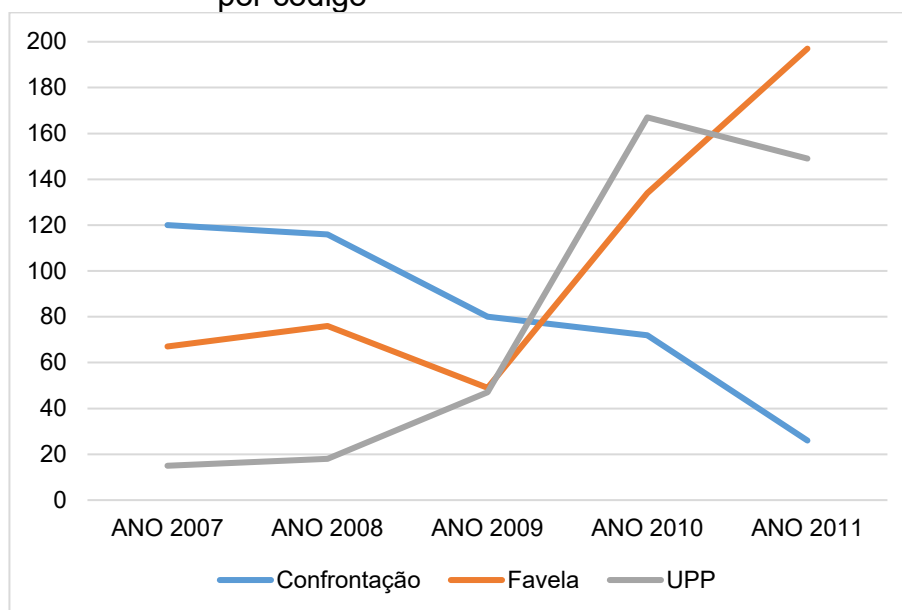
Fonte: O autor, 2016.

O gráfico que apresenta a divisão por grupos de códigos das UPPs demonstra um resultado distinto daqueles apresentados na divisão por zonas urbanas. O grupo com maior número de codificação é o grupo “Realidade na Favela” com 39% das

codificações, tal qual na cobertura da Zona Sul. “Confrontação” é o segundo grupo de maior destaque, com 31%, seguido por perto pela cobertura sobre “UPP”, com 30%.

Ao compararmos os gráficos 16 e 17 com os gráficos 1 e 2, alguns dados interessantes aparecem quanto a diferenças na representação de favelas pacificadas e de favelas não pacificadas. Primeiramente, a tendência da cobertura se mostra distinta. Enquanto o Complexo da Maré tem sua cobertura em um movimento decrescente ao longo do tempo, as favelas que recebem a UPP também apresentam queda, porém apenas até iniciar o processo de pacificação, quando começam a aumentar o número de notícias. Além disso, as proporções entre os grupos de códigos se alteram bastante. Se o Complexo da Maré possuía uma cobertura com maior número de codificações do grupo “Confrontação”, quase 49%, nas favelas pacificadas esse código é apenas o segundo mais codificado com 31%, substituído pelo grupo de códigos “Realidade na Favela” que apesar de pouco crescer percentualmente na cobertura, passa de 38% para 39%, alcança a qualidade de ser o que mais aparece na cobertura das favelas com UPP. Por fim, o código “UPP” recebe um aumento em suas aparições que, se antes atingiam 13% agora alcançam 30%, um resultado compreensível pelo fato da favela da Maré não possuir unidades de pacificação.

Gráfico 18 – Evolução da cobertura dos morros com UPP ao longo do tempo por código



Fonte: O autor, 2016.

A representação dos grupos de códigos na cobertura conjunta das comunidades pacificadas demonstra que o tópico violência teve uma queda

importante, enquanto o grupo “favela” demonstrou crescimento junto ao conjunto “UPP”. Contudo, este último teve queda a partir de 2010, ano no qual as duas localidades externas à zona sul começaram a ser pacificadas enquanto as da zona sul já o haviam sido em 2009.

Dessa forma, dois fatores se apresentaram como influentes na cobertura: região geográfica e a presença ou não do processo de pacificação. A expressão da região geográfica se demonstra como um fator que influencia o percentual de notícias com temáticas relacionadas à violência de determinada favela, além da tendência da cobertura em crescer ou diminuir. Já pacificação das favelas cariocas resultou em dois movimentos importantes na cobertura nos jornais quanto às comunidades. O primeiro é o aumento do interesse pelas comunidades a partir do processo de pacificação; o segundo é a redução da cobertura ligada a códigos tematizados pela violência em prol de códigos que discutem transformações positivas nos morros como a entrada de serviços públicos e o crescimento tanto de comércio quanto turismo locais.

4 UPP, MARGINALIDADE E MÍDIA: PERSPECTIVAS E CONCLUSÕES

Os dados do capítulo 3 demonstram algumas tendências da cobertura jornalística das favelas cariocas. Primeiro gostaríamos de refletir sobre a pauta a questão da violência, o principal tema das notícias de jornal sobre as comunidades. O conflito, presente ou ausente, é a base da representação das localidades, sendo assunto em reportagens tanto quando se discute a necessidade da pacificação, como quando se discute o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, que beneficiaria a sociedade como um todo.

A favela é, nesse sentido, apresentada como um espaço que necessita de supervisão policial para garantir a segurança e a manutenção de uma ordem mínima, além de a presença da polícia reduzir o medo com que o asfalto e a própria localidade convivem diariamente. No entanto, essa ocupação não considera os interesses e mesmo as necessidades específicas de regiões e comunidades da cidade. Portanto, a tese de Márcia Leite sobre a cobertura dos anos 1980 e 1990 continua atual quando discutimos sobre a representação das favelas nos meios de comunicação.

É evidente que não podemos ignorar o impacto positivo que as UPPs tiveram na cidade, não apenas como símbolos do combate à violência, mas também ajudando a desconstruir a ideia de uma cidade em guerra e permitindo significativos avanços sociais nas comunidades (NUNES, 2015). Contudo, apesar dessas conquistas e dos dados que evidenciam os resultados positivos da pacificação, como a redução dos índices de violência e o crescimento da sensação de segurança, ainda se mantém a lógica de cidade partida e também o controle policial da população dessas regiões (MACHADO DA SILVA, 2010).

O quadro geral que a mídia apresenta sobre a pacificação é de um processo que traz não apenas a segurança para a comunidade, mas também para o asfalto, tal qual Christiane da Cunha nos alerta em seu estudo sobre a pacificação, no qual afirma "(...) que as matérias naquele período destacavam com frequência era a importância das UPPs para o cidadão de todas as camadas sociais no que dizia respeito à garantia do cumprimento das mais variadas rotinas com segurança como a ida e volta do trabalho e da escola." (DA CUNHA, 2014, p. 56).

Essa postura midiática ajuda na manutenção do status quo dominante e insere parte das comunidades na lógica turística da cidade, enquanto a outra parte é

relegada ao esquecimento, a exemplo dos demais bairros que não estão presentes na zona sul carioca. Assim, não só se mantém a distinção favela – cidade como também, tal qual demonstramos, aparecem também duas novas distinções aplicadas às comunidades: a região e o status da pacificação (com UPP ou sem UPP). No entanto, como o período estudado contemplou apenas o início da mudança, não podemos concluir que essas características se manterão ao longo dos demais anos.

A pouca representatividade da favela nas páginas dos jornais muito se assemelha ao tratamento que grupos marginais e subalternos possuem na literatura (DELANEY, 2003). A estratégia representativa da mídia em relação a voz dos moradores das favelas é tal qual aquela apontada por Delaney como a utilizada pela literatura irlandesa para representar os *travellers*: ela é transformada em algo mais aceitável, garantindo a dominação na própria narrativa (DELANEY, 2003, p. 160).

A representação da favela após a pacificação segue o mesmo caminho, garantindo uma imagem de crescimento da ordem e da vitória policial contra o crime organizado na região pacificada. Para discutir essa representação, tomamos a ponderação que Edward Said faz sobre estudos culturais, que também pode ser estendida à compreensão da cobertura midiática: ela é formulada pela configuração de poder. Ao trabalhar essa cobertura de forma parcial, é possível aos grupos dirigentes manter o controle das ações de grupos marginalizados¹⁵⁵, estigmatizando-os – por exemplo, transmitindo a compreensão de que todos os marginalizados reproduzem características próprias desse grupo, o que apenas favorece e manipula as situações para manter o status quo (NUN, 2001). Como Paulo Freire afirma, engana-se quem acredita que esse problema seria reflexo apenas dos meios de comunicação:

É impossível pensar os problemas dos meios sem pensar a questão do poder. O que vale dizer: os meios não são bons e nem ruins em si mesmo. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é perguntar a serviço “do que” e a serviço “de quem” os meios de comunicação se acham. E esta é uma questão que tem a ver com o poder e é política, portanto (FREIRE, 2003 apud LOPES e SILVA, 2011, p. 46).

Essas conclusões estão de acordo com a discussão que Daniel Lopes e Lourdes Silva realizam em seu estudo sobre a representação da favela nas telenovelas. Segundo os autores afirmam, o campo midiático tem se tornado um fórum

¹⁵⁵ Conforme já foi discutido anteriormente, o conceito de marginalidade não possui uma definição clara e, dessa forma, muito se aproxima da ideia de subalternidade, principalmente daquela definida por Spivak (2010), de um espaço que está fora da sociedade, mesmo que alguns afirmem estar no interior da mesma (NUN,2001).

de luta por visibilidade e, conseqüentemente, por poder (LOPES E SILVA, 2011, p. 40). Dessa forma, quando há a representação da favela em uma telenovela ou mesmo em uma reportagem, a imagem transmitida está intrinsecamente relacionada ao espaço dessas comunidades na sociedade, principalmente no que tange a sua cidadania.

O papel que o jornalismo cumpre quando abre pouco espaço para esses grupos marginalizados, se dá através da denúncia, apoio ou apresentação de fatos, sem construir de fato um debate sobre a questão. Existiria, segundo os autores, um problema que o jornalismo não consegue superar que é a fragmentação dos fatos que sua transmissão possui, o que resulta em uma produção que transmite ao leitor/telespectador um sentimento de preocupação e não de compreensão (*idem*, p. 43). Os meios de comunicação pouco conseguiriam aprofundar-se em temas sociais se comparado às telenovelas que trabalham os temas durante meses, contudo, como Lopes e Silva afirmam, eles se demonstram capazes de construir narrativas temporalmente de temáticas que consideram relevantes (*idem*).

Ao manter temáticas em visibilidade é possível que a mídia construa uma narrativa temporalmente, tornando-a compreensível para os leitores. Há, todavia, por parte dos meios de comunicação a falta de interesse em determinadas temáticas que ajudariam a explicar a construção social favela e a realidade dessa região, favorecendo, por exemplo, um melhor projeto de pacificação. Os media preferem utilizar “pacotes prontos” sobre temas que não são considerados relevantes, o que os permite discutir a notícia e não tocar nas questões estruturais da sociedade (LOPES E SILVA, 2011, p. 47).

O exemplo da cobertura sobre as favelas elucida bem a posição que a mídia assume. Ao utilizar entrevistas com alguns respectivos moradores das comunidades que apenas apresentam uma visão enviesada acerca das relações estabelecidas naquele espaço (CUSTÓDIO, 2014) ou mesmo de moradores aleatórios do asfalto para discutir a pacificação, os jornais transmitem uma imagem da favela que é próxima daquela que parte da sociedade já possui, baseada principalmente em uma conceituação atrasada e estigmatizada que está fundamentada pela teoria de Oscar Lewis (1967), na qual a existência da pobreza é exclusivamente resultado da ação do pobre. Ao utilizar essa construção pronta, não é necessário que o jornal construa uma discussão sobre a favela, sendo possível apenas apresentar as notícias, principalmente quando tematizam a questão da violência.

Em suma, a proposta desse trabalho foi, em certo sentido, reconstruir a imagem formulada pela mídia das favelas cariocas. Os resultados apresentados demonstram que a representação das comunidades ainda está pautada na mesma linha editorial que favorece a temática da violência. Entretanto, podemos perceber duas tendências de cobertura futura possíveis. A primeira, que reflete a representação da Zona Sul e das comunidades pacificadas, apresenta a favela como um local que cada vez mais ganha espaço nas páginas dos jornais e também se afasta da temática da violência. A segunda, por sua vez, reflete como as demais favelas da cidade vem sendo ao mesmo tempo escondidas das capas de jornal, omitindo os problemas da cidade envoltos nestes espaços, e também reveladas como problemáticas, fortalecendo a imagem das localidades da zona sul como espaços integrados.

É evidente que este trabalho não apresenta um panorama total e completo da cobertura das favelas, exercício este que seria impossível dado a heterogeneidade e a quantidade dessas. No entanto, os limites e lacunas apresentados são entendidos como agendas de pesquisa e demonstram não apenas a complexidade do tema, como a importância do estudo desse objeto para as discussões sobre representação social.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Alessandra Vieira. **As unidades de Polícia Pacificadora na Mídia**. Anais do I Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito. UFF, Niterói, 2012.

ALBERNAZ, Elizabete, CARUSO, Haydée e PATRICIO, Luciane. **Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais**. Revista São Paulo em Perspectiva, v.21, n.2, pp.39-52, 2007.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ARAÚJO SILVA, Marcella e CARVALHO, Monique. **Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios da mediação**. Revista DILEMAS, V.8 nº1, pp.63-76, 2015.

ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth e TIFFIN, Helen. **The Empire Writes Back Theory and practice in post-colonial literatures**. Londres, Routledge, 2002.

BAIENSE, Carla. **Territórios proibidos: a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

BALLESTRIN, Luciana. **Colonialidade e Democracia**. Revista Estudos Políticos, vol.1, n.1, pp. 191-208, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições Persona, 1977.

BARRETT, Andrew e BARRINGTON, Lowell. **Bias in Newspaper Photograph Selection**. Political Research Quarterly 4, 2005.

BIRMAN, Patrícia. **Favela é comunidade? In: Machado da Silva, Luiz Antônio. (Org.). Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. RJ, Nova Fronteira, 2008. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BOTELLO, Nelson Arteage. **O futuro que não chegará: a erradicação da pobreza a partir da perspectiva do governo federal mexicano (2000-2006)**. IN: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Cimdamore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jorge. CLACSO, 2006.

BREED, Warren. **Controle Social na Redação: Uma Análise Funcional**. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa, Editora VEJA, 1999.

BRUM, Mario. Cida Alta, **História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, Niterói, 2011.

CAL, Danila. **Relações de poder e sujeitos subalternizados na mídia: reflexões a partir do caso do trabalho infantil doméstico**. 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2015.

_____. **Configuração política e relações de poder no trabalho infantil doméstico: tensões nos discursos dos media e de trabalhadoras**. Tese de doutorado. UFMG, Belo Horizonte, 2014.

CAMPOS, Jaime. **El concepto de marginalidade social em America Latina**. Revista de la integración: economia, política, sociologia. Buenos Aires, 1971.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; LOPES MELO, Marlene Catarina de Oliveira; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais**. In. Organizações Rurais e Agroindustriais – Revista de Administração da UFLA. Volume 5, nº 1, 2003.

CARDOSO, Adauto. **O Programa Favela-Bairro – Uma avaliação**. Seminário de Avaliação de Projetos IPT, Rio de Janeiro, pp37-50, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento da América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”**. Revista Cadernos CRH, Salvador, 1997.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton University Press, New Jersey, 2008.

CHILDS, Peter e WILLIAMS, Patrick. **An Introduction to Post-Colonial Theory**. New York, Routhledge, 1997.

CHRISTIANS, Clifford, FERRÉ, John, FACKLER, Mark. **Good news: social ethics and the press**. Oxford University Press, New York, 1993.

CHOMSKY, Noam; HERMAN Edward S. **The Political Economy of Human Rights, Vol. 1: The Washington Connection and Third World Fascism**, Montreal: Black Rose Books, e Boston: South End Press, 1979.

CORTÉS, Alexis Omar. **Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social**. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Sérgio. **Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 21, n.60, 2006.

CUSTÓDIO, Leonardo. **Criminalização da favela no noticiário continua**. http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed819_criminalizacao_da_favela_no_noticiario_continua. Acesso em 12 de outubro de 2015. Observatório de Imprensa, 2014.

DA CUNHA, Christiane. **O medo do retorno do medo: Um ponto de inflexão no programa das UPPs**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 1, p. 41–62, 2014.

DELANEY, Paul. **'A Marginal Footnote': O'Faola'in, the Subaltern, and the Travellers**. Irish Studies Review, 11, 2003.

DIOGO, Fernando. **Cultura da pobreza: uma abordagem crítica da teoria**. In Arquipélago, nº 7/8, pp. 15/30, 1993.

DISTRITO FEDERAL, Prefeitura do. **Secretaria Geral de Viação e Obras Código de Obras do Distrito Federal**. Decreto n.6000, 1937.

DOLL, H. D.; BRADLEY, B. E. **A Study of the Objectivity of Television News Reporting of the 1972 Presidential Campaign**. Central States Speech Journal, n. 25, 1974.

DOMINGUES, José Maurício. **Modernidade, tradição e reflexibilidade no Brasil contemporâneo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 1998.

_____. **Interpretando a Modernidade: Imaginário e Instituições**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Axel Honneth e o conceito de reificação**. Revista Teoria e Sociedade, nº15.1, pp 52-61, 2007.

_____. **Global modernity: Levels of analysis and conceptual strategies**. Social Science Information, vol 53(2), pp.180-196, 2014.

DUARTE, Pedro, e GRACIOLLI Edílson. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. Anais do V Colóquio do CEMARX, Unicamp, 2007.

EISENSTADT. **Múltiplas Modernidades**. Lisboa, Revista Sociologia, Problemas e Práticas número 35, pp 139-163, 2001.

ELIAS, Roberto. **Ano novo Roupa nova: Um estudo sobre a mudança do discurso jornalístico no réveillon do Rio de Janeiro após a criação das UPPs**. Revista Diálogo e Interação, 2012.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2003.

FERES JÚNIOR, J. et al. **A (in)clemente Mídia das Eleições**. Insight Inteligência, v. XVII, p. 46–59, 2014.

_____, et all. **Testando a hipótese do contrapoder: A cobertura das eleições de 1998 e 2014**. Anais do IV Congresso do Compólitica. Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, Leticia de Luna. **Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol.2, no.4, 2008.

GOMES, Wilson. **Da discussão à visibilidade.** In: GOMES, W.; MAIA, R. Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas. Paulus: São Paulo, 2008, p. 117 a 155.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro. História e direito.** Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2013.

HACKETT, Robert A. **Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos.** IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa, Editora VEJA, 1999.

HOFSTETTER, C. R. **Bias in the News: Network Television Coverage of the 1972 Election Campaign.** Columbus: Ohio State University Press, 1976.

KAY, Cristóbal. **Latin American theories of development and underdevelopment.** Londres, Routledge, 1989.

KYMLICKA, W. **Politics in the vernacular: nationalism, multiculturalism, and citizenship.** Oxford, UK New York: Oxford University Press, pp. 17-38., 2001.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2015.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Jonas. **Março de 1983: A Guinada Na Relação Estado/Comunidades Faveladas no Rio de Janeiro.** Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V.11, n.3, 2010.

LEITE, Márcia Pereira, **Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Segurança Pública, Vol. 6, no 2. 2012.

_____. **Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas.** IN: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Entre o individualismo e a solidariedade Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro.** RBCS, v.15, n44, pp73-90,2000.

LEWIS, Oscar. **La Cultura de la pobreza.** Pensamiento Crítico, Habana, nº07, 1967.
 LOPES, Daniel Barsi, SILVA, Lourdes Ana Pereira. Cidadania e telenovela: evidências e ocultações na midiaticização do social; IN: MORIGI, Valdir, GIRARDI, Ilza e DE ALMEIDA, Cristóvão. Comunicação Informação e Cidadania. Refletindo práticas e contextos. Porto Alegre, Editora Sulina, 2011.

LYCARIÃO, Diógenes, MAGALHÃES, Eleonora e ALBUQUERQUE, Afonso. **Jornalismo parcial feito para vender: a decadência do padrão “catch-all” pelas leis do mercado.** Anais do IV Congresso do Compólitica. Rio de Janeiro, 2015.

MACHADO DA SILVA, **A experiência das UPPs: Uma tomada de posição.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 – no 1 - JAN/FEV/MAR 2015 - pp. 7- 24, 2015.

_____. **Afinal, qual é a das UPPs?** Observatório das Metrôpoles, 2010. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. (1967). **A política na favela.** Revista DILEMAS, 2011.

_____. (Org.) **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **A continuidade do “problema da favela”.** IN OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.): Cidade: história e desafios, Rio de Janeiro: FGV: CNPq, 2002.

_____. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.19, n.1, pp53-84,2004.

_____, LEITE, Márcia Pereira. **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?** IN: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria da dependência na América Latina.** Estudos Avançados 13(35), 1999.

MAIA, Rousiley C. M. **From Public Sphere to Deliberative System: Locating the Place of the Media.** In: MAIA, R.C.M. Deliberation, the media and political talk. New York, NY: Hampton Pres, 2012a.

MAIA, Rousiley C. M. **The News Media as a Forum for Civic Debate.** In: MAIA, R.C.M. Deliberation, the media and political talk. New York, NY: Hampton Pres, 2012b.

MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D. **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão.** Psicologia & Sociedade, 17(2), 2005.

MENEZES, Palloma. **Os rumores da “pacificação”: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, p. 665-683, 2015a.

_____. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”:** uma etnografia do processo de “**pacificação**” de favelas cariocas,. Tese de Doutorado, IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015b.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade.** IN: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

_____. **Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality.** Cultural Studies. no. 21 (2-3):449-514, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 25, no 73, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia.** Comunicação & Política, v. 22, n. 3, p.129-147, 2004.

MISSE, Daniel Ganem. **Cinco anos de UPP: um breve balanço.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 – no 3 - jul/ago/set 2014.

NETO, Paulo. **Policiamento comunitário e prevenção do crime a visão dos coronéis da Polícia Militar.** Revista São Paulo em perspectiva, v.18, 2004.

NEVES, Rita Ciotta. **Os Estudos Pós-Coloniais: um Paradigma da Globalização.** Revista Babilônia, Lisboa, 2009.

NUN, José **Marginalidad y Exclusión Social.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

NUNES, Pablo. **Quando a favela é notícia: a "pacificação" carioca nas páginas do jornal.** Dissertação de Mestrado. UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

OAKIM, Juliana. **A cidade, o urbanista e o plano: Um estudo para a Guanabara por Doxiadis.** Monografia de Especialização em Sociologia Urbana. UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **UPPs, Direitos e Justiça. Um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo.** Rio de Janeiro, Editorial FGV, 2012.

PALERMO, Luis Carlos. **A Imprensa e a Construção de uma Representação Social Para as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs).** XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

PEAKE, Jeffrey e ESHBAUGH-SOHA, Matthew. **The presidency and Local Media: Local Newspaper Coverage of President George W. Bush.** Presidential Studies Quarterly 38, no. 4, 2008.

_____. **Presidents and Front-page News: How America's Newspapers Cover the Bush Administration.** The Harvard International Journal of Press/Politics, vol. 12, 2007.

PERLMAN, Janice. **O mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

PICHLER, Walter. Algumas observações sobre o conceito de marginalidade social. Ensaio FEE, v.1, 1980.

PRYSTHON, Angela. **História da teoria: os estudos culturais e as teorias pós coloniais na América Latina.** Revista Interin, Tuiuti, v.9, nº1, 2010.

_____. **Interseções da teoria crítica contemporânea: estudos culturais, pós-colonialismo e comunicação.** Revista e-compós (<http://www.compos.org.br/e-compos>), ed.1, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **“Pólo Marginal” y Mano de Obra Marginal.** IN: CLACSO, Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder, Buenos Aires, 2014.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. pp.227-278, 2005.

RAMOS, Silvia, e PAIVA, Anabelle. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Marginalidade, Pobreza e Exclusão Social: Uma questão histórica.** In: Roberto, Jarry Richardson. (Org.). Exclusão, Inclusão e Diversidade. Joao Pessoa: Editora Universitária, p. 11-34, 2009

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico.** IN: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. PALERMO, Luís Claudio. **‘O morro está na calma’: Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação.** DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 1 - JAN/FEV/MAR 2015.

SAID, Edward. **Orientalism.** Vintage Books, New York, 1979.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada.** Ática. São Paulo, 1987.

MIGUEL. 2004. **Modelos Utópicos de Comunicação de Massa para a Democracia** in Comunicação e Política, v. 22, p.129-146. Rio de Janeiro, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. Editora Augurium, São Paulo, 2004.

SCOTT, David. **Refashioning Futures: criticism after postcoloniality**. Princeton: Princeton University Press, New Jersey, 1999.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **Imprensa e processos de produção da verdade: representações midiáticas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)**. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, Bahia, 2011.

SILVA, Jailson de Souza e (org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

_____. e BARBOSA, Jorge Luíz. **Favela: Alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora SENAC RJ, 2005
SILVA, Maria Laís Pereira da. A permanência das favelas cariocas e o Plano Doxiadis num contexto de mudanças (1960-1965). Seminário da História da Cidade e de Urbanismo. v. 8, n. 4, 2004.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **A permanência das favelas cariocas e o Plano Doxiadis num contexto de mudanças (1960-1965)**. Seminário da História da Cidade e de Urbanismo. v. 8, n. 4, 2004.

SILVEIRA, Cláudio. **Para que, Forças Armadas?! Alguns apontamentos sobre o uso dos militares no combate ao narcotráfico na cidade do Rio de Janeiro**. Revista e-premissas, nº1, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **A crise no Rio e o pastiche midiático**. IN: <http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>. 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, Haline; MARQUES, Laura; BARROS, Rafaella; MORETZSOHN, Sylvia **Favela multimídia: um tour virtual pelas comunidades “pacificadas” pela polícia, numa série especial do jornal O Globo**. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Vitória, 2010.

TEIXEIRA, Cesar. **O ‘policial social’: Algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs**. Revista DILEMAS, V.8 nº1, pp.77-962, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo porque as notícias são porque são**. Editora Insular, Florianópolis, 2012.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. Michigan, Free Press, 1978.

UPP. Site oficial: <http://www.upprj.com/>

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAZ, Paulo, CAVALCANTI, Mariana, OLIVEIRA, Luciana e SÁ-CARVALHO, Carolina. **Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime**. Revista Fronteira, Unisinos, 2005.

VENÂNCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Jornalismo e Linha Editorial: Construção das notícias na imprensa partidária e comercial**. E-papers, Rio de Janeiro, 2009.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

WEAVER, Paul H. **As notícias de Jornal e as Notícias de Televisão**. IN: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Editora VEJA, 1999.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. (Orgs.). **Um Século de Favela**. 2a. edição. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ANEXO A – títulos das matérias sobre a favela do Borel

Veículo	Título da matéria	Data de publicação
O Globo	Acusado de ataques no Rio é preso em Santos	10/01/2007
Extra	Suspeito é fisgado	10/01/2007
O Globo	Era gostoso voltar para casa sem ser assaltado	21/02/2007
Extra	Comerciante morto na Tijuca	12/04/2007
O Globo	Jovem de 13 anos é morto no Borel	01/05/2007
Extra	Barbaridade na Tijuca	01/05/2007
O Globo	Circuito de TV pode ajudar a prender menor	02/05/2007
Extra	Fita de circuito de segurança pode levar à prisão de menor	02/05/2007
O Globo	Bandido carioca para inglês ver	15/05/2007
Extra	Polícia mata chefe do Borel em confronto	31/08/2007
Extra	Polícia asfixia quatro favelas para dar fim ao roubo de carro	29/09/2007
Extra	Preso em operação no Morro do Borel	06/10/2007
Extra	CASO LÍDIO TOLEDO	05/01/2008
Extra	Carnaval 2008	06/01/2008
Extra	Região do medo	10/01/2008
Extra	Sete mortos em confrontos entre policiais e traficantes	26/03/2008
O Globo	O caso Lídio Toledo Filho	08/04/2008
O Globo	Comércio fecha portas perto do Morro do Borel	09/04/2008
Extra	Luto forçado	09/04/2008
O Globo	Cem policiais prendem um bandido	07/08/2008
Extra	Cem contra um no Borel	07/08/2008
Extra	Todo mundo tem medo. Até policial	09/10/2008
O Globo	Zona de exclusão policial	09/10/2008
O Globo	Antes tarde do que nunca	10/10/2008
Extra	Unidos da Tijuca quer mais disciplina na sua bateria	15/02/2009
O Globo	A vida na Tijuca sem maquiagem	30/04/2009
Extra	Perseguido por PM preso após um ano	22/06/2009
O Globo	Aumento da violência é o maior problema	02/07/2009
O Globo	Polícia prende chefe do tráfico do Morro do Borel	03/08/2009
Extra	Operação no borel	03/08/2009
Extra	Esconderijo nada seguro leva Robocop para cadeia	03/08/2009
Extra	Operação no borel	04/08/2009
O Globo	Loja do Carrefour nos planos da prefeitura	13/08/2009
O Globo	Tirroteio volta a assustar quem mora na Tijuca	02/12/2009
O Globo	Um morto em ação da PM no Borel	03/12/2009
O Globo	Polícia mata um suspeito na Maré e dois no Morro do Borel, na Tijuca	09/12/2009
Extra	Madrugada violenta em Vila Isabel e na Tijuca	20/12/2009
Extra	UPP: ocupação deve começar esta semana na Tijuca	15/03/2010
O Globo	Bill é preso antes de chegada de UPP	18/03/2010

O Globo	PM faz operação no Borel para implantar UPP	20/03/2010
Extra	Três suspeitos mortos no Borel	30/03/2010
O Globo	Três mortos em confronto no Borel	30/03/2010
Extra	depois do temporal	15/04/2010
O Globo	O desafio de chegar à Tijuca	27/04/2010
Extra	Contra a violência	27/04/2010
O Globo	PACIFICAÇÃO	28/04/2010
Extra	Guerra ao crime	28/04/2010
O Globo	PACIFICAÇÃO: Escola deve incrementar os projetos sociais na comunidade	29/04/2010
Extra	GUERRA E PAZ	29/04/2010
O Globo	Três presos no segundo dia de ocupação do Borel	30/04/2010
Extra	Contra a violência	30/04/2010
Extra	A cidadania chega ao front	01/05/2010
Extra	Após UPP, imóveis ficarão 30% mais caros na Tijuca	03/05/2010
O Globo	Bandidos do Borel tentam ocupar morro em Niterói	15/05/2010
O Globo	Paz e ação social no Borel	19/05/2010
Extra	Celebração comunitária	20/05/2010
O Globo	UPP do Borel será inaugurada dia 7 de junho	26/05/2010
Extra	Drama	29/05/2010
O Globo	Como nos tempos do tráfico	30/05/2010
Extra	A disputa agora é... só pela bola	31/05/2010
O Globo	Borel e Casa Branca agora disputam só bola no campo	31/05/2010
Extra	UPP do Borel terá seis sedes	05/06/2010
O Globo	UPP do Borel vai funcionar em contêineres	05/06/2010
O Globo	Capitão tijucano comandará UPP do Borel	07/06/2010
O Globo	Tijuca receberá mais uma UPP	08/06/2010
Extra	A UPP do Borel entra em campo e marca um gol	16/06/2010
O Globo	UPP do Borel estimula prefeito a mudar sua rota	01/08/2010
Extra	É para dançar	30/08/2010
O Globo	ONG leva dentistas para crianças de Ciep no Borel	14/09/2010
Extra	Quando a justiça funciona	26/09/2010
Extra	Agora reina a paz	12/10/2010
O Globo	PM prende traficante no Borel após denúncia	30/10/2010
O Globo	Imóveis para aluguel em alta	11/11/2010
O Globo	Chácara do Céu. Acerto: uma das ruas construídas, da qual se vê a Grande Tijuca, liga a favela às vias da cidade formal	14/11/2010
Extra	Um boom imobiliário	18/11/2010
O Globo	RODA DE SAMBA: Campeão do carnaval no Sesc	25/11/2010
Extra	CHEFÃO DA VILA CRUZEIRO FUGIU DA BRIGA	26/11/2010
O Globo	UPPs reduzem ataques na Zona Sul do Rio	26/11/2010
O Globo	ORQUESTRA JOVEM	02/12/2010
O Globo	A vez do morro I	03/12/2010
O Globo	Balé clássico no Morro do Borel	09/12/2010
O Globo	Uma ideia que venceu o medo	30/12/2010

O Globo	Esperança de dias melhores na segurança	30/12/2010
O Globo	Esperança de paz a cada dia	30/12/2010
O Globo	Onde só morar já é aventura	07/01/2011
Extra	Mapeando a pobreza no Borel	13/01/2011
Extra	Sirenes para risco de chuvas	19/01/2011
Extra	Agentes também avisam a população	19/01/2011
O Globo	Modelo esportivo para as UPPs	20/01/2011
O Globo	Para celebrar o santo do Rio	20/01/2011
O Globo	Borel recebe primeira sirene contra chuvas	22/01/2011
O Globo	Foi assim	24/01/2011
O Globo	Antes que a tragédia serrana aconteça aqui	27/01/2011
O Globo	Judô tijucano aposta em ouro	03/02/2011
Extra	Mais UPPs e menos mortes	06/02/2011
Extra	Dengue	11/02/2011
O Globo	Tijuca menos violenta pós UPPs	17/02/2011
O Globo	A festa nas ruas vai começar	17/02/2011
O Globo	O batidão do funk no embalo da pacificação	20/02/2011
Extra	Serpentina da paz	24/02/2011
O Globo	Pequenos talentos do samba	03/03/2011
Extra	De funkeiro a folião, via UPP	04/03/2011
Extra	Todos contra a Tijuca	06/03/2011
Extra	Um cenário perfeito pro Borel	09/03/2011
Extra	PM de UPP recebe hoje bonificação	24/03/2011
O Globo	Cadastro para SMS da Defesa Civil já disponível	01/04/2011
O Globo	Projetos de vida para jovens empreendedores	17/04/2011
O Globo	Soldados da UPP do Morro do Borel sofrem acidente	22/04/2011
Extra	Carro capota com quatro PMs de UPP	22/04/2011
O Globo	Rapaz que assaltou médico é preso de novo	26/04/2011
Extra	rio debaixo d'água	26/04/2011
O Globo	Temporal à noite alaga e congestionava a cidade	26/04/2011
O Globo	ÁGUAS DE ABRIL	27/04/2011
O Globo	ONU ajudará na implantação de UPPs sociais	12/05/2011
O Globo	A cidade dos entulhos	19/05/2011
O Globo	Chefe do tráfico no Borel é preso no Alemão	20/05/2011
O Globo	Cidade ganha 44 ex-favelas	29/05/2011
O Globo	Moradores e vizinhos de ex-favelas discordam de critérios da prefeitura	30/05/2011
O Globo	Novo rótulo para a velha miséria	31/05/2011
O Globo	Algumas empresas já atuam em áreas de UPP	01/06/2011
O Globo	Sirenes em favelas serão testadas dia 19	03/06/2011
Extra	Gol de placa da pacificação	05/06/2011
O Globo	Um ano de mudanças	09/06/2011
O Globo	'Moradores são o principal personagem'	09/06/2011
Extra	Tijuca discute um ano da chegada das primeiras UPPs	10/06/2011
Extra	Esconderijo de bandidos	13/06/2011

O Globo	Homicídios ainda em queda: de 6,7% em abril	14/06/2011
Extra	Tijuca vai de Luiz Gonzaga	15/06/2011
Extra	Festa na ocupação do Morro do Borel	18/06/2011
Extra	Pedófilo é preso no Borel	24/06/2011
Extra	Choque de ordem	27/06/2011
O Globo	Festa marca 1 ano de pacificação	30/06/2011
O Globo	Sensação de segurança aumenta entre cariocas	30/06/2011
Extra	avelas terão simulação de desastre no domingo	30/06/2011
O Globo	Para melhorar a comunidade	07/07/2011
O Globo	Prefeitura estima UPP Social em R\$1 bilhão	21/07/2011
O Globo	Depois da pacificação, a busca por craques	27/07/2011
O Globo	O futuro (pacificado) do futebol	31/07/2011
O Globo	SEGURANÇA NAS RUAS	25/08/2011
Extra	ISP divulga novos dados para favelas	15/09/2011
Extra	cobrança injusta	19/09/2011
O Globo	O passo social	22/09/2011
O Globo	Quando a legalidade acaba em pizza	06/10/2011
Extra	Gol de placa nos morros	15/10/2011
Extra	Favelas com UPPs vão ter programa para 40 mil jovens	17/10/2011
Extra	Música clássica para todos	17/10/2011

ANEXO B – Títulos das matérias sobre a favela do Cantagalo

Veículo	Título da matéria	Data de publicação
O Globo	Bala perdida em casa	13/01/2007
Extra	Menor acusado de incendiar ônibus em Niterói é detido	16/01/2007
O Globo	Perigo na travessia do túnel	29/03/2007
Extra	Comunidades carentes	09/04/2007
Extra	MINHA VIDA POR UM TETO	05/06/2007
O Globo	POR DENTRO DO GLOBO	09/06/2007
O Globo	Troca de tiros no Morro do Cantagalo assusta os moradores de Ipanema	09/06/2007
O Globo	Criança Esperança no Cantagalo	22/06/2007
Extra	A guerra do Rio	03/07/2007
Extra	PAC começa este mês em favelas da Zona Sul	04/07/2007
O Globo	Favela deverá ser integrada ao metrô	12/07/2007
O Globo	O trabalho social do 'porteiro filósofo' de Ipanema	22/07/2007
Extra	Viagem para ver a filha brilhar	27/07/2007
O Globo	Na batalha contra a pobreza	09/08/2007
O Globo	Na ponta do mundo	12/08/2007
Extra	Ladrão que fugiu por janela da 14ª DP é recapturado	17/11/2007
Extra	Chance de emprego	23/11/2007
O Globo	Tiroteio no Cantagalo leva pânico a Ipanema	24/11/2007
Extra	Violência	24/11/2007
O Globo	Lula subirá morro em conflito	26/11/2007
O Globo	Segurança de Lula inspeciona Cantagalo	27/11/2007
Extra	Segurança de Lula sobe o Cantagalo	27/11/2007
Extra	Construção Civil	27/11/2007
O Globo	Concedidas as licenças para PAC das favelas	28/11/2007
O Globo	Lula vai à favela com mais polícia	29/11/2007
O Globo	Policiamento é reforçado para visita de Lula	29/11/2007
O Globo	Morro do Cantagalo ganha um banho de loja para receber presidente Lula	30/11/2007
Extra	Favela ganha banho de loja para receber Lula	30/11/2007
O Globo	Lula se diz contrário a remoções em favelas	01/12/2007
Extra	Título de posse para os moradores do Cantagalo	01/12/2007
O Globo	Uma favela não são todas	04/12/2007
O Globo	Metrô vai desalojar 300 pessoas no Cantagalo	13/12/2007
O Globo	Vizinhas de bairro sobem o morro	10/04/2008
O Globo	Jovem e menina são baleadas em baile funk	13/04/2008
Extra	Bala perdida	13/04/2008
Extra	Menina continua internada no Miguel Couto	14/04/2008
Extra	Obras do PAC	30/04/2008
Extra	Apegada às raízes	14/06/2008

O Globo	Objetivo dos bandidos seria roubar armas	18/07/2008
O Globo	Pesquisa: favela é território da informalidade	29/07/2008
O Globo	Relatório da Abin ajudará no combate ao tráfico	11/08/2008
O Globo	Mineiro-carioca cai no samba	16/08/2008
Extra	Um clique e uma história	21/09/2008
Extra	Dois quartos com vista para o mar... na favela	30/09/2008
O Globo	Vista privilegiada	18/10/2008
O Globo	A GUERRA DO RIO	13/11/2008
O Globo	Tirroteio leva pânico a moradores da Zona Sul	13/11/2008
O Globo	Policiamento em favelas: história de fracasso	16/11/2008
O Globo	Um problema à altura da falta de fiscalização	16/11/2008
O Globo	Comandante do Gpae do Cantagalo é exonerado	21/11/2008
O Globo	Obra de elevadores entre favela e metrô é iniciada	18/12/2008
O Globo	Morro pacificado tem madrugada de tumulto	09/02/2009
O Globo	Verticalização chega ao Cantagalo	02/04/2009
O Globo	Muro e títulos de propriedade contra expansão	02/04/2009
Extra	Preso no Espírito Santo chefe do tráfico do Pavão e Cantagalo	10/04/2009
O Globo	Manhã de pânico na Zona Sul	23/05/2009
O Globo	Copacabana terá ruas para bicicletas e carros	27/05/2009
O Globo	O PAC que aumentou a favela	26/06/2009
Extra	Festas para o Dia da Esperança	08/08/2009
Extra	'Isso aqui é coisa de bacana'	14/08/2009
Extra	'Aqui será o bairro Pavão-Pavãozinho e Cantagalo'	19/08/2009
O Globo	A cidade unida em Ipanema	23/08/2009
Extra	Polícia em busca de ladrões que balearam Paulo Athayde	29/08/2009
Extra	Bairros às margens da Brasil vão ganhar internet de graça	01/09/2009
Extra	Contêineres para novas ocupações	03/09/2009
O Globo	Avenida ligará Pavão-Pavãozinho a Cantagalo	11/09/2009
O Globo	Elevador do Cantagalo fica pronto em março	19/09/2009
O Globo	O morro tem vez	09/10/2009
O Globo	Cantagalo terá imóveis regularizados	11/11/2009
O Globo	A GUERRA DO RIO	01/12/2009
O Globo	Avanço	02/12/2009
O Globo	A reação do tráfico à UPP	02/12/2009
O Globo	Após ocupação, Ipanema vive dia tranquilo	02/12/2009
Extra	upp em copacabana e ipanema	03/12/2009
O Globo	Cantagalo, um morro carioca	04/12/2009
O Globo	A paz reconquistada	24/12/2009
O Globo	Tráfico ameaça moradores favoráveis à UPP	26/12/2009
Extra	O Vietnã está dominado	18/01/2010
O Globo	Espadim e granada são apreendidos no Cantagalo	04/02/2010
Extra	Vistoria nas unidades do PAC	12/03/2010

Extra	Compromisso de voltar à legalidade	16/03/2010
O Globo	Não é só de polícia que a comunidade precisa'	26/03/2010
O Globo	Elevador do Cantagalo fica pronto em junho	26/03/2010
O Globo	Mais 4 comunidades entram na era digital	30/03/2010
O Globo	UPP não inibe ação de vândalos no Cantagalo	04/04/2010
Extra	Rivalidade só na quadra	30/04/2010
O Globo	Assim no morro como no asfalto	14/05/2010
O Globo	Espiã usava denúncias falsas contra PM	15/05/2010
Extra	Yes, eles já ensinam os gringos a soltar pipa	31/05/2010
O Globo	Elevador do Cantagalo entra em fase de testes	05/06/2010
Extra	Obras em Ipanema	05/06/2010
Extra	Cidadania no mundo digital	08/06/2010
O Globo	PAC do Cantagalo na segunda fase	09/06/2010
O Globo	Inaugurado elevador do Cantagalo, em Ipanema	01/07/2010
O Globo	O velho charme da Barão da Torre está de volta	05/07/2010
Extra	um filme repetido	05/07/2010
O Globo	Morador acusa policiais	06/07/2010
O Globo	Duas novas opções de lazer para os cariocas	02/08/2010
O Globo	PMs de UPP são afastados	04/08/2010
Extra	Policiais de UPP são afastados	04/08/2010
O Globo	No Cantagalo, apartamentos foram alugados	14/08/2010
O Globo	Curso de inglês para jovens do Cantagalo	19/08/2010
Extra	Jovens do Cantagalo vão estudar inglês	19/08/2010
Extra	'Can-ta-ga-lô' está na corrida	28/08/2010
O Globo	Vista privilegiada do alto do Cantagalo	07/09/2010
Extra	Detido no Cantagalo	26/09/2010
Extra	Dilma e Cabral no Cantagalo	26/09/2010
O Globo	O velho charme da Barão da Torre está de volta	10/10/2010
O Globo	A falta que o policiamento faz	08/11/2010
O Globo	Caça ao mosquito	10/11/2010
O Globo	Número menor de habitantes afeta Cantagalo	14/11/2010
O Globo	Surfe para botar na linha	25/11/2010
O Globo	Guerra, paz e o elevador	04/12/2010
O Globo	ILUMINAÇÃO PÚBLICA: Ruas escuras	30/12/2010
O Globo	Comlurb faz mutirão para limpar o Cantagalo	07/01/2011
O Globo	Turistas e moradores voltam a ter o prazer de passear sem medo pelo Rio	09/01/2011
O Globo	Em vez de futevôlei, arte contemporânea	14/01/2011
Extra	Polícia prende 17 pessoas por tráfico em favelas pacificadas	29/01/2011
O Globo	Concurso de fotografia revela as favelas do Rio	03/02/2011
O Globo	Disque-migração	20/02/2011
O Globo	Componentes mostram força na reta final	24/02/2011

O Globo	Nem incêndio mata esperança de subir	24/02/2011
O Globo	Novos ângulos para velhos cartões-postais	01/03/2011
O Globo	UPP dá samba	04/03/2011
Extra	Ladrão é preso após assaltar foliões em praça de Laranjeiras	07/03/2011
O Globo	Um Rio visceral	12/03/2011
O Globo	Lixão do Cantagalo continua ativo	24/03/2011
O Globo	Traficante que fugiu de UPP é morto no Paraguai	31/03/2011
O Globo	Polícia investiga ação de seguranças ilegais no comércio de Ipanema	01/04/2011
Extra	Novidade na caixa postal	04/04/2011
O Globo	Projetos de vida para jovens empreendedores	17/04/2011
O Globo	O Rio é legal	24/04/2011
O Globo	Um guia de escaladas para a cidade repleta de morros	01/05/2011
O Globo	Entregues 44 títulos de posse no Cantagalo	04/05/2011
O Globo	Solidariedade e simpatia sobem o Morro do Cantagalo	11/05/2011
Extra	Bicampeão sobe o Cantagalo	11/05/2011
Extra	Segredos no alto do morro	15/05/2011
O Globo	Limites para o Pavãozinho	16/05/2011
O Globo	Foco de 'Aedes' assusta moradores	19/05/2011
O Globo	Uma rua que já foi musa inspiradora	19/05/2011
O Globo	Do casamento real para o morro	20/05/2011
O Globo	Cidade ganha 44 ex-favelas	29/05/2011
O Globo	Moradores e vizinhos de ex-favelas discordam de critérios da prefeitura	30/05/2011
O Globo	Novo rótulo para a velha miséria	31/05/2011
Extra	Portas abertas	01/06/2011
O Globo	Favelas com UPP terão coleta diária de lixo	02/06/2011
O Globo	'Ex-favelas' na berlinda	05/06/2011
O Globo	Engajadas em fazer o bem	09/06/2011
O Globo	Futebol social	11/06/2011
O Globo	Fala, Zona Sul!	16/06/2011
O Globo	Denúncia de discriminação no Leblon	16/06/2011
Extra	Casa legalizada	03/07/2011
O Globo	Comunidades para jovem americano ver	10/07/2011
O Globo	O Cantagalo na rota do turismo	14/07/2011
O Globo	Contra a pobreza, a criatividade	21/07/2011
Extra	UPPs registram incidentes no Andaraí e no Cantagalo	25/07/2011
Extra	De pastor	29/07/2011
O Globo	UFC Rio	24/08/2011
Extra	Protesto na inauguração de UPP	03/09/2011
O Globo	Insegurança de volta	05/09/2011
O Globo	Lições de estética no Cantagalo	08/09/2011

Extra	Cursos na área de estética	10/09/2011
Extra	Preços nas comunidades	21/09/2011
O Globo	Cariocas por um dia	30/09/2011
Extra	Música clássica para todos	17/10/2011

ANEXO C – títulos das matérias sobre a favela do Chapéu Mangueira

Veículo	Título da matéria	Data de publicação
O Globo	Bandido libertado tinha pedido de prisão	25/01/2007
O Globo	Robson Caveirinha teve nome excluído de ação	26/01/2007
O Globo	Tráfico restaurou armas roubadas de filme	03/04/2007
O Globo	Tráfico acaba com a paz no Leme	30/05/2007
Extra	Briga de facções	30/05/2007
O Globo	À espera de um novo confronto	31/05/2007
Extra	Tensão e Alerta	31/05/2007
Extra	Guerra do Rio	02/06/2007
Extra	Dia tranqüilo, noite barulhenta	05/06/2007
Extra	Violência	07/06/2007
O Globo	Policiais trocam tiros com bandidos em favela no Leme	01/07/2007
O Globo	Morros do Leme têm novo dia de confrontos	02/07/2007
Extra	Preso acusado de roubar armas de filme	04/07/2007
O Globo	Moradores do Leme vivem rotina de tranqüilidade de dia e tensão à noite	05/07/2007
O Globo	Guerra do tráfico desvaloriza imóveis no Leme	10/07/2007
O Globo	Bandidos do Alemão já ocupam favela do Leme	16/02/2008
Extra	Acusado de roubar armas de 'Tropa de elite' é preso	08/03/2008
O Globo	Jovem e menina são baleadas em baile funk*	13/04/2008
Extra	Bala perdida	13/04/2008
Extra	Menina é baleada durante baile funk	13/04/2008
Extra	Menina continua internada no Miguel Couto	14/04/2008
O Globo	PMs caçam bando pelas ruas de Copacabana	24/04/2008
O Globo	Polícia age para evitar guerra na Zona Sul	24/04/2008
Extra	Violência na Atlântica	24/04/2008
O Globo	Polícia cerca favelas e deixa bando acuado no alto de favela no Leme	26/04/2008
Extra	PM reforça patrulhamento na mata do Chapéu Mangueira	29/04/2008
O Globo	Polícia vigia situação nos morros da Zona Sul	30/04/2008
Extra	Obras do PAC	30/04/2008
O Globo	Leme cria o 'Disque-Tiroteio'	02/05/2008
Extra	Com medo, Moradores do Leme criam 'Disque-Tiroteio'	02/05/2008
O Globo	Estragos	03/05/2008
O Globo	Projeto quer transformar favelas em guerra no Leme em ponto turístico	03/05/2008
Extra	Ação contra violência	03/05/2008
O Globo	Manhã de pânico no Leme	08/05/2008
Extra	Guerra na Babilônia	08/05/2008
O Globo	Antes o estresse que a paz falsa	09/05/2008
O Globo	Traficantes do Leme pretendiam comprar armas	10/05/2008

O Globo	PM apreende 5 mototáxis em ladeira do Leme	10/05/2008
Extra	Tráfico do Chapéu Mangueira ia comprar armas	10/05/2008
O Globo	Morro do Chapéu Mangueira terá obra	13/05/2008
Extra	Lua-de-mel	13/05/2008
O Globo	Traficantes voltam a se enfrentar no Leme	23/05/2008
O Globo	O longo braço do tráfico	24/05/2008
Extra	Inteligência não soube de invasão	24/05/2008
O Globo	Forte do Leme tem mais policiamento	29/05/2008
O Globo	Eu me recuso a blindar janelas'	01/06/2008
O Globo	Bando rival tenta invadir o Chapéu Mangueira	09/06/2008
O Globo	Leme tem novo tiroteio de madrugada	10/06/2008
O Globo	Tráfico de Nilópolis dá apoio à guerra no Leme	17/06/2008
O Globo	Leme adota blindagem para evitar balas perdidas	20/06/2008
O Globo	Segurança reforçada contra guerra na Zona Sul	21/06/2008
O Globo	Controle de favelas do Leme vira principal alvo do tráfico na Zona Sul	22/06/2008
O Globo	Medo altera a rotina no Leme	23/06/2008
O Globo	Leme terá minibatalhão da PM no alto de favela	02/07/2008
O Globo	Tiroteios com um morto e um ferido assustam moradores do Leme	29/10/2008
O Globo	Tráfico ordena fechamento de lojas e policiamento é reforçado no Leme	01/12/2008
O Globo	Guerra e paz na Zona Sul	04/12/2008
O Globo	Tiroteio em favelas do Leme fere PM e homem que passeava no calçadão	09/01/2009
O Globo	Choque de ordem	27/02/2009
O Globo	Cabral diz que ocupação de favelas do Leme será feita semana que vem	15/05/2009
O Globo	Favelas do Leme podem ter plano inclinado	29/05/2009
O Globo	Comércio do Leme teve ainda mais assaltos	15/06/2009
Extra	Dona Marta, Chapéu Mangueira, Babilônia, Batan, Cidade de Deus. A lista de favelas ocupadas em caráter permanente pela polícia deve crescer em breve.	24/07/2009
O Globo	Favela multimídia	14/08/2009
Extra	Casal acusado de assaltos no Leme é preso dormindo	05/09/2009
O Globo	Luto em duas favelas do Leme	26/10/2009
O Globo	Casa é demolida no Leme	29/10/2009
O Globo	Pacificadas, elas crescem a cada dia	05/11/2009
O Globo	UPP atrai mais moradores para favelas do Leme	05/11/2009
O Globo	UPP estimula potencial turístico de morros	31/01/2010
Extra	Rivalidade só na quadra	30/05/2010
Extra	Resgate da autoestima	14/06/2010
Extra	UPP: luz e geladeira no Chapéu Mangueira	22/06/2010
Extra	Entre quatro paredes	26/07/2010

Extra	Água geladinha e dinheiro no bolso	13/08/2010
O Globo	Mutirão para limpar as comunidades do Leme	14/09/2010
O Globo	Policiais dançam valsa no Chapéu Mangueira	20/09/2010
Extra	Policiais da UPP dançam valsa no Chapéu Mangueira	20/09/2010
O Globo	Becos-limite dividem opiniões no Leme	26/09/2010
Extra	Morros do Leme terão obras de urbanização	28/09/2010
Extra	UPP começa a baixar as armas	29/09/2010
O Globo	Estudantes de seis países visitam favelas do Leme	30/10/2010
O Globo	O dia seguinte*	30/11/2010
O Globo	Campanha recolhe doações para creche	09/12/2010
O Globo	Campanha recolhe doações para creche	09/12/2010
O Globo	Uma extensão da Policlínica	23/12/2010
O Globo	Turistas e moradores voltam a ter o prazer de passear sem medo pelo Rio	09/01/2011
Extra	Paes lança projeto de remoções na Providência	17/01/2011
Extra	Polícia prende 17 pessoas por tráfico em favelas pacificadas	29/01/2011
O Globo	Duas empresas prestes a doar R\$1,3 milhão	30/01/2011
O Globo	No rastro da pacificação	05/02/2011
O Globo	Com UPPs, blocos de carnaval se adaptam à nova realidade	07/02/2011
O Globo	Blocos são influenciados pela pacificação	07/02/2011
O Globo	Tabajaras está de portas abertas	10/02/2011
O Globo	A curiosidade matou a fome	18/02/2011
Extra	Começam hoje obras em morros do Leme	21/02/2011
O Globo	Conheça os mestres de bateria de alguns blocos	24/02/2011
O Globo	Novos ângulos para velhos cartões-postais	01/03/2011
O Globo	'Presidenta Lula', a gafe de Cabral no carnaval	08/03/2011
Extra	BEM-VINDO, BARACK	15/03/2011
Extra	Yes, o Chapéu e o Babilônia também podem	16/03/2011
O Globo	Uma boa chance	18/03/2011
O Globo	Cinema faz elo simbólico de Obama com o Rio	20/03/2011
O Globo	A ONG Tem Quem Queira transformará o banner da Nestlé na Sapucaí em acessórios.	23/03/2011
O Globo	Emoções em Israel	23/03/2011
O Globo	Dengue: imóveis da prefeitura serão vistoriados	27/03/2011
O Globo	A conta do carnaval	28/03/2011
O Globo	Na outra rede	31/03/2011
O Globo	NOVOS HÁBITOS	03/04/2011
O Globo	Muita paz e feijoada no Comida di Buteco	14/04/2011
O Globo	Nada como um bar após o outro	15/04/2011
O Globo	Minha caravana pelos botecos	15/04/2011
O Globo	Projetos de vida para jovens empreendedores	17/04/2011
Extra	Gastronomia popular	24/04/2011
O Globo	RIO CIDADE SUSTENTÁVEL	01/05/2011

O Globo	Quem tem põe	09/05/2011
O Globo	Mangueira ganha serviços da Ação Global	15/05/2011
O Globo	Seguradoras discutem o cliente do futuro	25/05/2011
O Globo	Recomeçar no Rio	10/06/2011
Extra	Chuva de problema	19/06/2011
O Globo	CHOQUE DE ORDEM NA LAPA	20/06/2011
Extra	Violência	28/06/2011
Extra	Serviço	03/07/2011
O Globo	Queixas no morro e no asfalto	07/07/2011
O Globo	O grande teste	14/07/2011
O Globo	Carros já estão emitindo menos CO2, na Europa	14/07/2011
O Globo	Prefeitura estima UPP Social em R\$1 bilhão	21/07/2011
O Globo	Contra a pobreza, a criatividade	21/07/2011
O Globo	Morro é mais seguro	20/08/2011
Extra	O gênero carioca	23/08/2011
O Globo	Viúvas de Kadafi	24/08/2011
Extra	Saúde em risco	09/09/2011
O Globo	UPP de Santa Teresa já tem 30 novos PMs	13/09/2011
O Globo	ESTÍMULO À CRIATIVIDADE	22/09/2011
Extra	ROMANCE NA LAJE	01/10/2011
O Globo	Abalo	13/10/2011
O Globo	Sapateado	14/10/2011
O Globo	Lá no morro, que beleza	14/10/2011
Extra	Música clássica para todos	17/10/2011
O Globo	Janelas nas cidades	30/10/2011

ANEXO D – Títulos das matérias sobre a favela dos Macacos

Veículo	Título da matéria	Data de publicação
O Globo	Internet sem fio no Morro dos Macacos	11/1/2007
O Globo	A morte aos 13 anos	6/3/2007
Extra	'Eu quero a minha filha de volta'	6/3/2007
O Globo	POR DENTRO DO GLOBO	7/3/2007
O Globo	'Quem mora no morro não tem sonho'	7/3/2007
Extra	Mãe é suspeita de matar seu bebê	7/3/2007
Extra	Tragédia no Macacos	7/3/2007
O Globo	Mãe sobe morro em busca do corpo da filha	31/3/2007
Extra	Violência sem fim	31/3/2007
Extra	Covardia em Vila Isabel	1/4/2007
Extra	'Acho que ela foi morta por engano'	2/4/2007
Extra	Rixa pessoal teria causado a morte de estudante	3/4/2007
O Globo	Reconstituição quase repete tragédia de Alana	5/4/2007
Extra	Vítima inocente	5/4/2007
O Globo	Presos serram grades e fogem da carceragem da Polinter no Grajaú	6/4/2007
Extra	FORA DAS GRADES	6/4/2007
Extra	Violência em Vila Isabel	12/4/2007
O Globo	Família de Alana revive drama da violência	14/4/2007
Extra	Drama sem fim	14/4/2007
O Globo	Mãe de Alana prepara outro enterro	15/4/2007
Extra	Vidas marcadas pela tragédia	15/4/2007
O Globo	Família de Alana teme represálias de bandidos	16/4/2007
Extra	O drama se repete	16/4/2007
Extra	Agente é baleado ao enfrentar bandidos	20/4/2007
O Globo	A vizinhança degradada do Morro dos Macacos	22/4/2007
O Globo	Bala perdida mata mulher em Vila Isabel	6/5/2007
Extra	Bala perdida mata mulher em Vila Isabel	6/5/2007
O Globo	Morte por bala perdida pode ter sido filmada	7/5/2007
Extra	Bala perdida	7/5/2007
Extra	VIOLÊNCIA SEM FIM	8/5/2007
Extra	A via-crúcis de uma mãe	5/6/2007
O Globo	Menor é morto por PMs no Morro dos Macacos	27/8/2007
O Globo	Tiros, morte e medo em Vila Isabel	13/9/2007
Extra	Polícia asfixia quatro favelas para dar fim ao roubo de carro	29/9/2007
O Globo	Mais uma vítima da ditadura do tráfico	5/10/2007
Extra	Guerra do Rio	5/10/2007
Extra	Família de dublê assassinado vai deixar o Morro São João	6/10/2007
O Globo	Antigo Zoológico vira parque fantasma	18/10/2007
Extra	Guerra do tráfico no Morro São João	7/12/2007

Extra	Violência em Vila Isabel	5/1/2008
O Globo	Operação no Morro dos Macacos deixa dois feridos	18/2/2008
Extra	PM encontra cinco carros de luxo no Morro dos Macacos	5/4/2008
Extra	Encontrado carro de bancário morto em assalto no Andaraí	18/4/2008
O Globo	Detran ainda negocia o uso do terreno	3/7/2008
O Globo	POLÊMICA NO Berço do Samba	3/7/2008
O Globo	Tecnologia ajuda na formação de jovens	24/7/2008
O Globo	Tiroteio no Morro dos Macacos deixa 6 mortos	16/11/2008
O Globo	Mais policiais nas favelas em guerra	17/11/2008
O Globo	Vítimas inocentes no meio do fogo cruzado	1/12/2008
O Globo	Guerra do tráfico mata três na Zona Norte	26/1/2009
O Globo	Um morto em ação contra baile funk no Macacos	2/8/2009
O Globo	Castelo de sonho e cidadania	20/9/2009
O Globo	Polícia sabia da invasão desde sexta à tarde	18/10/2009
O Globo	Cabral lamenta mortes e diz que não vai recuar	18/10/2009
O Globo	Contra novos ataques, mais quatro mil homens	18/10/2009
O Globo	Oito ônibus incendiados e clima de terror	18/10/2009
O Globo	Tráfico mata dois PMs em queda de helicóptero	18/10/2009
O Globo	Violência repercute no mundo	19/10/2009
O Globo	PM faz operações em favelas e mata dois	19/10/2009
O Globo	Beltrame: invasão aconteceu em etapas	19/10/2009
O Globo	Medo e ruas quase desertas no dia seguinte	19/10/2009
O Globo	Ordem para ataques saiu de prisão no Paraná	19/10/2009
O Globo	Quando a lei ajuda o crime	20/10/2009
O Globo	Um histórico de rivalidade brutal	20/10/2009
O Globo	Rumor de invasão aumenta tensão na Zona Norte	21/10/2009
O Globo	Bandido utiliza câmeras para controlar favelas	21/10/2009
O Globo	Bandidos que participaram de invasão são procurados no Morro do Juramento	22/10/2009
O Globo	PM caça em dez favelas bandidos que derrubaram helicóptero	22/10/2009
O Globo	Noite de tensão	22/10/2009
O Globo	Jornalista espanhol se diz rendido pelo tráfico	23/10/2009
O Globo	Preso suspeito de invasão aos Macacos	26/10/2009
O Globo	PM faz operação no Morro dos Macacos	6/11/2009
O Globo	ONG do Morro dos Macacos ganha prêmio	26/11/2009
O Globo	A felicidade por meio da música	3/12/2009
O Globo	PM faz operação no Borel para implantar UPP	20/3/2010
O Globo	Cinco vítimas na mesma família	7/4/2010
O Globo	Um choque de ordem para receber a UPP	19/5/2010
O Globo	Próxima parada, Macacos	12/6/2010
O Globo	INCÊNDIO: Balão cai nos Macacos	7/7/2010
O Globo	Ainda falta a unidade do Morro dos Macacos	10/8/2010

O Globo	A Vila quer mostrar que terá segurança também	22/8/2010
O Globo	Tiros no Morro dos Macacos	1/10/2010
O Globo	A paz pouso nos Macacos	15/10/2010
O Globo	Uma UPP partida	16/10/2010
O Globo	Pôr fim à cultura da violência, o novo desafio	18/10/2010
O Globo	Fim de semana de paz no Morro dos Macacos	18/10/2010
O Globo	A prova da barbárie	19/10/2010
O Globo	Imóveis para aluguel em alta	11/11/2010
O Globo	Capoeira que vence a deficiência	18/11/2010
O Globo	'Quebramos um muro imposto pela guerra'	26/11/2010
O Globo	Chefes do Jacarezinho são presos	29/11/2010
O Globo	'As pessoas estão colaborando'	16/12/2010
O Globo	Turano e Macacos entre os pacificados	30/12/2010
O Globo	Sem alerta de madrugada	30/1/2011
O Globo	Sirene chega ao Macacos	30/1/2011
O Globo	Tijuca menos violenta pós UPPs	17/2/2011
Extra	Mortes e assaltos	24/2/2011
O Globo	Samba, suor e preservação	1/3/2011
O Globo	Confusão e tiros entre moradores do Macacos e PMs	15/3/2011
Extra	PM de UPP recebe hoje bonificação	24/3/2011
Extra	Qualificação e emprego em comunidades pacificadas	26/3/2011
O Globo	Cultura em sala próxima a você	14/4/2011
Extra	Prevenção antes da tragédia	27/4/2011
Extra	Em 2016, Rio terá 'Jogos Mortais'	11/5/2011
Extra	Gratificação será paga hoje a policiais de UPPs	17/5/2011
O Globo	'Nada sobrevive só com segurança'	29/5/2011
O Globo	JOGOS MILITARES	29/5/2011
O Globo	Preso um dos acusados de abater helicóptero	13/6/2011
Extra	Uma sem tiros. Outra, com tapas	20/6/2011
Extra	Agentes de UPP são afastados	21/6/2011
O Globo	Arquitetos visitarão 75 áreas de favelas do Rio	5/7/2011
O Globo	Homem é assassinado no Morro dos Macacos	29/7/2011
Extra	Morro dos macacos	29/7/2011
Extra	HOMICÍDIO	2/8/2011
O Globo	MORTE EM UPP	2/8/2011
O Globo	SEGURANÇA NAS RUAS	25/8/2011
O Globo	Espaço é usado por crianças, idosos e atletas	1/9/2011
Extra	Um novo futuro para quem vive em local seguro	6/9/2011
Extra	ISP divulga novos dados para favelas	15/9/2011
O Globo	Cena de cinema no Morro dos Macacos	17/10/2011
Extra	Música clássica para todos	17/10/2011
O Globo	Mais sirenes nas favelas	30/10/2011

ANEXO E – Títulos das matérias sobre o complexo de favelas da Maré

Veículo	Título da matéria	Data de publicação
O Globo	Cerâmica desperta talentos adormecidos na Maré	07/01/2007
O Globo	Equipamentos da polícia com bandidos	20/01/2007
Extra	APREENSÃO NA MARÉ	20/01/2007
O Globo	Uma obra feita em três anos	21/01/2007
Extra	O mundinho fashion do Complexo da Maré	21/01/2007
Extra	Esquartejados em Del Castilho	26/01/2007
Extra	Chacina no adeus	31/01/2007
O Globo	PM intervém em guerra do tráfico e mata 3 na Maré	03/02/2007
Extra	Três mortos na invasão da Rocinha à Maré	03/02/2007
Extra	Samba e hip-hop na Lona Herbert Vianna	23/02/2007
Extra	Sobre as águas	03/03/2007
Extra	Da Maré para o mundo	05/03/2007
Extra	Final feliz	08/03/2007
Extra	CRIANÇAS EM PERIGO	23/03/2007
Extra	Exemplo na favela	03/04/2007
Extra	Mulher é seqüestrada em shopping na Tijuca	10/04/2007
Extra	Gênio inventivo	13/04/2007
O Globo	Saúde: primeiro posto 24h será aberto na Maré em 31 de maio	20/04/2007
Extra	Atendimento Dia e noite	20/04/2007
Extra	Um arsenal de guerra para explodir o caveirão	26/04/2007
O Globo	Construções começam a ser removidas do Canal do Cunha	04/05/2007
Extra	Moradores do Canal do Cunha em novo endereço	04/05/2007
O Globo	Moradores despejados usam área vizinha à desocupada pela Serla	08/05/2007
Extra	Despejada, favela se muda para o lado	08/05/2007
Extra	Socorro dia e noite	30/05/2007
Extra	Pronto-atendimento na Vila do João	01/06/2007
O Globo	Preso chefe do tráfico em duas favelas da Maré	07/06/2007
Extra	Confronto entre policiais e traficantes tira trem dos trilhos	13/06/2007
Extra	UFRJ cria serviço para a Maré	18/06/2007
O Globo	Dois mortos e dois feridos em favela na Maré	02/08/2007
Extra	Dois mortos e dois feridos na Maré	02/08/2007
Extra	Celeiro de talentos no Complexo da Maré	05/08/2007
Extra	Polícia estoura rinha do tráfico	23/08/2007
Extra	Ringue na Maré dá um 'nocaute' na violência	26/08/2007
Extra	Em tempo seco, a cisterna estava cheia. De maconha	14/09/2007
O Globo	Menor é seqüestrado e torturado na Maré	08/10/2007
O Globo	Presos 12 bandidos que invadiram favela	10/10/2007
Extra	Violência nas favelas, mas só na frente dos computadores	14/10/2007
O Globo	Polícia faz 4 operações contra quadrilhas no Rio	09/11/2007
O Globo	Jogo de empurra para não entrar em favela	16/11/2007
O Globo	A ORIGEM DO INFRATOR	07/12/2007
O Globo	Cartão de visita com barracos de madeira	22/12/2007
O Globo	Maré: 40 famílias serão removidas	23/12/2007

O Globo	Nem a prefeitura cuida	25/12/2007
O Globo	Serla começa a remover 40 famílias na Maré	28/12/2007
O Globo	Com qualidade, nova unidade de saúde da Maré atende 350 ao dia	31/12/2007
O Globo	Unidade de saúde da Maré atende 350 ao dia	31/12/2007
O Globo	Uma guerra cada vez mais suja	13/01/2008
Extra	Guerra do tráfico na Maré deixa 1 morto e 4 feridos	13/01/2008
Extra	A guerra do Rio	13/01/2008
O Globo	Faltou inteligência	14/01/2008
Extra	Guerra de facções	14/01/2008
O Globo	Acidente leva pânico à Linha Vermelha	15/01/2008
O Globo	Cegueira	15/01/2008
Extra	De certo, só a guerra	15/01/2008
Extra	Professor cria, na Maré, um curso gratuito para concursos	25/01/2008
Extra	Tirroteio sem fim	01/03/2008
Extra	MARÉ	19/03/2008
O Globo	Derrubados barracos no Canal do Cunha	25/03/2008
Extra	Polícia na favela só depois da inauguração	02/04/2008
Extra	Maré será palco de parada GLS	04/04/2008
Extra	BAILARINA da Favela	05/04/2008
Extra	Novos olhares sobre a Maré	12/04/2008
O Globo	Angolano preso é suspeito de ser armeiro do tráfico	07/05/2008
Extra	Polícia descobre 13 veículos roubados	29/05/2008
O Globo	Soldado PM é levado na Vila dos Pinheiros	02/06/2008
Extra	PM desaparece em favela	02/06/2008
Extra	Policial errou o caminho e deu de cara com a morte	03/06/2008
O Globo	Jandira diz que tráfico impede a democracia de circular	21/07/2008
O Globo	A Marrom canta sucessos na Lona Cultural da Maré	27/07/2008
O Globo	OS NEGÓCIOS DO BEM	31/07/2008
Extra	Nasce uma pequena África nas ruas da Maré	24/08/2008
O Globo	ALUGUÉIS RENDEM R\$107 MILHÕES	25/08/2008
O Globo	Nove presos no Complexo da Maré	04/09/2008
Extra	Suspeito de matar PM é capturado no Complexo da Maré	04/09/2008
O Globo	Progresso na arte tirada da pedra	14/09/2008
O Globo	Mãe de policial diz que vai lutar por justiça	22/09/2008
O Globo	Lixão ilegal na Maré é fechado pelo estado	30/10/2008
Extra	Dois mortos e quatro feridos	29/11/2008
O Globo	Só GPS customizado evita áreas de risco	30/11/2008
O Globo	Criança morre com um tiro no Complexo da Maré	05/12/2008
Extra	PM: versões desconstruídas	05/12/2008
Extra	Bala de fuzil tira a vida do pequeno Mateus, na Maré	05/12/2008
Extra	Delegado cobra da PM a lista de fuzis do batalhão da Maré	06/12/2008
Extra	No ringue, a luta por um sonho	14/12/2008
O Globo	Tirroteio em favela da Maré mata quatro e fere 7	20/12/2008
O Globo	Morte de 4 jovens teria sido execução	22/12/2008
O Globo	Comunidade em traços criativos	25/01/2009
Extra	Comunidade em traços criativos	25/01/2009
O Globo	Projeto na Maré servirá de exemplo na rede municipal	16/02/2009
Extra	Tiros na saída do feriado param a Linha Vermelha	22/02/2009

O Globo	Protesto fecha uma pista da Linha Vermelha	15/04/2009
Extra	Protesto contra morte de jovem	15/04/2009
O Globo	Estado teve menos balas perdidas	21/05/2009
O Globo	Um olhar sobre a Maré	25/05/2009
O Globo	Guerra do tráfico na Maré faz 3 mortos e 8 feridos	01/06/2009
Extra	Disputa sangrenta na Maré	01/06/2009
O Globo	Medo deixa 7.232 alunos sem aulas	02/06/2009
Extra	Violência sem fim	02/06/2009
Extra	Caveirão a serviço do tráfico	09/06/2009
Extra	Secretaria não quer apurar. Mas a PM quer	10/06/2009
Extra	Governador pede rigor em investigação sobre invasão	11/06/2009
Extra	Troca de tiros na favela	12/06/2009
Extra	Policiamento reforçado na Maré após mortes de PMs	13/06/2009
Extra	Policial é assaltado	14/06/2009
O Globo	Ladrões invadem duas escolas municipais	16/06/2009
Extra	Maré vai discutir segurança	26/06/2009
O Globo	Apreendida arma antiaérea na Maré	31/07/2009
O Globo	Uma viagem pelo tempo na Maré	02/08/2009
O Globo	Campanha 'Saco é um Saco' é lançada na Maré	04/08/2009
O Globo	Serviços de saúde estão entre sonhos	30/08/2009
O Globo	Guiados pelo 'wiki'	30/08/2009
O Globo	Comunidades mostram sua moda na Europa	06/09/2009
Extra	Na hora do recreio	07/09/2009
O Globo	Para acabar com qualquer complexo na Maré	13/09/2009
Extra	Bandidos fazem família refém	17/09/2009
O Globo	MARÉ: Arma contra blindagem	19/09/2009
Extra	Armas de verdade e de mentira	19/09/2009
Extra	Bandidos sequestram, roubam e incendeiam ônibus na Maré	22/09/2009
O Globo	Presos traficantes na Maré e na Vila Vintém	23/09/2009
Extra	Saque e sequestro na Maré	30/09/2009
O Globo	Polícia encontra armas e drogas em forro de prédio anexo a Ciep na Maré	07/10/2009
O Globo	Disputa entre tráfico e milícia chega à Maré	08/11/2009
O Globo	O entreposto do crime	20/11/2009
O Globo	PM tapa fossos do tráfico em favela da Maré	26/11/2009
O Globo	Polícia mata um suspeito na Maré e dois no Morro do Borel, na Tijuca	09/12/2009
Extra	Na Maré, portas abertas para a comunidade	18/12/2009
O Globo	Após arrastão na Avenida Brasil, polícia mata três	29/12/2009
O Globo	Armas e drogas apreendidas na Maré	14/01/2010
O Globo	Bandido que fugiu do Pavãozinho por causa da UPP é preso na Maré	03/03/2010
O Globo	Ladrões entram em favela rival e são surrados	22/03/2010
O Globo	Comandante do batalhão da Maré é baleado	25/03/2010
Extra	Polícia estoura 'hospital do tráfico' na Maré	16/04/2010
Extra	Tribunal paralelo	24/04/2010
O Globo	Moradores ansiosos pela chegada do Bope	03/05/2010
Extra	Domingo de violência	03/05/2010
O Globo	Bope já ocupa nova área em Ramos	14/05/2010

O Globo	Polícia impede festa de apologia ao tráfico no Complexo da Maré	24/05/2010
O Globo	Dois suspeitos mortos em operação na Maré	25/05/2010
O Globo	Moradores da Maré ainda à espera da paz	29/05/2010
O Globo	Dois mortos e quatro feridos na Maré	12/06/2010
O Globo	Maré: afastados 13 PMs envolvidos em tiroteio	14/06/2010
Extra	PMs afastados após tiroteio	14/06/2010
O Globo	Armas de PMs que foram à Maré são recolhidas	15/06/2010
Extra	Comunicação e cidadania	01/08/2010
O Globo	Maré em alta nas artes visuais	07/08/2010
O Globo	Com nova sede, Bope vai ocupar toda a Maré	10/09/2010
O Globo	Crianças da Maré tocam em festival de games	10/10/2010
O Globo	Bope vai treinar sua tropa em favelas da Maré	10/10/2010
O Globo	Morador da Maré morre vítima de bala perdida	14/11/2010
Extra	Adolfo não foi a única vítima de bala perdida	15/11/2010
Extra	Taxista salva vida de policial	17/11/2010
O Globo	Vitória da estratégia e da inteligência	29/11/2010
O Globo	Uma ideia que venceu o medo	30/12/2010
Extra	Passageiros baleados em trem	06/01/2011
O Globo	A ONG Redes de Desenvolvimento da Maré faz aula inaugural do Maré de Sabores	09/02/2011
O Globo	Censo comercial e habitacional na Maré	03/04/2011
O Globo	Bandidos de sangue frio	07/04/2011
Extra	O bicho pegou em Manguinhos	07/04/2011
Extra	Laudo do IML absolve policiais	10/04/2011